



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Área Científica de Estudos Africanos

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:
A COOPERAÇÃO SINO-ANGOLANA E AS REPERCUSSÕES
ECONÓMICAS E SOCIAIS GERADAS NA ZONA ENVOLVENTE DO
CAMINHO-DE-FERRO DE BENGUELA

José Brito Conde

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Estudos Africanos

Desenvolvimento Social e Económico em África:

Análise e Gestão

Orientadora:

Professora Doutora Virgínia Trigo

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Lisboa

Janeiro, 2009

AGRADECIMENTOS

Ao longo deste trabalho contei com o apoio de inúmeras pessoas a quem exprimo a minha gratidão, em particular:

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Virgínia Trigo, de quem recebi uma constante disponibilidade, preciosa e oportuna crítica, bem como firmes incentivos para o apuramento e conclusão do trabalho;

Aos meus colegas e amigos do mestrado, pelas horas de convívio, estudo e lazer passadas em conjunto e pelo seu contributo para o meu melhor entendimento da diversidade lusófona;

À instituição ISCTE, em especial ao Prof. Dr. Ulrich Schiefer, que ousou acolher-me como aluno, situação que me enaltece e orgulha; e ao Prof. Dr. Eduardo Costa Dias a quem agradeço a amabilidade e prontidão das informações e indicações concedidas;

A todos os professores do MEA15 que com o seu apoio em conhecimentos e amizade possibilitaram a realização deste projecto; e ao suporte administrativo do curso, na pessoa da D^a Alice Espada, a quem agradeço a solicitude e amizade;

A África, particularmente Angola, meu berço intelectual e continente que marcou a minha infância e juventude;

À minha família, em especial à minha esposa Fátima e ao meu filho Bernardo, razão do meu entusiasmo. Sem o seu apoio e compreensão esta tese não teria sido possível.

In memoriam António, Ester, José.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – A EVOLUÇÃO DO PARADIGMA DA COOPERAÇÃO	5
1. A Cooperação Internacional na óptica das Relações Internacionais	5
1.1 Da Antiguidade à eclosão da Segunda Guerra Mundial	5
1.2 Os Discursos Teóricos das Relações Internacionais	8
1.2.1 A escola Idealista	8
1.2.2 A escola Realista	9
1.2.3 A escola Radical	10
1.2.4 Novos desenvolvimentos	11
CAPÍTULO II – A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	13
1. A Evolução da Cooperação para o Desenvolvimento: Teorias e Períodos	13
1.1 As primeiras décadas (1950 e 60)	14
1.2 As décadas de 1960 e 70	15
1.3 As décadas de 1970 e 80	15
1.4 As décadas de 1980 e 90	16
1.5 O início do século XXI	17
2. Cooperação China-África	18
2.1 Entre a Ideologia e a Economia	19
2.1.1 O internacionalismo proletário	20
2.1.2 O pragmatismo económico	22
2.2 <i>Soft Power</i> : Uma Estratégia de Cooperação	23
2.2.1 Queda do muro de Berlim: o fim da competição ideológica	24
2.2.2 A competição por recursos estratégicos e mercados	26
CAPÍTULO III – A COOPERAÇÃO CHINA-ANGOLA	30
1. História Recente de Angola	30
1.1 Os movimentos de libertação de Angola	33
1.1.1 A Frente Nacional para a Libertação de Angola	33
1.1.2 O Movimento Popular de Libertação de Angola	34
1.1.3 A União Nacional para a Independência Total de Angola	35
1.2 Caracterização económica e social	36
1.2.1 Angola: As reformas	40

1.2.2 Angola e o FMI	43
2. A Cooperação Bilateral	46
2.1 A cooperação inicial da China com Angola	46
2.2 As primeiras duas décadas de relacionamento diplomático (1983-2003)	49
2.3 A actual cooperação bilateral China-Angola	50
2.4 O desenvolvimento da parceria China-Angola	50
2.4.1 As linhas de crédito	51
2.4.2 O Gabinete de Reconstrução Nacional	55
2.5 Comércio e investimento privado	56
 CAPÍTULO IV – A RECUPERAÇÃO DO CFB: IMPACTO ECONÓMICO E SOCIAL	 59
1. Perspectiva Histórica	59
2. Prospectiva do Governo de Angola	61
3. A Realidade actual	65
3.1. Envolvimento da China	67
4. Benefícios Económicos e Redução da Pobreza	71
4.1 Investimento público	71
4.2 Investimento privado	76
4.2.1 Sector Formal	78
4.2.2 Micro-Empresas	81
4.3 Financiamento, Trabalho e Terra	81
4.3.1 Financiamento das Empresas	81
4.3.2 Mercado Formal de Trabalho	82
4.3.3 Mercado da Terra	83
 CONCLUSÃO	 84
 BIBLIOGRAFIA	 89
 ANEXOS	 93

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 3.01: Evolução da Inflação em Angola (2000-2007)	36
Tabela 3.02: Indicadores de Abertura de Angola ao Exterior (2000-2005)	38
Tabela 3.03: Indicadores Sociais e Económicos de Angola e ASS (2005)	39
Tabela 4.01: Projectos Fases I, II e Complementar – Total e Valores	72
Tabela 4.02: Intervenções das Fases I, II e Complementar – Totais	73
Tabela 4.03: Projectos / Intervenções das Fases I, II e Complementar	74
Tabela 4.04: Universo de Empresas Inquiridas (Amostra)	78
Tabela 4.05: Índice de Percepção de Corrupção – 2007	80
Tabela 4.06: Fontes de Financiamento – Sector Formal vs Micro-Empresas	82

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 3.01: Evolução da Balança de Pagamentos de Angola (1995-2005)	37
Gráfico 3.02: Angola – Repartição sectorial do PIB em 2006 (%)	38
Gráfico 4.01: Obras em Curso. Trabalhadores Angolanos vs Chineses	75
Gráfico 4.02: Principais Constrangimentos Reportados pelo Sector Formal (%) .	79

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1: Inquérito: Apresentação, formulário e entidades contactadas	93
Anexo 2: Mapa da Cooperação China-África – 1949 a 1987	99
Anexo 3: Mapa de Angola (2008)	100
Anexo 4: Estações e Apeadeiros do Caminho-de-Ferro de Benguela	101
Anexo 5: Horários de Março de 2007 do Caminho-de-Ferro de Benguela	102
Anexo 6: Obras em Curso – Empresas construtoras e Entidades fiscalizadoras	103

LISTA DE ABREVIATURAS

ANIP	Agência Nacional para o Investimento Privado
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ASS	África Subsahariana
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAD	Comité de Assistência ao Desenvolvimento
CFB	Caminho-de-Ferro de Benguela
CIF	China International Fund
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional para a Libertação de Angola
FOCAC	Fóruns para a Cooperação Sino-Africana
GAT	Gabinete de Apoio Técnico
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GRAE	Governo Revolucionário de Angola no Exílio
GRN	Gabinete de Reconstrução Nacional
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NOEI	Nova Ordem Económica Internacional
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONGD	Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEC	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OUA	Organização de Unidade Africana
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RNB	Rendimento Nacional Bruto
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola

RESUMO

Após três décadas de guerra civil Angola tem as suas infra-estruturas económicas obsoletas, degradadas e uma situação humanitária crítica. Em 2004 celebrou acordos de cooperação com a China para recuperação de infra-estruturas, incluindo o Caminho-de-Ferro de Benguela.

Este estudo pretende averiguar o impacto da recuperação da importante linha ferroviária do planalto central de Angola no relançamento e desenvolvimento económico e humano da zona envolvente. A problemática foi resolvida recorrendo aos métodos: descritivo na caracterização do estado actual da situação económica e humana; histórico no seguimento da evolução da cooperação para o desenvolvimento e suas projecções; e compreensivo na reflexão das relações China/Angola, suas necessidades presentes e efeitos futuros.

Na base do relacionamento Sino-Angolano estão os suprimentos de petróleo negociados em condições favoráveis à China. A ideia chinesa de cooperação e desenvolvimento é significativamente diferente da ocidental: persegue o suprimento de matérias-primas e energia. Em Angola o investimento chinês está espartilhado em projectos de baixo valor médio que anunciam estratégias de pequeno risco e transitoriedade. O PIB de Angola sobe, mas os indicadores sociais manifestam imobilismo: rendimentos pouco ou mal distribuídos comprometem as metas dos ODM de 2015.

A percepção do estudo aponta para retracção no mercado angolano, auto-suficiência chinesa, dificuldades de aprovisionamento de materiais e captação de financiamento; decisões concertadas dos investimentos da China na África Austral e necessidade de afirmação do Governo central de Angola sobre a realidade regional. Embora tenham subido os níveis de segurança física e psicológica na envolvente do CFB, a morosidade dos trabalhos impediu a dinâmica económica. A redução da pobreza é uma intenção.

Palavras-chave: Cooperação; Desenvolvimento; Reconstrução; China.

ABSTRACT

After three decades of civil war Angola has its economic infrastructures obsolete, degraded and a critical humanitarian situation. In 2004 it celebrated agreements of co-operation with China for infrastructure recovery, including the Benguela Railway.

This study intends to inquire the recovery's impact of the important railroad line of central plateau of Angola in relaunching and economic and human development of the involving zone. The problematic was decided appealing to the methods: description in the characterisation of the current state of the economic and human situation; description in the pursuing of the evolution of the co-operation for the development and its projections; and comprehensive in reflection of the relations China/Angola, its future necessities and effects.

In the base of the relationship Sino-Angolan they are the oil supplements negotiated in conditions favourable to the China. The Chinese idea of co-operation and development is significantly different of the West: it pursues the raw material supplement and energy. In Angola the Chinese investment is divided in projects of low average value that announce strategies of small risk and transitory. The GDP of Angola goes up, but the social pointers reveal immobilised: incomes little or badly distributed compromise the goals of the 2015's MDG.

The perception of the study points to retraction of the Angolan market, Chinese self-sufficiency, difficulties of provision of materials and captation of financing; mild decisions of the investment of China in Austral Africa and necessity of affirmation of the central Government of Angola on the regional reality. Although the levels of physical and psychological security in the involving one of the CFB have gone up, the delayed of the works hindered the economic dynamics. The reduction of the poverty is an intention.

Key-words: Co-operation; Development; Recovery; China.

INTRODUÇÃO

Contexto e Problema. Questões a verificar

Angola pôs fim em Abril de 2002 a quase três décadas de conflito civil armado. No período de instabilidade não foi possível assegurar a conservação e a manutenção da maioria das infra-estruturas económicas tendo-se acentuado o despovoamento do interior do país e o abandono das estruturas produtivas.

Após o conflito o Governo de Angola enceta medidas de reestruturação urgente visando a indução do aumento qualitativo do capital humano, a recuperação de infra-estruturas básicas e a reanimação económica como instrumentos de desenvolvimento. Porém, as suas dificuldades estruturais sintetizadas na escassez de recursos financeiros, qualificação humana, pobreza e situação no quadro do mundo global, não lhe foram favoráveis.

A área da cooperação multilateral foi tentada através do Clube de Paris e FMI, mas factores discordantes como a transparência na aplicação dos recursos provenientes do petróleo e a “boa governação” impediram a sua continuação. Um factor conjuntural, o preço do petróleo, levou à aproximação de Angola e China. Os acordos de cooperação bilateral estabelecidos para recuperação de infra-estruturas não têm implícita restrição política ou ética por parte do financiador, para além da ajuda ligada.

A cooperação para o desenvolvimento nunca teve um significado unívoco. Desde o seu surgimento está em permanente reformulação. Se a entendermos enquadrada nas preocupações do PNUD, ou seja, ao crescimento económico deve corresponder um efectivo desenvolvimento humano (das capacidades intelectuais, necessidades básicas e aspirações, na forma sustentada), fica-nos a incerteza se a tipologia chinesa constitui um novo paradigma de cooperação para o desenvolvimento.

Embora esta não seja a questão principal que motiva este estudo, terá importância relevante, pois o nosso objectivo é procurar compreender a cooperação Sino-Angolana e as repercussões económicas e sociais geradas na zona envolvente do Caminho-de-Ferro de Benguela.

A origem do nosso interesse científico tem a ver com a situação crítica vivida na zona do planalto central de Angola (províncias de Benguela, Huambo, Bié e Moxico), onde a elevada densidade populacional, com forte contingente de soldados desmobilizados, exigia a criação de meios que proporcionassem receitas às famílias, o que, para além do

desenvolvimento inerente associado, limitaria a possibilidade de conflitos sociais. Daqui resultou a enunciação da seguinte pergunta de partida:

A cooperação Sino-Angolana na reabilitação do Caminho-de-Ferro de Benguela foi suficiente para fazer face aos problemas estruturantes (economia e sociedade) da zona do planalto central de Angola?

Na formulação de desenvolvimento deste projecto tínhamos estabelecido uma investigação teórica e documental a complementar, eventualmente, com uma deslocação a Angola para estudo empírico e recolha de dados. Infelizmente a visita não se realizou devido a compromissos profissionais inadiáveis assumidos pelo autor já no decurso do Mestrado.

O trabalho foi realizado na perspectiva de uma “pesquisa descritiva” com o exame do estado actual da zona envolvente do Caminho-de-Ferro de Benguela, considerada a intervenção chinesa sobre a importante infra-estrutura, tendo-se dissociado a interrogação inicial nas seguintes questões como forma de verificar se foi superada:

- Os investimentos chineses de reconstrução estimularam a criação e/ou o estabelecimento de empresas privadas na zona do planalto central de Angola?

- A reconstrução do CFB responde a anseios do Governo e das comunidades angolanas ou pretende garantir objectivos de captação de recursos por parte da China?

- O empenhamento do Governo de Angola na recuperação tem objectivos alargados de desenvolvimento ou replica interesses próprios de permanência no centro do poder?

- Face à recuperação do CFB os indicadores de redução de pobreza melhoraram?

Deve referir-se que foi lançado um inquérito preliminar a cerca de cem entidades angolanas, não se tendo recebido nenhuma resposta. O autor não considerou a não resposta como um obstáculo. Pelo contrário, o silêncio dos entrevistados/inquiridos estimulou a descoberta de vias de pesquisa alternativas e revelou quão sensível e reservado este tema é para a sociedade angolana na actualidade.

Estratégia de pesquisa

A natureza do tema permite abordagens múltiplas. Porém, para responder às questões colocadas decidimos optar por um processo de exame e reflexão sobre as principais características da cooperação, seguindo a sua evolução para as formas de desenvolvimento mais relevantes a nível internacional.

Constatamos diferenças significativas no entendimento da cooperação pelo Ocidente e pela China. Contudo, não tivemos a preocupação de as evidenciar nem de proceder a um estudo comparado. A diversidade surge no texto naturalmente ou está implícita.

Com a pretensão de avaliar o progresso que a recuperação do Caminho-de-Ferro de Benguela trouxe à sua envolvente o projecto estabeleceu a combinação de instrumentos de pesquisa teórica e empírica, nomeadamente análise bibliográfica e documental; inquéritos e entrevistas; e uma visita a Angola para estudo e constatação no local. Com o estudo bibliográfico em fase adiantada, foi lançado o inquérito inicial, elaborado com base na literatura especializada e na experiência do autor (Cf. Anexo 1), ao qual nenhum dos inquiridos respondeu. Esta situação impediu o lançamento de outras iniciativas projectadas sob a forma de inquéritos e/ou entrevistas e, embora não nos tenha impedido de prosseguir, aumentou o peso da falta da visita a Angola.

O trabalho desenvolvido compreende características metodológicas que passam pela investigação descritiva, procurando caracterizar o estado actual do objecto de estudo; investigação histórica, analisando a variação do fenómeno cooperação ao longo do tempo, perspectivando a actualidade e procurando soluções prospectivas associadas ao facto em observação; e, de certo modo, compreensiva, uma vez que o relacionamento Sino-Angolano no campo económico é recente e são múltiplos e complexos os interesses das partes. Interesses que, como evidente, nem sempre são explícitos ou percebidos em fenómenos (ainda) de curta duração.

O recurso às tecnologias de informação e comunicação permitiu a introdução de uma nova fonte de pesquisa: a Internet. A utilização desta técnica alternativa de recolha de dados deu continuidade à recolha documental e revelou-se muito útil na obtenção de informações sobre as questões africanas, especialmente as relacionadas com Angola. Foi dada uma atenção especial à origem e qualidade dos documentos consultados, procurando-se sempre que possível obtê-los em sites académicos ou em publicações fidedignas.

Estrutura geral

No sentido de tornar mais clara a exposição e a compreensão do tema, o presente trabalho encontra-se estruturado em 4 capítulos:

Capítulo I – A Evolução do Paradigma da Cooperação Internacional. Procuramos caracterizar, de forma sintética, a evolução da Antiguidade até à Segunda Guerra Mundial. Segue uma análise dos discursos teóricos das Relações Internacionais com a distinção das escolas de pensamento mais significativas. O capítulo termina com uma breve apreciação das expectativas do virar do século.

Capítulo II – A Cooperação para o Desenvolvimento. Este capítulo trata do quadro teórico da cooperação e está dividido em duas partes. A primeira faz uma abordagem evolutiva da Cooperação para o Desenvolvimento, teorias produzidas, períodos marcantes e as preocupações para o século XXI. A segunda parte é inteiramente dedicada à Cooperação entre a China e África e serve de contraponto à primeira (intencionalmente não se fez a análise comparada das visões Ocidental e chinesa).

Capítulo III – A Cooperação China-Angola. Neste capítulo, também dividido em duas partes, procuramos situar a história recente de Angola, os movimentos de libertação (e seu relacionamento com a China) e uma caracterização económica e social onde se incluem as reformas e as relações com o FMI. A segunda parte do capítulo é dedicada à cooperação bilateral Sino-Angolana onde contrastamos dois períodos diferentes: o ideológico e o económico. O capítulo conclui-se com a análise das Linhas de Crédito e as potencialidades abertas para o comércio e investimento privado.

Capítulo IV – A Recuperação do CFB: Impacto Económico e Social. Este capítulo pretende avaliar o progresso registado na economia e na sociedade – na óptica dos benefícios económicos gerados e da redução da pobreza conseguida – que a recuperação do CFB proporcionou às províncias situadas na sua envolvente. Comparamos a perspectiva, a prospectiva e a realidade. Partindo de dois estudos, um do Ministério das Finanças de Angola e outro do Banco Mundial, analisamos e contrastamos duas realidades diferentes: os investimentos públicos e privado.

CAPÍTULO I

A EVOLUÇÃO DO PARADIGMA DA COOPERAÇÃO

Neste capítulo localizamos e seguimos os princípios teóricos que, em contexto histórico, procuraram regular a paz, a guerra, a diplomacia e conduziram à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, presente na vida dos Estados e das Organizações a partir da segunda metade do século XX. Nesse âmbito faremos a Revisão de Literatura abordando, quando oportuno, os conceitos pertinentes para o trabalho.

1. A Cooperação Internacional na óptica das Relações Internacionais

A Teoria das Relações Internacionais possui uma estrutura instrumental e conceptual complexa que lhe permite analisar e perspectivar os acontecimentos da política internacional, e sugerir vias alternativas aos decisores políticos. Em evolução contínua, sofre influência de grupos e de comunidades com interesses específicos, adapta-se e evolui sujeita às influências que o meio lhe transmite. Tem com a Ciência Económica um forte compromisso nas abordagens normativas que respondem às expectativas do desenvolvimento.

1.1 Da Antiguidade à eclosão da Segunda Guerra Mundial

Desde a antiguidade clássica que a humanidade persegue uma ordem social fundamentada na resolução de conflitos pelo diálogo político. Para tal munuiu-se de um conjunto de princípios centrados na essência da natureza humana, o Direito Natural, inspirados na natureza, na vontade de Deus ou na racionalidade humana. Todavia, Thomas Hobbes (1588-1679) refere que o direito natural ao permitir “a liberdade de cada homem usar livremente o próprio poder” conduz à guerra e à destruição mútua, pelo que sugere a criação de um Direito Positivo ou contrato social, eminentemente político-social, subordinado ao direito natural determinando regras de convívio e conciliação social (Cf. Hobbes, 1994).

Os povos da Antiguidade já mantinham relações exteriores: comerciavam, trocavam embaixadores e vinculavam interesses por meio de tratados¹. Da Roma Antiga ao século XVII o direito romano – *jus gentium* – é dominante e adapta-se, consoante as épocas, aos princípios

¹ O Tratado de Kadesh é o mais famoso tratado da Antiguidade. Celebrado entre o Egipto e o Hatti no século XIII a.C. soluciona o impasse gerado pela posse da cidade de Kadesh na fronteira entre os dois impérios.

feudais e aos valores cristãos. Na Idade Média as relações estão assentes em laços de sangue e princípios religiosos, ignorando-se os factores territoriais. O relacionamento internacional decorria, como refere Holzgrefe (1989: 11-12), entre pessoas e corporações. Bispos, senhores feudais e cidades supriam as necessidades de soberania e autoridade assinando tratados e fazendo a guerra (Spruyt, 1994: 12). Guerra que o papa e a Igreja humanizam ao: (1) diferenciar adversários, vetar a destruição de bens e exigir humanidade (*Paz de Deus*); (2) impor a suspensão da guerra aos domingos e dias santos (*Trégua de Deus*); e (3) ao enunciar os princípios susceptíveis de levar à guerra (*Guerra Justa*).

A passagem do feudalismo ao estado moderno e a Guerra dos Trinta Anos² facilitam o Tratado de “Paz de Vestfália”³. Em 1648, os povos libertam-se dos constrangimentos religiosos e estabelecem relações entre estados territoriais soberanos (Philipott, 2000: 210-211). O novo ordenamento internacional baseado na equidade de relações entre organizações políticas detentoras de soberania plena sobre as suas unidades de território é agora denominado Direito Internacional. O conceito equivale ao actual e estabelece autonomias desobrigadas entre elas de relacionamento das suas políticas internas e externas. Estas aparecem posteriormente baseadas em estruturas de cooperação internacional, suporte a procedimentos da paz mundial: a paz perpétua, teorizada por Saint-Pierre (1658-1743) e Immanuel Kant (1724-1804).

A Idade Contemporânea abre com os ideais da Revolução Francesa a romperem a ordem estabelecida em Vestfália: são contestados os regimes internos dos estados e o nacionalismo frutifica. Em questões de soberania a conciliação das liberdades interna e externa das repúblicas e democracias é difícil de gerir.

A queda de Napoleão⁴ restabelece a ordem pré-revolucionária atenuando tensões entre liberdade individual e paz internacional; e dá início a um longo período de paz que durou cerca de cem anos. Ao analisar este período que termina com a Primeira Grande Guerra Mundial, Karl Polanyi (1944 *apud* Castro, 2001: 13) salienta o novo relacionamento ocidental assente em dois factores: (1) o “Concerto Europeu”⁵ que forneceu o equilíbrio de poder entre as nações dominantes; e (2) a influência e interesse da comunidade financeira internacional.

² Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Conflito religioso-político entre católicos e protestantes. A guerra causou graves problemas demográficos e económicos na Europa Central. Consagrou a França como potência terrestre e fragmentou a Alemanha.

³ “Paz de Vestfália”. Tratado que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos. Reconhecida a autonomia política dos territórios até então sujeitos à autoridade do Sacro Império Romano-Germânico.

⁴ Napoleão foi derrotado em Waterloo a 18 de Junho de 1815 pelo exército coligado comandado por Wellington e Blucher. Em 21 de Junho abdica e é deportado para a ilha de Santa Helena onde morre a 5 de Maio de 1821.

⁵ “Concerto Europeu” expressão saída do tratado de Chaumont (1814). Resulta da aliança formada pela Áustria, Inglaterra, Prússia e Rússia contra Napoleão e significa “equilíbrio ou balança de poder”.

Estruturada desta forma, a ordem internacional normaliza práticas de relacionamento entre países que garantem estabilidade relativa, mais pela influência da alta finança do que pela negociação política (Polanyi, 1944 *apud* Castro, 2001: 14).

Na transição do século XIX para o século XX assiste-se à valorização crescente da opinião pública, consciente da sua capacidade de intervir por via do sufrágio político, do associativismo sindical e partidário. A este aumento de cidadania não correspondente um incremento da paz internacional, pelo contrário, registam-se mais incertezas e disputas que conduzem ao primeiro conflito mundial. Inicialmente localizado na Europa – França e Alemanha –, depressa ganhou cariz mundial pela impossibilidade da Grã-Bretanha desempenhar a sua função reguladora do equilíbrio de poder. Os Estados Unidos quebram o seu tradicional isolamento e participam na Primeira Grande Guerra Mundial, o que marcará o século XX: (1) no posicionamento geopolítico dos EUA; (2) na ideologia, a partir daqui fortemente influenciada a partir da América.

O primeiro conflito mundial não se limitou a alterar o mapa político europeu. Demonstrou que o comércio transnacional, assegurado por variáveis do Concerto Europeu, não era suficiente para garantir a segurança e a paz mundial. A potência emergente – Estados Unidos por intermédio do presidente Wilson⁶ – propõe medidas cooperativas de natureza política, comercial e militar destinadas a prevenir a guerra e a proporcionar a paz: daí resulta a *Liga das Nações* (1920-1946) em que, paradoxalmente, os Estados Unidos não participam. Por outro lado, ganha intensidade o confronto ideológico entre duas visões do sistema internacional: (1) o expansionismo americano liberto da hegemonia britânica (Arrighi, 1996); e (2) a pressão marxista de Lenine (teórico e político russo, 1870-1924) através do internacionalismo proletário e da denúncia dos malefícios do imperialismo capitalista (Hoffmann, 1997: 43).

O final da Primeira Guerra reordena o sistema de Estados e negocia novo tratado de paz, o Tratado de Versalhes (1919). Orientado para o ajuste de contas com a Alemanha, olvida a constituição do novo sistema de equilíbrio de poderes. Humilhado, o nacionalismo alemão encontra ambiente propício à ascensão nazi. Em Setembro de 1939, após ofensivas militares e assinatura do pacto secreto de não agressão com a União Soviética, o exército alemão invade a Polónia iniciando-se a Segunda Guerra Mundial.

⁶ Woodrow Wilson (1856-1924). Presidente dos Estados Unidos da América (1913-1921). Membro do Partido Democrata. Reitor da Universidade de Princeton. Prémio Nobel da Paz em 1919. A sua visão moralista e idealista do direito internacional, expressa em “Catorze Pontos”, inspira a criação da “Liga das Nações”.

1.2 Os Discursos Teóricos das Relações Internacionais

No final do século XIX o Direito Internacional sofre um incremento notável com a criação da profissão de jurista internacional. Pretendia-se que o estudo seguisse “certos princípios comuns não apenas nas suas relações mútuas, mas também nas suas legislações domésticas” (Koskenniemi, 2002: 13). Aqui se enquadram as propostas de paz duradoura apresentadas por Woodrow Wilson, apelidadas por Halliday (1994: 10) de “paz por meio do Direito” e materializadas na *Liga das Nações*. Propunham a aliança de países democráticos baseada no Direito e a razão como forma de abolir ou limitar os conflitos armados.

A inevitabilidade de um segundo conflito mundial acentua o debate teórico entre as sensibilidades *realista* e *idealista*. No confronto os intelectuais realistas colocam em causa a postura *utópica* do idealismo e iniciam a criação de um campo de estudo autónomo de Relações Internacionais. Pretendiam-no paradigmático, explicativo da acção e motivações dos Estados e não limitado a análises parciais de economia, direito e história. O seu estudo sistemático desenvolve-se na Europa, por iniciativa britânica, nas décadas de 1920/30. Nos Estados Unidos o colapso da *Liga das Nações*, a eclosão da Segunda Guerra Mundial e as perspectivas pós-guerra despertam elevado interesse. A disciplina floresce e afirma-se nas Universidades passando a fornecer o suporte teórico na aplicação prática das políticas internacionais.

As duas correntes interpretam os fenómenos da política internacional de forma divergente e, por vezes, em conflito aberto: a escola idealista vê o nascimento da ordem jurídica internacional; e a escola realista referencia a origem do sistema de equilíbrio europeu. Saída da revolução soviética de 1917 surge uma terceira tendência, não consensual com as anteriores: a corrente marxista ou escola radical.

1.2.1 A escola Idealista

Oriunda do pensamento iluminista, a tradição idealista tem raízes no pensamento de Hugo Grotius (1583-1645), base do direito internacional.⁷ Para Grotius o uso da força pelos Estados só se justifica quando o propósito é eliminar a força do interior do sistema, situação que cria barreiras morais à sua vertente reformista. Kant dá-lhe racionalidade pela concepção de que o Homem é sujeito de direitos. Na economia salientam-se Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823). Na política destacam-se Wilson e Roosevelt.

⁷ Cf. *The Rights of War and Peace Including the Law of Nature and of Nations*.

Ao pensamento idealista importa o conflito e a cooperação. A segurança nacional não é restritiva e reconhece a inexistência de uma autoridade internacional (não distingue nacional de internacional e recusa a ideia da conflitualidade natural entre estados). É favorável à cooperação entre estados na resolução de conflitos, pois os estados não são entidades abstractas, antes actuam mediante os estímulos de organizações e indivíduos (partidos políticos, classes, grupos de interesses, meio ambiente e outros).

Em reacção aos horrores da Primeira Guerra a tradição idealista progride e adapta o sistema internacional às exigências do direito e da justiça. A *Liga das Nações* exemplifica o seu predomínio. Não evita a Segunda Guerra Mundial e torna-se muito contestada. Renasce na década de 1960 com a nova realidade mundial: a globalização. Desenvolve-se com Robert Keohane e Joseph Nye em torno da revista *International Organization* de inspiração liberal e pluralista e apelida-se de *interdependente*. Nega o “uso da força”, reequaciona a noção de anarquia inerente ao sistema internacional e coloca em causa a centralidade do poder pela comprovada presença e peso crescente de empresas privadas, igrejas e ONG’s (Keohane e Nye, 1970-71) envolvidas nos processos políticos e económicos internacionais.

À noção de “interdependência” acrescentam duas variáveis: “sensibilidade” e “vulnerabilidade” a mudanças nas relações políticas locais em resposta a factores externos, chamando-lhe “interdependência complexa”. Após 1975 cresce o debate e estudo das questões complexas em torno da interdependência envolvendo variáveis intrínsecas à segurança e sua relação com formas institucionais de cooperação internacional.

1.2.2 A escola Realista

A tradição realista confere importância decisiva ao potencial conflituoso do sistema internacional. Maquiavel⁸ (1469-1527) realçou a legitimidade dos interesses políticos do soberano no uso da força sem limitações morais; e Hobbes torna equivalentes as relações estabelecidas pelos Estados e pelas pessoas na ausência de autoridade, ou seja, afirma a inexistência de um poder soberano nas relações internacionais. Os teóricos recentes são Hans Morgenthau e Kenneth Waltz. Na política salientam-se Richard Nixon e Henry Kissinger.

A visão realista encara o sistema internacional como anárquico e centra a atenção no Estado reconhecendo-o como único actor capaz de atingir o interesse nacional. A preocupação central é a guerra e a paz numa luta constante pela segurança interna contra as ameaças externas. Em 1940 Edward Carr publica *The Twenty Years' Crisis, 1919-1939* que justifica o

⁸ Em *O Príncipe* reclamou a separação entre a moral e a política como fundamento da razão de Estado.

uso da força como uma inevitabilidade da vida em sociedade. Hans Morgenthau (1955: 132) define “seis princípios fundamentais” no comportamento dos Estados e sua ânsia de poder. Com muitos adeptos nos EUA, este realismo suporta a política externa americana e “justifica um envolvimento permanente e global na política mundial” (Hoffmann, 1997: 47-48).

Em 1979 Kenneth Waltz publica *Theory of International Politics*. As suas concepções sobre condicionantes e segurança dos estados tomam o nome de *neo-realismo*. Para Waltz a política internacional tem uma dinâmica própria independente de quaisquer circunstâncias sociais ou de personalidade; o sistema internacional é movido pelo interesse político das grandes potências; e os estados não cooperam na realização de fins comuns sendo apenas as suas capacidades quem determina a estruturação e as mudanças no sistema. Waltz é criticado. Robert Keohane no livro *After Hegemony* (1984) salienta: a pouca atenção que Waltz dá às normas, instituições e mudanças; e o seu afínco ao uso do poder pelos estados mais fortes. Tentando superar a falta de hipóteses testáveis que expliquem a mudança pacífica do sistema internacional, Keohane propõe um “programa de pesquisa estrutural” para construção de modelos formais de comportamento. Apesar das divergências as duas correntes aderem às teorias microeconómicas e assimilam-se numa nova corrente conhecida por *síntese neo-neo* (Weaver, 1997: 23) que veio a servir de inspiração às políticas multilaterais da ONU.

1.2.3 A escola Radical

A tradição radical tem origem no pensamento marxista e está equidistante do idealismo e do realismo. Karl Marx não estudou o sistema internacional, pois interessava-lhe o conflito de classes relacionado ao Estado enquanto veículo de interesses económicos e políticos.

Lenine teorizou as relações internacionais adaptando aos Estados as noções de exploração e dominação presentes no sistema de classes. Na obra *Imperialism: A Special Stage of Capitalism* estabelece ligações entre a prática imperialista e a guerra entre potências que diz ser resultante da política económica capitalista, da sua luta pela divisão de mercados e dos seus interesses neo-coloniais. É seguido por intelectuais como Eric Hobsbawn, William A. Williams, Peter Evans, Fernando Henrique Cardoso e Immanuel Wallerstein.

Nas décadas de 1960 e 70 debatem-se intensamente as desigualdades norte-sul e as formas de as superar. Analisando o modelo de industrialização implantado após a Segunda Guerra Mundial, os teóricos marxistas explicam o seu fracasso através do sistema de dominação de grupos económicos (multinacionais) que usam os aparelhos políticos dos estados. Este sistema resulta na hierarquização da dominação e transforma os países

subdesenvolvidos em satélites. As práticas de cooperação geram desenvolvimento “dependente”, perpetuando a dominação. É uma perspectiva “dualista” pois vê o subdesenvolvimento como uma consequência necessária ao desenvolvimento dos países ricos.

Preocupado com as estruturas materiais de dominação e subordinação económica presentes entre países consideravelmente desiguais no seu desenvolvimento, Immanuel Wallerstein (Cf. 1974, 1980, 1989) opta pela análise histórica das durações longas dos ciclos estruturantes de mudanças económico-políticas no mundo. Wallerstein (1979: 37-38) estuda outros actores: grupos económicos/transnacionais, organizações não-governamentais multilaterais e ambientais e fornece as bases conceituais da teoria dos sistemas mundiais, que denominou de *teoria do sistema-mundo*. Pondera a evolução do sistema capitalista e distingue áreas centrais e periféricas na economia mundial: o centro, a periferia e a semi-periferia. Nesta estrutura complexa e hierarquizada os estados centrais formam o estrato superior na dominação e apropriação; os estados periféricos são o estrato inferior; e os semi-periféricos são os intermédios, tanto são exploradores da periferia como explorados pelo centro. Esta teoria é seguida por outros autores e adquire interesse especial quando trata os fenómenos contemporâneos da globalização: fluxos de capitais e mercadorias, mercados financeiros, mundialização das corporações industriais e blocos económicos macro-regionais.

Outras abordagens marxistas dão atenção ao neo-imperialismo presente nos processos de cooperação internacional. Desenvolvendo o pensamento de António Gramsci (1891-1937) sobre mecanismos e padrões de dominação, Robert Cox publica o artigo *Gramsci, Hegemony and International Relations: an Essay in Method* (Cf. Cox, 1983) que inspira a corrente neo-gramsciana a sustentar que a dominação entre grupos: (1) estrutura a ordem internacional; e (2) promove a expansão do capitalismo como sistema produtivo assente numa sociedade civil global. Estas opiniões apontam para práticas de dominação deliberadas na cooperação multilateral e levam ao estabelecimento de estratégias anti-hegemónicas.

1.2.4 Novos desenvolvimentos

O final do século XX é repleto de acontecimentos que influenciam o reajustar do sistema internacional e, ao mesmo tempo, levantam dúvidas sobre a sua evolução. O caminho alternativo aparece nas contribuições construtivistas, empenhadas na teoria social europeia ou teoria da integração. O construtivismo considera os interesses como socialmente construídos (Wendt, 1999: 35), ou seja, pensa que a política e a violência de estado são socialmente construídas contendo elementos idealistas susceptíveis de crítica ou interpretações diversas.

Favorecido pelos novos acontecimentos na cena mundial – a diminuição das tensões internacionais após o fim da Guerra-Fria; a queda do Muro de Berlim; a desintegração socialista do bloco do Leste europeu; a cooperação entre os EUA e União Soviética na guerra do Golfo (1991) – o construtivismo é visto como o equilíbrio que proporcionou sucesso ao projecto de integração regional europeia.

O fim da Guerra-Fria trouxe outros desafios e novos ajustamentos económicos, políticos e sociais: (1) são contestados (interna e externamente) os Estados e seus interesses financeiros; (2) o crescimento da cooperação sistémica tem consequências: renascem os sentimentos nacionalistas; cresce a defesa dos direitos humanos; a manutenção da paz; e (3) o sentimento de que as agências políticas de cooperação internacional – FMI, BM, GATT/OMC – eram um obstáculo ao prosseguimento e vida das identidades e comunidades.

O século XXI irrompe com um desafio diferente: a adaptação à nova realidade saída dos atentados do 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos. A segurança aparece como novo paradigma capaz de inviabilizar ou adiar reformas urgentes no prosseguimento da cooperação internacional para o desenvolvimento.

CAPÍTULO II

A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

No contexto histórico do relacionamento internacional a Cooperação Internacional está presente quando “todos os Estados participantes contribuem de facto em pé de igualdade e cada um de acordo com a sua especificidade” Statter (2007). O conceito evolui quando após a Segunda Guerra Mundial surgem propostas para formulação de uma *Nova Ordem Económica Internacional*. Esta expressão aparece conotada com “Ajuda Pública ao Desenvolvimento” (APD)⁹ a prestar pelos países do Norte, economicamente mais desenvolvidos, aos países do Sul, no sentido de “minorar a dependência do Sul relativamente aos mercados, capitais e tecnologia do Norte” (Abrantes, 1994: 1). Neste cenário o propósito é fomentar o nivelamento económico-social dos diversos países da ONU (entre os quais os novos países africanos e asiáticos que por via da descolonização dos impérios coloniais acederam à independência) sendo criadas acções específicas denominadas de Cooperação para o Desenvolvimento.

Deve referir-se que a Cooperação para o Desenvolvimento ganha importância e sentido com o surgimento do sistema bipolar de relacionamento internacional, assente em áreas de influência ou blocos liderados pelos Estados Unidos e União Soviética. Estes países procuram chamar a si o apoio dos novos países da Ásia e de África entrados na Organização das Nações Unidas. Enquanto a União Soviética procura consolidar a sua influência no Leste Europeu os Estados Unidos têm a tentação de estender o Plano Marshall aos países emergentes. Contudo, os novos países, ao invés da Europa e Japão, não necessitam de reconstruir e revitalizar as suas economias, mas sim de criar instituições, infra-estruturas, sistemas de produção e de comércio de raiz. Dessa constatação surgem teorias diversas para superar o atraso económico e, simultaneamente, dotar os países de estruturas, instituições e serviços capazes de suportar o seu crescimento económico, evolução política, económica e social.

1. A Evolução da Cooperação para o Desenvolvimento: Teorias e Períodos

A história da Cooperação para o Desenvolvimento inicia-se após o final da Segunda Guerra Mundial e a sua evolução está sujeita aos factores: (1) discursos teóricos das Relações

⁹ Ajuda Pública ao Desenvolvimento. Fundos que os países do Comité de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) colocam à disposição dos países em desenvolvimento para projectos ou programas de desenvolvimento.

Internacionais; (2) circunstância geopolítica; (3) influência crescente da potência americana; e (4) descolonização e emergência de novos países no seio da comunidade internacional.

O pensamento sobre o desenvolvimento poderá ser dividido em quatro teorias principais: (1) modernização; (2) dependência; (3) sistema-mundo; e (4) globalização. Embora a demarcação temporal dos períodos de influência das diversas teorias ao longo do tempo não permita inflexibilidade, podemos considerar, respectivamente, os seguintes períodos: (1) as décadas de 1950 e 60; (2) as décadas de 1960 e 70; (3) as décadas de 1970 e 80; e (4) as décadas de 1980 e 90, a que devemos acrescentar um quinto período com o início no alvor do século XXI. Este período é ainda indistinto como referem Manuela Afonso e Ana Fernandes (2005: 37): “É ainda muito cedo para dizer qual a doutrina emergente em matéria de desenvolvimento”.

1.1 As primeiras décadas (1950 e 60)

O sentimento dominante incidia sobre a segurança militar (evitar a guerra) e sobre a segurança económica e social (evitar a depressão económica, proporcionar bem estar económico-social). Inicialmente não se utiliza o termo “desenvolvimento”, mas com os resultados obtidos na aplicação do Plano Marshall procura-se extrapolar o seu sucesso para os novos países saídos da descolonização. Contudo, ao confrontarem-se as condições estruturais de desenvolvimento dos novos países, surge a evidência da necessidade de os desenvolver. É inevitável que se passe a falar também de subdesenvolvimento.

Nesse contexto o pensamento sobre o desenvolvimento sujeita-se às teorias económicas de Keynes, defendidas por teóricos como Nurkse, Arthur Lewis, Rosenstein-Rodan (Cf.1961) (*bigpush*) e Rostow (Cf. 1960) (cinco estádios do desenvolvimento), que avançam com o conceito de “modernização”. Este conceito, responde ao atraso das sociedades tradicionais, pressupunha a evolução das sociedades tradicionais para Estados modernos e industriais através da industrialização – sobretudo de substituição de importações – e de um forte intervencionismo do Estado.

Porém, três factores contrariam o sucesso destas teorias: (1) a natureza agrícola, pobre e dependente da exportação de matérias-primas destes Estados; (2) a escassez de capital onde a poupança doméstica não existe ou é insuficiente; e (3) a ausência de um sistema de comércio livre que, para estes países, implica ausência de divisas. Estas constatações, agravadas a longo prazo com o excessivo peso do Estado, resultaram numa negligência completa pelas questões sociais e ausência de iniciativa privada.

A resposta vem na forma de Ajuda, sendo o investimento de capital suportado pelas instituições de Bretton Woods: FMI, BIRD e BM, criadas em 1945, na conferência monetária e financeira com o mesmo nome. O desenvolvimento auto-sustentado pretendido é uma miragem, porque a Ajuda é ligada e “frequentemente utilizada como instrumento de política externa para manter as alianças e a influência política” (Afonso e Fernandes, 2005: 26).

1.2 As décadas de 1960 e 70

São marcadas pelo repensar do desenvolvimento nas formas de ajuda, uma vez que os resultados conseguidos nas décadas anteriores não são satisfatórios. Acentua-se o aumento da pobreza passando a prevalecer os programas de ajuda bilateral e multilateral para satisfação das necessidades básicas, suportados por empréstimos do Banco Mundial. O debate sobre o desenvolvimento centra a sua atenção nos sectores sociais: educação e saúde. Considera-se que a redução da pobreza está directamente ligada à população e ao ambiente, apostando-se novamente no espaço rural onde o papel da mulher assume relevância.

Estas décadas são ainda muito marcadas ideologicamente. Se por um lado se assume o combate político ao expansionismo da prática comunista, por outro os sectores neo-marxistas contestam a lógica económica capitalista que denominam de “Teoria da Dependência”. Segundo esta – baseada em trabalhos da Comissão Económica para a América Latina (CEPAL) e de autores como: Raul Prebisch, Gunder Frank, Dos Santos, Henrique Cardoso e Samir Amin –, os países do Sul estão na periferia do capitalismo e o interesse do capitalismo é explorar e preservar as diferenças. Esta interdependência entre o Norte e o Sul é sobretudo criticada nas áreas do comércio e produção. Acusam o Norte de fomentar no Sul a manutenção de uma ordem económica e política assente em produtos manufacturados para exportação. Esta via cerca os países pobres, assegura mercados abertos e impede a criação de pequenas indústrias alternativas nos mercados locais (Cf. Hayter, 1971).

1.3 As décadas de 1970 e 80

São inicialmente marcadas: (1) pela criação de uma *Nova Ordem Económica Internacional* (NOEI), uma resposta dos países em desenvolvimento aos seus problemas no âmbito da cooperação Sul/Sul; e (2) pela primeira crise do petróleo e consequente queda dos preços das matérias-primas. A NOEI não solucionou e a segunda agravou os problemas dos países pobres reflectidos nos crescentes défices das balanças de pagamentos e no aumento da

dívida devido ao excesso de recurso ao crédito. Paralelamente é criticada a interferência do Governo na economia pois impede o ajuste dos países à conjuntura internacional e são desencadeados os Programas de Ajustamento Estrutural¹⁰ para resolução da liquidez e insolvência dos países em desenvolvimento. Embora surjam críticas à ajuda (Cf. Browne, 1997), associada ao valor de 0,7% do PNB, prevalecem as reformas políticas de acordo com o “Consenso de Washington” que preconiza mais mercado, menos Estado e despesas públicas.

As Organizações Não Governamentais (ONG) após a aprendizagem da década de 70 do século passado aparecem na década seguinte como os canais preferenciais na condução da ajuda, sobretudo humanitária.

No campo teórico surge a “teoria do sistema-mundo” proposta por Wallerstein no âmbito do estudo do sistema global, dos grupos transnacionais e das organizações não governamentais. Assenta a sua análise na evolução do sistema capitalista onde distingue áreas centrais e periféricas na economia mundial: o centro, a periferia e a semi-periferia, numa dinâmica de mercado onde os países se podem deslocar da periferia para a semi-periferia, ou vice-versa. Esta constatação tem uma conclusão importante: o subdesenvolvimento não seria “permanente”. Comprovada pelo progresso crescente dos países asiáticos, como Taiwan, Coreia do Sul, Singapura e Hong-Kong, desacreditava a Teoria da Dependência.

1.4 As décadas de 1980 e 90

No final da década de 1980 surgem críticas à aposta anterior em mais economia de mercado (liberalização económica). As políticas preocupam-se novamente com a redução da pobreza – na correcção da marginalização dos mais pobres – e tentam reformar os sistemas institucionais como forma de dissipar as dificuldades que se opõem ao desenvolvimento, tomando “como exemplo a experiência do Este Asiático” (Afonso e Fernandes, 2005: 31). Com efeito a liberalização do mercado necessitava de instituições funcionais e eficazes suportadas por legislação adequada e aplicada por sistemas judiciários independentes. É grande a preocupação com a função do Estado e suas instituições, em particular a transparência dos governos (*good governance*) na correcta gestão das ajudas externas e efectiva redução da pobreza. Assim, de forma integrada, os doadores passam a manter apertada vigilância sobre temas como: democracia; defesa dos direitos humanos; protecção do ambiente; população e participação das mulheres; e desenvolvimento do sector privado.

¹⁰ Programas de Ajustamento Estrutural. Conjunto de medidas de política económica destinadas a viabilizar reformas institucionais e políticas da estrutura de uma economia, normalmente: eliminar défices, travar a inflação ou melhorar o PIB. Em certos casos negociar a dívida externa com novos empréstimos e prazos.

Neste período, para além das preocupações indicadas, assinalam-se alterações na motivação para a ajuda provenientes das mudanças na geoestratégia resultante do fim da Guerra Fria e do fenómeno conhecido por “cansaço da ajuda”, este resultante do (1) agravamento continuado da crise económica iniciada na década de 1970; e (2) constatação pela opinião pública dos fracos resultados conseguidos no desenvolvimento, com aumento da pobreza e crescente recurso a empréstimos e dependência dos mesmos. Como consequência a ajuda é canalizada para “infra-estruturas e serviços sociais de base (saúde, educação, água e saneamento), diminuindo significativamente nos sectores produtivos” (Afonso e Fernandes, 2005: 33).

Em consequência: a ajuda tende a ser: (1) selectiva, ou seja, inclina-se a beneficiar os países que adoptam políticas económicas e sectoriais sustentáveis; (2) participada por instituições não estatais como: Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento (ONGD) e órgãos de poder local; e (3) avaliada na sua gestão e resultados, procurando-se o aumento da sua eficácia.

Neste período ganha predominância a Teoria da Globalização, centrada na esfera das transacções económicas facilitadas pela comunicação global, efeito da revolução tecnológica da informação. O Estado-Nação perde espaço para os importantes e sofisticados fluxos de serviços financeiros e económicos, proporcionados pela flexibilidade tecnológica de ligações na rede mundial. O local está mais próximo do centro e a interacção pode realizar-se sem a supervisão de entidades hierarquicamente a montante. Como tal, os laços internacionais estreitam-se fruto do crescente papel da tecnologia da informação nas comunicações globais, gerando novas características culturais para os mercados e seus sistemas de produção flexíveis, economia e sociedade.

1.5 O início do século XXI

O mundo actual é caracterizado pela rápida e crescente interdependência da economia mundial. A política seguida em matéria de desenvolvimento e ajuda acompanha a tendência e sintetiza muitos dos elementos considerados no passado. Significa que é reconhecida a importância: (1) do papel dos governos, sobretudo na transparência da sua acção; (2) das políticas macroeconómicas concertadas e o seu impacto nos sectores da saúde, finanças e diplomacia (paz e guerra); e (3) nos efeitos sobre o ambiente e a população.

Há, como evidente, novos desafios que se prendem com o bem-estar económico e social dos cidadãos do mundo, que dependem, de maneira crescente, de interacções complexas dos

Bens Públicos Globais¹¹. Outro importante factor relaciona-se com as consequências dos acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 nos EUA. São dados passos relevantes no financiamento do desenvolvimento (Consenso de Monterrey, 2002), na eficácia da ajuda (Declaração de Roma sobre Harmonização, 2003), e estabelecidos novos mínimos de ajuda em relação ao Rendimento Nacional Bruto (RNB). Contudo, sente-se o regresso das preocupações centradas na segurança, tendendo as ajudas ao desenvolvimento a ser feitas com base no interesse nacional e na geoestratégia, numa utilização da ajuda para controlo de situações problemáticas. Situação que poderá ter efeitos contrários, ou seja, o aumento do descontentamento e da pobreza.

Para contrariar esta tendência as políticas de cooperação devem ser melhor dirigidas no sentido de estimularem: (1) a optimização da ajuda em sectores prioritários (educação, saúde e infra-estruturas básicas); (2) os apoios para se superarem com sucesso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM); (3) uma melhor coordenação na aplicação dos fundos; e (4) a harmonização de processos.

2. A Cooperação China-África

A China tem uma longa história de contactos com África. Conhecem-se indícios arqueológicos que evidenciam ligações culturais e trocas comerciais com o Egipto que remontam à Dinastia Han no Século III a.c. (Cf. Yutang, 1979). Na Idade Moderna os estudos africanos na China são retomados por missionários europeus. Em 1840 o autor chinês Lin Zexu publica uma obra ilustrada sobre geografia e etnologia africana, descrevendo locais, estados, cidades, líderes e grupos étnicos (Anshan, 2005: 61).

Em África registam-se algumas iniciativas individuais de contactos dos Estados com a China. Porém, tais iniciativas nunca assumiram carácter colectivo ou concertado. O fluxo de informação disponível é, assim, da China para África. Embora para a diplomacia chinesa África não tenha sido, ou seja, a principal prioridade, o continente africano chama sobre si a atenção enquanto: (1) fonte de matérias-primas; (2) mercado para exportações; e (3) zona de intervenção político-ideológica.

No decurso da sua história a China experimentou ciclos de abertura e de isolamento ao mundo exterior. Os períodos de abertura corresponderam à hegemonia do comércio; os de isolamento prendem-se com as questões geopolíticas do território chinês e sua gestão pelas

¹¹ Bens considerados universais. Distinguem-se: bens sobre-utilizados (ar, oceanos e florestas); bens sub-utilizados (liberdade de expressão, abolição da escravatura e condenação da tortura, produzidos pelo homem); e bens sub-fornecidos (como o esforço internacional em políticas globais de estabilidade financeira).

elites político-militares (Cf. Foucher, 1991). Este ponto do capítulo analisa o período demarcado pela Revolução Chinesa de 1949¹², entendida como reacção violenta ao período colonial caracterizado pela abertura, e os primeiros anos do século XXI, claramente de abertura ao mercado, à modernização e ao desenvolvimento chinês. Neste quadro as relações de cooperação sino-africanas desenvolvem-se numa contínua reformulação estratégico-política por parte da China face aos sinais dos tempos, ou seja, às mudanças operadas na situação internacional.

2.1 Entre a Ideologia e a Economia

Nas relações da China com África identificam-se dois ciclos, não claramente delimitados no tempo, cada qual com as suas particularidades: (1) o ideológico, compreendido entre 1949 e o fim da Revolução Cultural¹³ (e afirmação política de Deng Xiaoping) que designamos por *O internacionalismo proletário*; e (2) o económico, com início, embora ténue, após a aprovação em Outubro de 1971 da resolução 2758 da Assembleia Geral da ONU que proclama a República Popular da China como único e legal representante da China. Este último ciclo estende-se até aos nossos dias. Nesta parte trataremos o período que designamos por *O pragmatismo económico* e que vai até finais da década de 1990. A década seguinte, 1997-2007, será objecto de tratamento específico na secção “*Soft Power: Uma Estratégia de Cooperação*”.

Conforme refere Zhang Hong-ming em *A Política Chinesa na África* (Org. Bellucci, 2004: 233), são de considerar no conjunto dos ciclos descritos, cinco períodos de ajustamento da política chinesa: (1) o alinhamento com a União Soviética na década de 1950; (2) a luta contra a dupla hegemonia (EUA e URSS) durante a década de 1960; (3) a reaproximação ao Ocidente na década de 1970; (4) o jogo triangular entre os dois campos durante a década de 1980; e (5) o não-alinhamento na década de 1990. A evolução das relações sino-africanas é influenciada pelo contexto daqueles períodos e o seu desenvolvimento reflecte as orientações estratégicas globais da política chinesa.

¹² A Revolução Chinesa de 1949 resulta da queda da dinastia King em 1911 e dos conflitos civis de 1927/1937 e 1946/1949 entre nacionalistas (Chiang Kai-Chek) e comunistas (Mao Tsé-Tung). No período de 1937/1945 estas forças aliam-se na luta contra o invasor japonês. O conflito termina com a fuga nacionalista para a ilha de Taiwan e a proclamação pelo Partido Comunista Chinês da República Popular da China em 1 de Out. 1949.

¹³ A Revolução Cultural (1966-1976) foi um movimento radical de corte com a influência soviética e afirmação do modelo socialista chinês. Período influenciado por ideias de extrema-esquerda (Bando dos Quatro) lançou a China em crise profunda. Distúrbios político-económicos prejudicaram o seu desenvolvimento social e modernização.

2.1.1 O internacionalismo proletário

Na década de 1950, com o mundo dividido em dois blocos (EUA e URSS), a preocupação chinesa era o seu reconhecimento internacional e a sua segurança. A opção ideológica do regime chinês pelo campo socialista e o bloqueio político-económico do ocidente, sobretudo, dos Estados Unidos, tornam natural a aliança da China com a União Soviética e os países socialistas asiáticos e europeus. Havia, contudo, necessidade de diversificar relações que proporcionassem estabilidade e equilíbrio no contexto internacional e dar livre curso ao pensamento internacionalista, então, muito presente na China por influência do leninismo.

Na direcção de África dois factores concorrem para os objectivos chineses: (1) as independências africanas; e (2) a Conferência de Bandung¹⁴ em 1955. O primeiro mostra-se importante por colocar novos países no seio das Nações Unidas; a segunda ocorrência foi essencial na prossecução desses propósitos ao permitir estabelecer linhas de acção comum. Dos contactos criados surge a instituição de relações diplomáticas, primeiro com o Egipto em Maio de 1956, e nos quatro anos seguintes com a Argélia, Marrocos, Sudão e Guiné. Estes resultados não são um acaso. Derivam do esforço de abertura aos países socialistas dos continentes asiático, americano e africano dirigido por Zhu En-lai em 1954. O então Primeiro-ministro do governo chinês, enunciou *cinco princípios*¹⁵ para o relacionamento da China com os países estrangeiros (Hong-ming, 2004: 235): (1) respeito mútuo da soberania e da integridade territorial; (2) não agressão mútua; (3) não ingerência nos assuntos internos; (4) igualdade e vantagens recíprocas; e (5) coexistência pacífica.

Neste período a política chinesa em África era eminentemente ideológica, porque: (1) favorável ao processo de descolonização, fornecia ajuda financeira, material e armamento aos países africanos *progressistas* seus aliados, excluindo os *alinhados* com a URSS; (2) promovia relações políticas com os países subdesenvolvidos, visando ampliar a sua influência política; (3) apelava ao sentimento internacionalista, colocando em igualdade as aspirações dos países africanos e os seus interesses.

Na década de 1960, por razões estratégicas, a China recusa a estrutura bipolar de controlo do poder e o acantonamento dos países nas zonas de influência das superpotências. Afasta-se da órbita soviética e segue a perspectiva teórica de Mao Zedong das “duas zonas

¹⁴ “Final Communiqué of the Asian-African Conference, Bandung, 24 April 1955” in <http://www.iss.co.za/>

¹⁵ Os *Cinco Princípios de Coexistência Pacífica* constituem uma manifestação do realismo político e diplomático chinês. A iniciativa de Zhou En-lai resultou numa declaração de princípios conjuntamente com os Governos da Índia (Nehru) e Birmânia (actual Myanmar). A utilização destes princípios tem sido recorrente nos últimos 50 anos.

intermediárias”¹⁶ que procurava contrariar a hegemonia das duas superpotências: (1) apoiando-se na valência da primeira zona intermediária constituída pelos países subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina; e (2) pretendia ganhar a confiança da segunda zona, os países desenvolvidos da Europa Ocidental.

O reatamento de relações diplomáticas com a França em 1964 é o ponto alto da tese e marca pontos, simultaneamente, na Europa e em África. Aqui são importantes as repercussões nos países francófonos, extensíveis a outros países recém-independentes onde a diplomacia chinesa é estimulada por três desafios: (1) concorrer com a influência dos EUA e da URSS; (2) limitar ou evitar o estabelecimento de relações diplomáticas destes países com Taiwan; e (3) granjear apoios para o seu efectivo reconhecimento na Assembleia Geral da ONU (e substituição de Taiwan no Conselho de Segurança¹⁷).

Nos primeiros anos da década Zhu En-lai faz três visitas a África e define com clareza o que espera do relacionamento das duas partes recordando os "cinco princípios". Apesar destes princípios terem sido bem acolhidos – no fim da década a China mantinha relações diplomáticas com 19 Estados africanos, contra cinco dez anos antes –, os interesses chineses em África permaneciam maioritariamente ideológicos e as suas acções respondiam à necessidade de trazer a si o reconhecimento diplomático dado a Taiwan pelos países africanos, sendo a cooperação económica subsidiária.

O início da década de 1970, marcado pela entrada da China no Conselho de Segurança das Nações Unidas, parecia auspicioso – em 1971 passa a membro permanente com um terço dos votos favoráveis atribuídos por países africanos. Todavia, a década foi notável em dificuldades internas (fruto dos excessos do movimento da Revolução Cultural entre 1966 e 1976) e externas (eminência de conflitos militares a norte com a União Soviética e a sul por via da intervenção dos Estados Unidos no Vietname). Mao Zedong conta as suas espingardas e reformula a estratégia chinesa na teoria dos “três mundos”¹⁸ que, na prática, anunciava a sua disposição de aliar-se aos EUA contra a URSS, país que considerava perigoso e ameaçador.

Sempre com o objectivo de combate à política soviética que acusa de expansionista e de pretender asfixiar o Ocidente através do controle de África e da Europa do Sul, a China

¹⁶ A Teoria das Zonas Intermediárias assenta numa perspectiva ideológica de divisão do mundo em três zonas. O Leste e o Oeste estariam sob influência dos países capitalistas, socialistas e países em desenvolvimento ou pequenos países capitalistas.

¹⁷ O Conselho de Segurança da ONU tem por principal missão garantir a segurança colectiva e a manutenção da paz mundial. É constituído por quinze Estados: cinco membros permanentes (China, França, Federação Russa, Reino Unido e Estados Unidos); e dez eleitos pela Assembleia-Geral.

¹⁸ A Teoria dos Três Mundos considerava a divisão do mundo por níveis de desenvolvimento: o primeiro mundo era composto pelos Estados Unidos e pela União Soviética; o segundo pelos países desenvolvidos da Europa, Japão, Austrália e Canadá; e o terceiro mundo composto pelos países em desenvolvimento.

preconiza a sua união com os EUA, o Japão e a Europa. Em África, campo privilegiado da luta entre as duas superpotências, a política da China mostrava-se repleta de contradições, em consequência do seu novo posicionamento internacional: por um lado (1) apoia a luta armada dos movimentos de libertação nacional; por outro (2) ajuda as acções de contenção do avanço soviético em África por parte da França e dos EUA. Próxima da atitude dos países ocidentais, esta política foi assumida pelos seus interesses de Estado, enquanto, o apoio à luta contra o colonialismo espelha a continuidade do seu posicionamento ideológico. Contraditória, a dualidade tornava a China suspeita aos olhos de alguns países africanos. Contudo, não invalida que associada ao seu estatuto na ONU veja ampliada a sua presença diplomática em África: no final da década de 1970 são 44 os países africanos com relações com a China.

2.1.2 O pragmatismo económico

Sob a influência de Deng Xiaoping a década de 80 assiste à normalização das relações sino-soviéticas e ao estabelecimento generalizado de relações diplomáticas com os países ocidentais, condições indispensáveis para o projectado arranque económico e consequente modernização do tecido económico-social chinês. A reforma, a abertura ao exterior e os esforços de edificação económica interna obrigam a uma redefinição da política internacional chinesa. É abandonada a ideia da guerra e conflito mundial inevitáveis e adoptado um discurso com objectivos de paz e de desenvolvimento.

Enjeitando os aspectos ideológicos, sublinha a importância do desenvolvimento e estabelece três princípios para o seu relacionamento internacional: (1) a manutenção da independência e da autonomia; (2) a defesa da paz mundial; e (3) a caminhada conjunta pelo desenvolvimento. Estes princípios traduzem a sua recusa na participação em alianças ou blocos militares, e a aposta num não-alinhamento que permita conjugar esforços para resolução do seu atraso interno através do reforço do intercâmbio comercial e da cooperação económica com o exterior.

Assim deve ser entendida a aproximação aos países africanos que gravitavam na órbita soviética, até então, intencionalmente afastados. Em Janeiro de 1983 o Primeiro-ministro Zhao Ziyang visitou onze países africanos manifestando empenhamento na cooperação económica, tecnológica e política. Na Tanzânia afirmou que a China observaria os seguintes princípios nos seus contactos com África: (1) “igualdade e vantagens recíprocas; (2) valorização da eficácia; (3) diversidade nas formas de cooperação; e (4) desenvolvimento em

comum” (van de Looy, 2006: 5). É neste contexto que se registam melhorias nas relações bilaterais da China com a Etiópia, Somália, Angola, Moçambique e Madagáscar.

Em finais da década de 1980 sucedem-se três acontecimentos que, conjugados, irão ter grande influência nas relações sino-africanas: (1) o fim da Guerra Fria e conseqüentemente da estrutura bipolar de poder partilhado entre o Leste e Oeste leva a China a incrementar as relações exteriores baseando-as nas orientações dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica forçando que a evolução das forças mundiais tendam para um sistema multipolar; (2) a monopolização do poder por parte dos Estados Unidos e o seu empenhamento na inclusão de Taiwan no sistema de defesa e segurança americano-japonês como forma de refrear eventuais projectos de coalizão chinesa e compensação dos desequilíbrios comerciais, tornam instáveis as relações sino-americanas; e (3) os acontecimentos da primavera de 1989 em Tiananmen. Deles resultariam a deterioração das relações entre a China e os países ocidentais que protestam e exercem pressão política para a reposição dos direitos humanos, tendo recorrido a sanções económicas e corte de relações diplomáticas.

Deprimida e isolada no contexto mundial, a China encontra apoio em África. Considerando tratar-se a questão dos direitos humanos um assunto interno da China, vários dirigentes africanos manifestam-lhe solidariedade. Estimuladas as relações entre a China e os países africanos, as visitas recíprocas sucedem-se – cerca de 30 visitas de altos dirigentes chineses a África na década de 90. Este alinhamento é, uma vez mais, bem visível nas Nações Unidas onde os projectos de resolução da Comissão dos Direitos Humanos contra a China não eram aprovados graças ao forte contributo de África.

2.2 *Soft Power*: Uma Estratégia de Cooperação

Em 1992, Yang Shang-kun, presidente chinês de visita a África, considerando que a China e África possuíam muitos pontos de contacto face à problemática internacional, bem como, uma longa tradição de cooperação no âmbito das Nações Unidas, promete o empenhamento e apoio político da China, enquanto membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, na defesa e protecção dos interesses africanos, nomeadamente: (1) na manutenção da soberania de Estado; (2) na livre escolha de sistema político; (3) na cooperação inter-africana e mediação negociada de conflitos; (4) na promoção da estabilidade e integração económica regional; e (5) na participação efectiva dos países africanos nos assuntos internacionais e no seu contributo para a instauração de uma nova ordem económica e política.

Estas intenções proferidas numa época em que se registava elevado interesse chinês no desenvolvimento de relações económicas, relações que era necessário salvaguardar, não deixam de sublinhar empenhamento no suporte ideológico, embora em moldes diferentes do passado. Empenhamento que, decorrida pouco mais que uma década, se transfere para os estadistas africanos ao sentirem retracção de investimento dos doadores tradicionais e, simultaneamente, a imposição de um maior rigor e transparência na gestão das ajudas. Como refere Chris Alden estas exigências Ocidentais são vistas como “interferência nos assuntos internos africanos” e contrastam com o “comportamento compreensivo chinês” como o comprovam declarações proferidas em 2003 pelo Primeiro-ministro Wen Jiabao em Adis Abeba: “a assistência e os investimentos chineses são dados com a mais profunda sinceridade e sem condicionamentos políticos”; posição renovada pelo Presidente Hu Jintao, no Gabão em Fevereiro de 2004 (Cf. Alden, 2005).

A crise asiática de 1997 parece ter marcado a viragem chinesa para a estratégia apelidada por Joseph Nye de “*soft power*” (Cf. Nye, 2004). Com efeito a China aplica-a desde então na conquista de novos aliados que lhe garantam o acesso a recursos vitais ao seu crescimento/desenvolvimento (matérias-primas, sobretudo petróleo). E fá-lo através da sua capacidade de influenciar o comércio internacional, particularmente em África, quando canaliza ajuda financeira, avultados investimentos (IDE) e proporciona cobertura política utilizando o peso da sua posição nos organismos multilaterais.

Vejamos os passos mais significativos desta evolução que passa pelas competições ideológica, entretanto abandonada, e económica.

2.2.1 Queda do muro de Berlim: o fim da competição ideológica

Como vimos a actual posição chinesa, apesar de marcadamente comercial, intervém com suporte ideológico em países africanos empobrecidos – reconheça-se em resultado de políticas de ajuda inadequadas por parte do Ocidente – e a braços com conflitos civis armados e sérios problemas de direitos humanos.

No passado, do final da década de 1950 à queda do muro de Berlim, imperou a competição ideológica entre o Ocidente, a URSS e a China. O empenhamento económico chinês recente tem paralelo com o que se passou no campo ideológico no século passado. Na época existia da parte da República Popular da China um grande interesse em prolongar o seu entusiasmo revolucionário para longitudes com as quais sentia afinidade. Considerava-se solidária, em particular com África, tendo por base um passado comum – o colonialismo –, e

um presente de dificuldades – o subdesenvolvimento. Acrescia-lhe o desafio de procurar contrariar a política bipolar do Ocidente e da União Soviética e influenciá-la com a sua visão multipolar.

Na sequência da Conferência de Bandung os líderes africanos procuram aprofundar relações de amizade e cooperação com a China. Essa oportunidade surge no início da década de 1960, nomeadamente para os países que acederam à independência, cabendo ao Presidente da Guiné Sekou Touré a primeira visita oficial de um Chefe de Estado africano à China (Hong-Ming, 2004: 273). Até ao final do século XX contam-se por cerca de 200 as viagens com destino à China realizadas pelos mais altos dignitários dos Estados africanos. Contrariamente aos países ocidentais, mormente os EUA, que no século XX apenas enviaram o seu chefe supremo quatro vezes a África – Franklin Roosevelt ao Cairo em 1943; Jimmy Carter à Nigéria e Libéria em 1978; Bill Clinton na primavera de 1998; e George Bush em 2003 –, a China, demonstrando maior interesse e dedicação no relacionamento com África, fez entre 1995 e 2005, três visitas presidenciais, duas de primeiros-ministros, duas de presidentes da Assembleia Popular Nacional chinesa, uma de presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e dez visitas de vice-primeiros-ministros ou conselheiros de Estado a mais de 40 Estados africanos (Hong-Ming, 2004: 265).

O apoio chinês enquadra-se, numa primeira fase, maioritariamente na ajuda militar: (1) formação de quadros militares; (2) fornecimento de armamento aos movimentos que lutam pela independência (casos da UNITA em Angola e da FRELIMO em Moçambique). Posteriormente (Cf. Anexo 2) a ajuda e cooperação chinesas compreendiam por ordem de importância: (1) armamento; (2) ajuda financeira; (3) formação militar; (4) logística para campos de treino; (5) equipamento escolar; (6) géneros alimentares; (7) equipamento médico; e (8) uniformes. As nove zonas de intervenção chinesa consideradas prioritárias atravessavam verticalmente África, sendo facilmente dedutível o interesse chinês pela África Austral onde se concentram seis daquelas zonas.

A morte de Mao Zedong coincide com as últimas independências africanas. O apoio militar torna-se progressivamente mais discreto ou menor dirigindo-se o interesse da China para a produção de armamento no continente africano. Na actualidade a produção local chinesa já não tem a ver com critérios de ajuda, mas sim com novos conceitos de natureza comercial: “*la RPC a ouvert trois usines de fabrication d’armes légères au Soudan; d’autres usines de munitions et d’armes légères ont également été construites au Zimbabwe et au Mali*” (Niquet, 2006: 364).

Neste período registam-se alguns empreendimentos na área das obras públicas dos Estados africanos, como o ambicioso projecto da construção do caminho-de-ferro de Tazara entre a Tanzânia e a Zâmbia e diversos recintos desportivos. Jean-Christophe Servant (2005) refere-se a *concentrating on ideological friends in east Africa* retirando-lhe empenhamento comercial efectivo, antes uma forma selectiva de colaboração com base na ideologia. Katharina Hofmann (2006: 4) indo um pouco mais longe na sua análise, ultrapassa o mero interesse chinês de marcar presença na zona de influência e reconhece no envolvimento chinês na cooperação Sul-Sul razões económicas e considerações geopolíticas. Afirma, citando Alden: “*The construction of a coalition of interests among developing countries, with China as a natural leader, is a key feature of China’s embrace of multilateralism*”.

A subtileza chinesa no tratamento interdependente da ideologia e da economia tem outra manifestação interessante com a implantação em África dos *Institutos Confúcio*, uma afirmação de disponibilidade de cooperação e construção de interesses. Retomando uma tradição nas relações sino-africanas no campo da educação, mas, desta feita em solo africano, estes centros de estudos chineses com provas dadas na Ásia fornecem aos jovens africanos noções da cultura chinesa e o conhecimento do idioma mandarim. Uma estratégia inteligente de difusão do *soft power* chinês que se alarga ao solo chinês noutros campos: do ensino universitário à formação de diplomatas e de jornalistas.

A imagem da China, muito para além do marketing promocional a nível internacional, está associada aos seus êxitos económicos e padrão de desenvolvimento. As elites africanas sentem-se naturalmente entusiasmadas e atraídas pelo seu modelo de progresso.

2.2.2 A competição por recursos estratégicos e mercados

Na cooperação China-África os Fóruns para a Cooperação Sino-Africana (FOCAC) podem parecer, como assinala Ronan Morin-Allory (2005), a resposta chinesa a fóruns similares da cooperação internacional, nomeadamente com África. Contudo, as suas ligações recentes remontam a 1992/1993. Nessa altura a cooperação económica sino-africana é incrementada pela estratégia chinesa de diversificação de mercado em resultado das sanções ocidentais. Em 1993 o Ministério chinês do Comércio Exterior e da Cooperação Económica elabora um plano de acção para o mercado africano cujo objectivo principal estava centrado no estímulo às empresas chinesas na participação comercial e no aumento dos seus investimentos em África. Em seguimento, Zhu Rongji, economista e vice-primeiro-ministro para os assuntos económicos da China, estabelece em 1995 com governantes africanos novas

formas de cooperação económica. Daí resultando a Conferência Nacional de Trabalho para a Reforma da Assistência a Países Estrangeiros, cuja decisão principal foi a abertura de dez Centros para Comércio e Investimentos em África (Egipto, Mali, Guiné, Costa do Marfim, Nigéria, Zâmbia, Tanzânia, Gabão, Camarões e Moçambique).

Em Maio de 1996 o presidente da República Popular da China Jiang Zemin, a convite da OUA, visitou 6 países africanos tendo assinado mais de 20 acordos de cooperação económica, técnica e cultural. São dados passos significativos na cooperação sino-africana e em 1997 o Ministério chinês do Comércio Exterior e da Cooperação Económica promove uma conferência nacional para acertar medidas de ajuda à instalação em África de empresários chineses. Outro sinal de empenhamento no avanço da cooperação sino-africana foi o estabelecimento de um seminário bianual de gestores africanos e asiáticos.

Em Outubro de 2000, culminando todo este esforço de cooperação, reuniu em Pequim o primeiro FOCAC com a presença de cerca de 80 individualidades africanas. Teve como decisões mais marcantes: (1) o compromisso de relações estáveis de longo prazo com vantagens recíprocas no século XXI; (2) redução e/ou anulação das dívidas dos países africanos no valor de 1,2 biliões de USD; (3) aumento da assistência externa chinesa a África.

Em 2003 tem lugar em Addis Abeba o segundo FOCAC. São assumidos compromissos genéricos de ordem comercial e fiscal, tais como: supressão de dupla taxa nos produtos; harmonização de políticas comerciais; acordos para protecção de investimentos; encorajamento a criação de *joint-ventures*; e compromissos particulares com 34 países africanos em que se estabeleceu uma tarifa zero para importações de determinados produtos.

A terceira conferência do FOCAC acontece em Novembro de 2006. Procurou-se associá-la às comemorações dos 50 anos do relacionamento diplomático da China com África e, de forma subentendida, ao espírito da Conferência de Bandung, marco nas relações recentes da amizade sino-africana. Na declaração final da conferência, reiteradas as ligações económicas e políticas, são também mencionadas as intenções de alargamento da cooperação e a China promete duplicar até 2009 o montante da sua ajuda a África (FOCAC, 2006).

Para observadores externos como Kernen (2007: 165-168) o FOCAC não é somente um fórum económico, ele personifica os objectivos políticos da China que exerce, de momento, uma dominação sem oposição no fórum. Este autor constata, através da análise da diplomacia bilateral¹⁹, que a importância do fórum é diminuta como plataforma de negociação global africana. Verificou que, terminado o fórum, alguns presidentes africanos presentes - *les plus*

¹⁹ Cf. edições dos jornais China Daily, Renmin Ribao e Beijing Ribao, de 7, 8 e 9 de Novembro de 2006 (Kernen, 2007).

influents ou utiles à la politique étrangère chinoise (Kernen, 2007: 168) - efectuaram visitas de Estado à China.

O resultado de todos estes acordos encaminha-se para a satisfação das necessidades internas da China em recursos energéticos, matérias-primas e agricultura. O modelo chinês de cooperação e desenvolvimento, ao contrário dos modelos ocidentais e japoneses que recusam apoio a regimes autoritários e exigem transparência na aplicação das ajudas, rejeita a ingerência nos assuntos internos dos Estados africanos e procura oportunidades, mesmo incertas, de desenvolvimento e comércio em zonas de risco ou de desintegração do Estado (Niquet, 2006: 366).

Nas importações chinesas de África o petróleo tem grande visibilidade. São fornecedores: Sudão, Angola, Guiné Equatorial, Gabão, Camarões, Nigéria, Quênia e Chade. Contudo, à China interessam igualmente matérias-primas e minerais: cobre, níquel, ferro, bauxite, urânio e outros recursos abundantes em África como a madeira, o tabaco e o algodão. Por sua vez a China inunda os mercados africanos de produtos manufacturados pouco sofisticados e baratos: *boubous* (vestuário tradicional), chapéus, objectos em plástico ou esmalte, brinquedos, material de escritório, electrodomésticos e têxteis. Estes provocaram forte concorrência e efeitos destrutivos no suporte industrial similar africano.

Os investimentos chineses em África “dirigem-se para sectores que interessam particularmente à economia chinesa” (Niquet, 2006: 370). Na prática, as sociedades chinesas fortemente incentivadas pelo Estado, procuram canalizar os seus investimentos através de parcerias locais nas seguintes áreas: (1) exploração de recursos naturais (energia, matérias-primas, produtos minerais e pescas); (2) agrícolas; (3) construção ou reconstrução de infra-estruturas; (4) telecomunicações; e (5) indústria farmacêutica.

Na energia sobressai o petróleo onde a China, que concorre directamente com os EUA, procura diversificar as suas fontes e diminuir a dependência do Médio Oriente, origem de cerca de 60% das suas importações. Em outros sectores da economia o investimento chinês é criticado por, embora em crescendo de projectos, estes não serem financeiramente importantes, residindo o seu mérito na visibilidade que proporcionam através das construções de obras públicas e recuperação de infra-estruturas (Kernen, 2007: 169). Esta percepção já existia em 2005 quando Ronan Morin-Allory (2005) analisou comparativamente os investimentos chineses e japoneses em África. Segundo esta análise, em 2001 o IDE chinês destinado a África foi de mais de 10% e o japonês de 0,6%; sendo o número de projectos chineses financiados três vezes superior ao japonês. Contudo, os projectos japoneses tiveram um valor médio de 14 milhões de dólares e os projectos chineses em média 1,6 milhões de

dólares. Morin-Allory conclui que na estratégia de investimento chinês em África prevalece o factor *risco do investimento*. Assim, em vez de se concentrar em projectos de envergadura, como o Japão, a China multiplica-se em pequenos projectos de investimento minimizando as perdas em caso de dificuldades.

Reconhecendo que a falta de capitais é o grande obstáculo que a cooperação política, económica e técnica sino-africana enfrenta, Hong-ming (2004: 294) classifica as relações sino-africanas como *complementares*, porque: (1) África detém valiosos recursos minerais, agrícolas e florestais, escassos na China, que deles necessita para o seu desenvolvimento; (2) a China está apta a fornecer África de máquinas industriais e agrícolas, electrodomésticos e artigos de uso corrente adequados ao seu quadro de desenvolvimento e nível de consumo.

Na perspectiva da complementaridade que ganhos resultam para a China e para África?

- A China, país populoso e com grandes assimetrias regionais, sobretudo no interior rural e subdesenvolvido, procura: (1) uma economia de dimensão continental, semelhante à economia americana, dotada de modernas estruturas de transportes e telecomunicações; (2) a afirmação, em primeira instância, como potência regional em concurso directo com o Japão; e (3) por último, mas não menos importante, a confirmação da sua importância na economia e política internacionais e o retorno desse prestígio na cena mundial.

- África pode contribuir decisivamente para tornar possível o objectivo chinês e daí retirar as contrapartidas necessárias ao seu próprio desenvolvimento. A troca de matérias-primas pela construção de infra-estruturas – rodoviárias, ferroviárias, portuárias, de saúde e educação –, bem como a introdução de máquinas industriais e agrícolas ligeiras podem constituir o ponto de partida para a consolidação do sector industrial africano que permita ganhar valor e passar à indústria pesada. Desse modo pode transformar-se num exportador, não essencialmente de matérias-primas, mas de produtos acabados/manufacturados e melhorar o seu valor de trocas no interior de África e com o exterior no sentido da integração plena na economia mundial.

No sector agrícola África pode beneficiar da experiência de desenvolvimento rural empreendido pela China, experiência que transposta para África com as devidas adaptações de gestão e produções locais poderá aumentar o rendimento agrícola e recuperar os deficits alimentares. No turismo abrem-se perspectivas de mudança de um turismo especializado para outro de massas, possibilitando desenvolver amplos sectores da economia: hotelaria, artesanato, viagens e comércio tradicional.

CAPÍTULO III

A COOPERAÇÃO CHINA-ANGOLA

Dividido em duas partes, este capítulo estuda o relacionamento Sino-Angolano dos últimos 50 anos. A primeira parte trata a história recente, o percurso dos movimentos de libertação e faz a caracterização económica e social de Angola. A segunda parte analisa a sequência de interações estabelecidas pelas diversas forças sociais angolanas na cooperação com a China, onde são determinantes os apoios concebidos segundo as simpatias ideológicas ou as necessidades do momento.

1. História Recente de Angola

A República de Angola, localizada na costa ocidental do continente africano (Cf. Anexo 3), confronta com o Oceano Atlântico, República do Congo (Brazzaville), República Democrática do Congo (Kinshasa), República da Zâmbia (Lusaka) e República da Namíbia (Windhoek). Possui uma área de 1.246.700 km², clima tropical e uma população de 16 milhões de habitantes em 2005, conforme estimativa das Nações Unidas (Cf. 2006), dado que o último censo populacional de Angola data de 1970. O idioma oficial é o português, falando-se outras línguas, como o kikongo, o kimbundo e o umbundo. Predomina a religião católica.

Angola foi colónia portuguesa entre finais do século XV e 11 de Novembro de 1975, data da sua independência. No período colonial destacam-se três ciclos económicos: (1) o primeiro centra-se no comércio de escravos, cera, marfim e cobre; (2) o segundo ciclo, em consequência do declínio do tráfico de escravos africanos para a América e das resoluções saídas da Conferência de Berlim (1884-1885), investe na construção de infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias e na modernização da economia direccionada para a produção de café, açúcar, sisal, milho, algodão e extracção de diamantes; (3) o ciclo final, marcado por um grande crescimento económico, compreende o início da guerra colonial e a proclamação da independência de Angola. Neste período de pouco mais de uma década, Portugal, para conter o avanço dos movimentos de libertação e a contestação à sua soberania nos fóruns internacionais, envia militares, estimula a imigração e investe na exploração petrolífera, daí resultando uma rápida industrialização e uma significativa melhoria da qualidade de vida da população.

Angola possui grande riqueza e diversidade de recursos naturais, como petróleo, diamantes, madeiras e minérios que: (1) no período colonial condicionaram e atrasaram a sua independência; (2) no período pós-colonial dificultaram a estabilidade; (3) após o restabelecimento da paz de 2002 são o suporte para o desenvolvimento do país. Embora conste na lista dos países mais ricos do continente africano – segundo produtor de petróleo²⁰ da África Subsaariana e sexto produtor mundial de diamantes²¹ –, Angola apresenta indicadores de desenvolvimento humano (IDH)²² preocupantes: evolui de 0,291 em 1992 para 0,446 em 2005, valor abaixo da média Subsaariana, nesse ano de 0,493 (PNUD, 2007: 232). Naqueles anos a sua colocação no ranking dos países analisados era de respectivamente: 164º em 174 países; e 162º em 177. Em 1999 o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) classificou Angola como “o pior lugar do mundo para se ser criança”. Cinco anos depois a situação não apresentava melhorias significativas.²³

Vários factores contribuíram para um escasso investimento nos recursos humanos tornando evidente o desfasamento entre o potencial e a realidade da nação angolana: (1) a existência de infra-estruturas obsoletas ou degradadas por acção do longo período de guerra impossibilitam o desenvolvimento eficaz dos sectores da agricultura, indústria, serviços e pescas; (2) a dependência do Estado das receitas provenientes da exploração de petróleo e diamantes – em 2005, representaram cerca de 95% do total das exportações, um peso de 59% no produto interno bruto (PIB)²⁴ e 80% das receitas orçamentadas pelo Estado (Cf. BES 2007); (3) o pequeno significado das produções tradicionais como arroz, açúcar, tabaco, peixe e café com cerca de 1% das exportações totais; (4) a corrupção e a má gestão dos recursos públicos.

No plano político a independência de Angola marca o início de um novo ciclo de luta dos antigos movimentos de libertação pelo controlo do país, em particular da capital, Luanda.

²⁰ Angola é o segundo produtor de petróleo da África Subsaariana. Em 2006 tornou-se membro da OPEC tendo-lhe sido atribuída uma quota de produção de 1,9 milhões de barris diários. Cf. CIA – The World Factbook.

²¹ Angola é o sexto maior produtor mundial de diamantes, mas, devido à qualidade das suas pedras preciosas, é o quarto país em receitas arrecadadas. Cf. Angola em Movimento, N° 13 – Outubro 2005.

²² O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) permite: medir os avanços de uma sociedade em matéria de desenvolvimento humano; e fazer comparações entre países. Calculado e publicado pelo PNUD desde 1990 com base nos índices de esperança de vida; de educação; e de PIB *per capita*. Possui três escalões: alto ($\geq 0,800$); médio (entre 0,500 e 0,799); e baixo ($< 0,500$).

²³ Angola é um dos países do mundo com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Estima-se que a pobreza atinja dois terços duma população com sérias deficiências em várias áreas: alimentação, saúde, educação, emprego e infra-estruturas básicas (Cf. IPAD/BDO (2006).

²⁴ Produto Interno Bruto (PIB). Este indicador quantifica a capacidade de uma economia gerar rendimentos para a sua população. Utilizado pelo Banco Mundial para comparar o nível de desenvolvimento dos países. O PIB *per capita* resulta da divisão do PIB pela população. Está ordenado em três escalões de rendimentos: baixo (menos de 765 dólares); médio (de 766 a 9.385 dólares); e alto (mais de 9.386 dólares).

A guerra estende-se a todo o território entrando no teatro militar duas novas formações aliadas dos tradicionais suportes dos movimentos: a África do Sul e Cuba.

Em 1976, as Nações Unidas reconhecem legitimidade ao governo do MPLA, movimento que se institucionaliza em 1977 como Partido do Trabalho de orientação marxista-leninista. O primeiro presidente de Angola, Agostinho Neto, morre em 1979, e José Eduardo dos Santos assume, desde então, a presidência do país.

A década de 1980 foi de guerra continuada. Em Dezembro de 1988, após longas negociações patrocinadas pelos Estados Unidos, foi assinado em Nova Iorque um acordo entre Angola, África do Sul e Cuba determinando as condições para a independência da Namíbia. Como contrapartida estabelecia a retirada da força militar cubana²⁵ de Angola.

Tentativas sucessivas de chegar à paz marcam a década de 1990: (1) o acordo de Gbadolite (Zaire) em 1989, de curta duração; (2) em 1990 a UNITA reconhece os órgãos de poder angolano (presidente e governo); (3) estes, em sintonia com a onda de mudanças desencadeadas pela queda do Muro de Berlim, aceitam em 1991 o pluralismo partidário; (4) no seguimento da retirada do último contingente de tropas cubanas, também em 1991, subscrevem-se os acordos de Bicesse (Portugal), grande esperança de finalizar a guerra civil²⁶ e institucionalizar a paz; (5) as eleições legislativas e presidenciais previstas nos acordos realizam-se em Setembro de 1992; (6) a UNITA não aceita os resultados²⁷ e retoma a guerra; (7) em 1994 é assinado em Lusaka²⁸ (Zâmbia) novo protocolo estabelecendo a paz. Com altos e baixos é quebrado em 1998.

A guerra perdura até 2002, altura em que a morte de Jonas Savimbi modifica o equilíbrio de forças. A UNITA prescinde do seu braço armado, desmobilizado e integrado nas Forças Armadas de Angola (FAA), e passa a lutar pelo poder político segundo as regras democráticas.

²⁵ Cuba assistiu o MPLA com uma força estimada de 60.000 homens, justificados como resposta à ajuda prestada à UNITA pelas tropas Sul-Africanas. Estas argumentavam perseguir o movimento de libertação da Namíbia SWAPO (Organização dos Povos do Sudoeste Africano).

²⁶ As Nações Unidas, de acordo com o estipulado em Bicesse, enviaram a UNAVEM II - Missão de Verificação das Nações Unidas - com a finalidade de monitorizar o cessar-fogo, repatriar e reintegrar os refugiados angolanos. A primeira missão UNAVEM iniciou-se em Dezembro de 1988. Foi instituída para verificar a retirada das tropas cubanas. A UNAVEM III seguiu o processo de reconciliação MPLA/UNITA. Em Junho de 1997 foi substituída pela Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA) que se retira em Julho de 1999.

²⁷ Resultados eleitorais de 1992. Eleições legislativas: MPLA 53,7% e UNITA 34,1%; 1ª Volta das Eleições presidenciais: Eduardo dos Santos 49,5% e Jonas Savimbi 40,0% (Miranda, 2004: 21).

²⁸ No seguimento dos acordos de Lusaka o Conselho de Segurança da ONU aprova em Fevereiro de 1995 a Resolução 976 que envia uma força de manutenção de paz: 7.000 homens observam a desmobilização das tropas. As tarefas foram concluídas em Dezembro de 1996. Em 11 de Abril de 1997 toma posse o Governo de Unidade Nacional. Jonas Savimbi recusa o convite para vice-presidente.

Adquirida a paz em 4 de Abril de 2002, ratificada pelo “Memorando de Entendimento do Luena Complementar ao Protocolo de Lusaka”, o governo angolano empenha-se no estabelecimento de acordos multilaterais (FMI e BM) e bilaterais (EUA, França, Japão, China e Índia) destinados à recuperação das infra-estruturas e da economia nacionais.

1.1 Os movimentos de libertação de Angola

No processo de descolonização de Angola distinguem-se, contrariando a regra africana de uma oposição unívoca, três movimentos de libertação nacional: (1) a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA); (2) o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); e (3) a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Estes movimentos nacionalistas, além de lutarem contra o colonialismo português combateram entre si, antes e após a independência de Angola, revelando simbiose com os complexos interesses político-ideológicas da comunidade internacional.

A emergência da FNLA e do MPLA no norte de Angola dá-se no contexto da descolonização africana e dos alinhamentos da Guerra-Fria. Estes movimentos aderiram aos blocos liderados, respectivamente, pelos EUA e pela URSS. A UNITA surge no centro de Angola no contexto das propostas alternativas do Terceiro Mundo. Com o apoio da China adopta uma orientação ideológica maoísta, posicionamento que não abandonaria²⁹, contudo, por razões estratégicas afasta-se da China no final da década de 1970.

Qualquer dos movimentos demonstrou estar muito dependente dos apoios militares e financeiros do exterior. Estes condicionarão os seus percursos político-ideológicos, como veremos na análise sucinta das organizações e respectivos projectos orgânicos.

1.1.1 A Frente Nacional para a Libertação de Angola

A FNLA tem origem remota na década de 1940 e nas ideias messiânicas e regionalistas de Simão Toco. A sua influência conduz os povos do norte a criarem em 1956 a Aliança do Povo Zombo (ALIAZO) mais tarde Partido Democrático de Angola (PDA).

Em 1954 nasce a União dos Povos do Norte de Angola (UPNA) como suporte da campanha de Holden Roberto pela sucessão do Rei do Congo. Falhada a investidura, a UPNA radicaliza posições e Roberto participa em 1958 no Congresso dos Povos Africanos onde

²⁹ Savimbi e a UNITA, conforme refere James Kean (2007), nunca abandonaram o marxismo ou maoísmo da sua juventude. “No Centro de Estudos Kapesi Kafundanga (Cekk) [...] as disciplinas de marxismo-leninismo e maoísmo ocupavam lugares muito importantes na formação dos quadros políticos da organização”.

adere ao pan-africanismo pela mão de N'Krumah³⁰ e Lumumba³¹. No regresso de Acra, na tentativa de ultrapassar o carácter regional do movimento, promove a implantação nacional da UPNA sob o nome de União dos Povos de Angola (UPA).

Em 1961 a UPA inicia as hostilidades no norte de Angola atraindo grande apoio internacional, nomeadamente dos Estados Unidos e de países africanos. Em 1962, sendo já um movimento nacionalista bem organizado e apoiado, absorve o PDA e adopta a designação de Frente Nacional de Libertação de Angola, cria o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA) e forma em Leopoldville o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE) reconhecido pela OUA e por 32 países africanos.

Holden Roberto, politicamente pró-capitalista e próximo do presidente Mobutu do Zaire, manterá até ao final da década de 70 do século passado ligações privilegiadas com os Estados Unidos. O seu projecto político-social para Angola apresentava-se com cariz social, progressista e nacionalista, embora lhe sejam apontadas falhas na sua estratégia de luta pela resolução da situação colonial, como: (1) dificuldades de entrosamento com as camadas populares (Santos, 1975: 69); (2) bases militares e logística situadas fora do território angolano; e (3) método de recrutamento de efectivos militares pouco coerente. Estes factores concorreram para a perda progressiva de influência da FNLA na vida angolana e ditam a sua dissolução em finais da década de 1970.

1.1.2 O Movimento Popular de Libertação de Angola

O MPLA resulta da fusão em 1956 do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) e do Partido Comunista de Angola (PCA), criados em 1953 e 1955, respectivamente (Freitas, 1975: 102). Em 1958 aparece o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA) que também se integrará no MPLA. Embora o movimento negasse tendências regionalistas e reclamasse uma base de apoio nacional, o seu suporte era constituído pela (1) pequena burguesia urbana e operariado luandense; e (2) pela população kimbundo das províncias de Luanda, Bengo, Malanje e Cuanza Norte. No campo militar constituiu as Forças Armadas Populares para a Libertação de Angola (FAPLA). No final de 1960 grande parte dos seus quadros é presa e transfere a direcção do movimento de Luanda para Conacri. Em finais de 1961, beneficiando da independência do ex-Congo Belga,

³⁰ Político ganês (1909-1972) líder do Partido da Convenção Popular desde 1947. Em 1952 assume o cargo de primeiro-ministro e conduz a luta pela independência da colónia, obtida em 1957.

³¹ Fundador do Movimento Nacional Congolês assassinado em 17 de Janeiro de 1961 após um curto período como primeiro-ministro (Junho a Setembro de 1960).

transfere as suas estruturas para Leopoldville (actual Kinshasa), e tenta uma aproximação à UPA. Em 1963 a OUA faz nova tentativa de aproximação do MPLA à FNLA através de uma comissão de reconciliação. Esta, não sendo bem sucedida devido às dificuldades internas e profunda crise de liderança no MPLA, propõe o reconhecimento do GRAE como organização representativa do povo angolano.

O MPLA é ideologicamente pró-soviético com apoios dos países do leste-europeu e, principalmente, da União Soviética e de Cuba. O projecto marxista do MPLA pressupunha a existência de: (1) um partido político único ao qual se subordinavam todas as outras organizações (armadas, religiosas ou étnicas); e (2) a propriedade colectiva da terra e dos meios de produção. Esta sólida estrutura organizativa vai permitir-lhe assumir e manter-se no poder desde 1975.

1.1.3 A União Nacional para a Independência Total de Angola

A UNITA foi criada em Março de 1966 na região do Moxico (Cf. Melo, 1988). O seu mentor foi Jonas Savimbi, antigo secretário-geral da FNLA e Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE até Julho de 1964, altura em que entra em ruptura com Holden Roberto e abandona o partido. Apoiado internamente pelos ovimbundo, cerca de 40% da população de Angola, Savimbi pratica uma liderança forte e impiedosa com qualquer oposição. Com limitado número de quadros, exerce a sua acção militar nos meios rurais por intermédio das Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), mostrando pouca apetência pela luta urbana. Do exterior salientam-se os apoios iniciais da China, do Egipto e da Zâmbia. Esta, a partir de 1967, condiciona-lhe a retaguarda logística, pois a UNITA ataca o Caminho-de-Ferro de Benguela, fundamental no seu acesso ao Atlântico. Da China, além do treino militar e das ajudas em armamento e finanças, vem-lhe a visão do Terceiro Mundo e o suporte estratégico de contenção da progressão soviética por intermédio do MPLA. Para tal não recusa a aliança com o exército colonial³² para a manter a zona Leste de Angola, território que considerava sua zona de influência. O Egipto proporcionou aos dirigentes do movimento condições para reflexão e assimilação da teoria maoísta, bem como, contactos e relacionamento internacional.

Após a independência o enfraquecimento da FNLA dita a viragem ideológica da UNITA. Com o intuito de beneficiar do apoio financeiro dos EUA e militar da África do Sul

³² Conforme correspondência trocada entre Jonas Savimbi e as autoridades portuguesas publicada em 3 de Julho de 1974 na revista AFRIQUE-ASIE, n.º 61.

torna-se pró-ocidental. Na década de 1990 os EUA aproximam-se do MPLA e a UNITA passa a financiar as suas actividades através do recurso à exploração e tráfico de diamantes. Coagiu a oposição interna recorrendo à utilização intensiva de minas anti-pessoais³³ como forma de desarticular o aparelho produtivo de Angola. Em 2002 abdica da luta armada e integra-se na sociedade civil angolana.

1.2 Caracterização económica e social

Os indicadores mencionados a seguir pretendem dar uma visão da situação económica e social de Angola na actualidade. Podemos considerar satisfatórios os indicadores económicos, muito por força da conjuntura do petróleo que mantém preços altos nos mercados mundiais. Nos indicadores de bem-estar social a evolução angolana tem sido mais lenta ou em regressão (Rocha, 2006: 18) e a requerer cuidados especiais.

Taxa de inflação: Em 2002 apresentava um valor de 105,6%, cerca de 2,5 vezes menos que a taxa verificada em 2000. Como demonstra a Tabela 3.01 com dados do Banco Nacional de Angola, nos anos seguintes acentua-se a tendência para descida: 2007 termina nos 11,78%.

Tabela 3.01: Evolução da Inflação em Angola (2000-2007)

Ano	Inflação Média Anual (%)
2000	268,31
2001	116,06
2002	105,60
2003	76,57
2004	31,02
2005	18,53
2006	12,21
2007	11,78

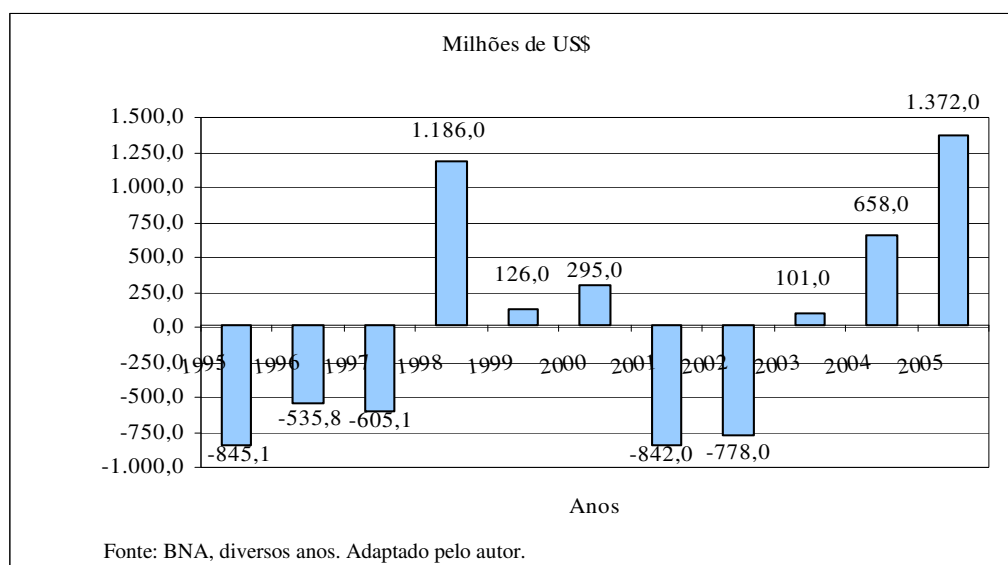
Fonte: BNA, 2008b. Adaptado pelo autor.

Taxa de desemprego: Não existem dados estatísticos fiáveis sobre o índice de desemprego. O governo angolano estimava-o próximo dos 25,2% em 2006 (Miniplan, 2007: 4). Deve referir-se que o petróleo, principal produto económico do país, gera pouco emprego e que o mercado informal o absorve maioritariamente nos seus circuitos de produção e comércio.

³³ As minas terrestres anti-pessoais são um flagelo em Angola. Anualmente registam-se 90 a 100 acidentes de que resultam mortes e mutilados. O governo de Angola aderiu à Convenção de Otava, tratado anti-minas.

Balança de pagamentos: Após 1990 Angola apresentou défices sucessivos na sua balança de pagamentos.³⁴ No Gráfico 3.01 destacam-se como excepção os anos de 1998, 1999 e 2000, de conjuntura internacional favorável nos preços do petróleo e diamantes. A partir de 2003 os resultados voltam a ser positivos, estimando-se para 2006 um excedente de 1.995 milhões de USD, cerca de 4,9% do PIB (Miniplan, 2007: 11).

Gráfico 3.01: Evolução da Balança de Pagamentos de Angola (1995-2005)



Exportações: As exportações de Angola concentram-se em bens primários que dependem das flutuações de preços no mercado internacional. O petróleo segue para os Estados Unidos, China e França; os diamantes para a Bélgica e Israel. Estes dois produtos incorporam cerca de 65 a 70% ao PIB. O petróleo contribui para as exportações em mais de 95%, e o sector não petróleo em cerca de 5%, a maioria diamantes, tendo o café e os produtos da pesca valores residuais (BNA, 2008a).

Importações: As importações angolanas são características duma economia nas primeiras fases de crescimento: a escassez de recursos e o baixo nível de industrialização obrigam à importação de bens de consumo corrente (alimentos e combustíveis), bens de consumo intermédio (matérias-primas) e bens de capital (financiamento, dirigido a partir da paz de 2002 para reconstrução e recuperação das infra-estruturas nacionais).

³⁴ A balança de pagamentos relaciona as balanças da conta corrente e de capitais. Permite conhecer as necessidades de financiamento de um país. Um défice indica perda de activos e um *superavit* acumulação de reservas pelo Banco Central.

Taxa de abertura ao exterior: Angola apresenta *superavit* devido às exportações de petróleo e diamantes, mas a sua economia interna é débil: tem pouca capacidade produtiva e grande necessidade de importação de bens primários e produtos manufacturados. Daqui resulta como comprova a Tabela 3.02 uma elevada taxa de abertura ao exterior (soma das exportações e importações em percentagem do PIB) que no período de 2000 a 2005 corresponde à média de 105,8%, valor que simultaneamente indica a importância e extrema dependência de Angola para com o comércio externo.

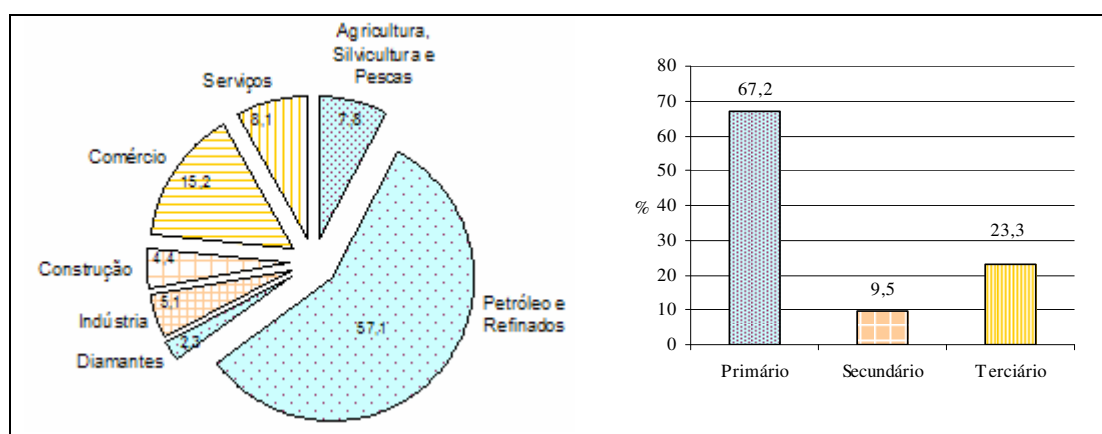
Tabela 3.02: Indicadores de Abertura de Angola ao Exterior (2000-2005)

Ano	Exp.Total	Imp.Total	Exp + Imp Total	PIB	Taxa Ab Ext (%)	Média 2000-2005
2000	7.921	3.040	10.961	8.864	124	105,8
2001	6.534	3.179	9.713	9.880	98	
2002	8.328	3.760	12.088	11.204	108	
2003	9.508	5.480	14.988	13.826	108	
2004	13.475	5.832	19.307	19.752	98	
2005	24.109	8.353	32.462	32.811	99	

Fonte: BNA, diversos anos. Adaptado pelo autor.

Economia por sectores de actividade: Nos resultados de 2006 (Gráfico 3.02) a área mais dinâmica permanece o sector primário que aloca 67,2% ao PIB (59,4% das extractivas: petróleo 57,1% e diamantes 2,3%; e 7,8% da agricultura e pescas); seguindo-se o sector terciário (serviços, incluindo o comércio) com 23,3%; e, finalmente, o sector secundário com 9,5% (indústria transformadora, construção, energia e água) (Miniplan, 2007: 6).

Gráfico 3.02: Angola – Repartição sectorial do PIB em 2006 (%)



Fonte: Miniplan, 2007. Adaptado pelo autor.

Economia informal: A economia de Angola está fortemente dominada por sistemas não convencionais de economia de mercado, denominados vulgarmente por sector informal (Cf.

Carlos Lopes, 2007). Este modelo económico garante *emprego* e subsistência às populações, mas apresenta as seguintes desvantagens: (1) impede a colecta fiscal pelo Estado e a sua difusão através de bens, serviços e investimentos pela comunidade; (2) coloca dúvidas sobre a exactidão do PIB global e sua distribuição percentual por sectores de actividade.

Componente IDH – A Tabela 3.03 apresenta indicadores de 2005 para a Saúde, Educação e PIB baseados nos Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD (2007 e 2005a). Os dois primeiros (saúde e educação) traduzem a precária situação social da população de Angola:

Tabela 3.03: Indicadores Sociais e Económicos de Angola e ASS (2005)

Indicador	Angola	África Subsahariana
Expectativa de vida ao nascer	41,7	49,6
Taxa de natalidade	6,8	5,5
Taxa de mortalidade infantil (1º ano por mil nados vivos)	154	102
Taxa de mortalidade infantil (primeiros cinco anos)	260	172
Mortalidade materna (por cada 100.000 nascimentos)	1.400	1.300 (*)
Crianças menores de 5 anos moderada ou severamente desnutridas	31%	40% (*)
População com acesso a água potável (2004)	53%	55%
Médicos (por cada 100.000 habitantes)	8	nd
Taxa combinada de matrículas no ensino	25,6%	50,6%
Taxa de alfabetização de adultos (> 15 anos)	67,4%	60,3%
População maior de 15 anos (% do total)	46,4%	43,6%
População maior de 65 anos (% do total)	2,4%	3,1%
População urbana (% do total)	53,3%	34,9%
PIB <i>per capita</i> (USD)	2.335	1.998
Nível oficial da pobreza extrema	28% (*)	---
Índice de Desenvolvimento Humano	0,446	0,493

Fonte: PNUD, 2007 e PNUD, 2005a (*). Adaptado pelo autor.

- *Saúde*: A esperança de vida ao nascer era de 41,7 anos (média Subsahariana 49,6); a taxa de natalidade era de 6,8 nascimentos (média Subsahariana 5,5); a taxa de mortalidade infantil de 154 por cada 1.000 nados vivos (média Subsahariana 102 por 1.000); taxa de mortalidade infantil nos primeiros cinco anos de 260 por cada 1.000 nascidos vivos (média Subsahariana 172 por 1.000); 53% da população com acesso a água potável (média Subsahariana 55%); 31% das crianças menores de 5 anos apresentavam sinais evidentes de

desnutrição (média Subsahariana 40%); e os serviços de saúde dispunham de 8 médicos para cada 100.000 habitantes.

- *Educação*: A taxa combinada de matrículas no ensino era de 25,6% (média Subsahariana 50,6%); e a taxa de alfabetização de adultos de 67,4% (média Subsahariana 60,3%). De referir o enorme potencial de Angola em recursos humanos onde cerca de metade da população tem menos de 15 anos, bem como a elevada concentração urbana, principalmente na capital.

- *PIB angolano*: Indicador com bom desempenho graças ao petróleo. Eleva o índice geral no IDH: o PIB *per capita* era de 2.335 dólares americanos (média Subsahariana 1.998). Contudo, cerca de dois terços da população vive abaixo do nível oficial da pobreza e 28% em pobreza extrema (Miniplan, 2003: 11).

- *Índice de GINI*: O índice de Gini varia de zero a um (mínima e máxima desigualdades). Angola apresentava em 1995 um valor de 0,54; que em 2000 passou a 0,62; e em 2005, segundo estimativa do PNUD, estaria em 0,64. Estes números indiciam uma degradação na distribuição do rendimento nacional, bem como, crescimento das desigualdades entre as classes sociais angolanas o que levou o Banco Mundial a referir-se a Angola como “Paradoxo da Abundância”, argumento refutado 13 de Abril de 2006 por José Pedro de Morais, Ministro das Finanças de Angola, no “Discurso de Encerramento no VI Encontro de Economistas de Língua Portuguesa”, proferido na Universidade Lusíada em Luanda.

1.2.1 Angola: As reformas

Nos últimos anos todos os sectores da economia angolana apresentaram tendência para crescimento em grande parte devido à conjugação de três factores: (1) o fim do conflito armado que criou condições de estabilidade favoráveis; (2) o aprofundamento das importantes reformas encetadas em 1999; e (3) a actual e muito benéfica conjuntura dos preços do petróleo.

Apesar do dinamismo actual, da evolução satisfatória e dos bons resultados obtidos, a sociedade angolana e a sua economia apresentam sérios desajustamentos e desequilíbrios susceptíveis de serem explicados e justificados por um conjunto de causas acumuladas nas últimas décadas:

- *Históricas*: Ruptura no tecido produtivo verificada com a saída de técnicos e empresários após a independência do país. Comparativamente às proporções e devastação

nacional que se seguiu com o conflito civil armado, a paralisia do sector económico acabaria por se fazer pouco notada não fossem as graves consequências humanitárias para as populações nacionais de Angola cuja qualidade de vida atingiu o limiar básico de sobrevivência.

- *Políticas*: Mudança, por via política, do sistema aberto de economia colonial de mercado para um sistema de economia centralizada e planificada, característica dos países de leste europeu. As alterações introduzidas na cadeia de produção, distribuição e comercialização, bem como na estrutura camponesa, conduziram a perdas de produtividade e riqueza.

- *Económicas*: Economia agravada pelas transformações estruturais e, em resultado da guerra civil, relegada para segundo plano nas prioridades nacionais, tornando-se progressivamente inoperante pela acção da guerra e obsoleta pela acção do tempo. Até então a organização económica angolana girava em torno da auto-suficiência alimentar e da exportação de matérias-primas agrícolas e minerais, apoiada num sistema integrado de transportes que garantia a captação e o escoamento dos recursos.

- *Sociais*: O elemento social, mais complexo, recebe contributos do meio. A população enquanto elemento básico, sujeito das transformações e objecto dos resultados da economia vê fortemente limitado o seu bem-estar. São condicionantes: (1) o conflito armado; (2) minas anti-pessoais que infestam e dificultam o acesso aos campos de cultivo; (3) alterações do sistema produtivo que dificultam a subsistência; (4) excessiva concentração urbana, fruto do êxodo das populações camponesas em busca de segurança; (5) economia informal em resultado da falta de enquadramento urbano e de soluções de gestão pública, administrativas ou económicas.

Os factores apontados traduzem-se para uma realidade económica com: (1) um excessivo peso do sector informal na economia angolana; (2) um PIB *per capita* actualmente interessante, mas assente na mais-valia do petróleo com riscos inerentes à flutuação de preços nos mercados internacionais; (3) sérios problemas na transposição e distribuição dos recursos económicos pela população.

Iguais dificuldades se registam: (1) na saúde onde altas taxas de mortalidade demonstram necessidades básicas não satisfeitas ou contempladas na gestão pública, como acesso a água potável e saneamento básico; (2) na educação que regista baixos índices de frequência escolar, elevadas necessidades de alfabetização e formação profissional; (3) no sector laboral que enfrenta elevados índices de desemprego, dificultando a erradicação da pobreza, flagelo que atinge cerca de 68% da população (Miniplan, 2003: 11).

Perante o cenário descrito o Governo de Angola procurou inverter a situação. Fez reformas de fundo, muitas vezes pressionado pela conjuntura internacional. Vejamos as principais.

a) - *Plano Nacional de Emergência*: Implementado em 1983, destinava-se a minimizar a difícil situação económica do país. Direcção dos recursos disponíveis para pontos-chave da economia e da defesa. Os resultados obtidos foram pouco animadores, em parte pela quebra de receitas provocada pela baixa do preço do petróleo em 1985 e 1986, e levaram o governo a negociar com o FMI e o BM um Programa de Saneamento Económico e Financeiro.

b) - *Economia de mercado e pluralismo*: Em 1990 seguindo a tendência internacional da globalização, enceta reformas estruturais na economia, substituindo gradualmente a economia planificada pela economia de mercado, acompanhadas de liberalização política com o abandono do sistema de partido único.

c) - *Liberalização e transparência económica*: Em 1999 são tomadas diversas medidas de natureza monetária, fiscal e comercial, orientadas para a liberalização e transparência nos processos económicos. Em 3 de Abril de 2000 o FMI passa a monitorizar este processo.

Deve salientar-se que os programas económicos do Governo de Angola de 1989-1990 a 2002 duraram entre 6 e 14 meses (Cf. Ministério das Finanças de Angola). Por força dos condicionalismos políticos e militares os resultados obtidos ficaram sempre aquém do esperado. Em 2003 o regresso da paz ao país permitiu a criação de planos bianuais orientados para a recuperação de infra-estruturas, melhoria da qualidade da saúde, educação e emprego.

d) - *Nova estratégia de industrialização*: A constatação do pequeno desempenho da actividade industrial transformadora,³⁵ bem como a necessidade de minorar a dependência do sector extractivo – petróleo e diamantes – leva o governo a reformular em 2002 a estratégia de industrialização do país. O projecto, assente na ideia da substituição de importações e promoção das exportações, fundamentava-se (1) no desenvolvimento de indústrias ligadas ao sector primário com utilização de mão-de-obra intensiva; (2) na promoção posterior de indústrias de substituição de importações; (3) na criação de indústrias destinadas a exportação de bens em que Angola possuísse vantagem comparativa; e (4) no desenvolvimento de projectos industriais em escala e com utilização intensiva de tecnologia.

e) - *Redução da pobreza*: Em Setembro de 2003 é adoptada uma estratégia em 10 pontos com o objectivo de reduzir a pobreza. Previa a execução das seguintes finalidades: (1)

³⁵ O sector secundário representou 6,3% do PIB em 1999, em 2000 5,6% e em 2001 7,5%. De referir que nestes valores, além da indústria, se incluem a construção, a energia e águas. Cf. Ministério do Planeamento de Angola (Depº Contas Nacionais, 2005).

desminagem de cerca de 60.000 km² até final de 2006; (2) desenvolvimento rural e segurança alimentar: aumento de produção e reabilitação de centros agrícolas; (3) reabilitação das infra-estruturas básicas: estradas, pontes, acessos e ferrovias; distribuição de água potável, energia eléctrica, saneamento e habitação; (4) melhoria dos indicadores económicos: estabilidade dos preços, redução da inflação, colecta de impostos e contas públicas; (5) VIH/SIDA: redução significativa da sua propagação através da informação, formação e distribuição de meios preventivos; (6) educação: ensino primário universal e redução do analfabetismo de adultos; (7) saúde: redução das taxas de mortalidade materna e infantil; do paludismo e da tuberculose; (8) reinserção social de desmobilizados militares e de refugiados internos nas suas comunidades; (9) formação profissional: formação técnica e profissional com o objectivo de criar emprego; (10) melhoria das instituições: sistema judicial e administração pública (Cf. BNA, 2005).

Num esforço para superar a dependência da indústria extractiva do petróleo e diamantes e diversificar a estrutura produtiva nacional, o governo avançou com a recuperação das infra-estruturas degradadas. Não possuindo capital próprio procurou atrair investimento directo estrangeiro e avançou para negociações com o FMI.

1.2.2 Angola e o FMI

Angola aderiu ao Fundo Monetário Internacional em 19 de Setembro de 1989, sendo efectuados os primeiros contactos em solo angolano em Setembro de 1991. Seis anos depois, em Outubro de 1997, seria inaugurada a representação do FMI em Luanda. Quase vinte anos depois da adesão, as negociações não concretizaram nenhum programa de apoio concreto que possibilitasse o reescalonamento da dívida e o acesso aos capitais necessários à reconstrução das infra-estruturas susceptíveis de relançar a economia e o desenvolvimento. Aparentemente as dificuldades iniciais estavam relacionadas com o conflito civil armado. Verificou-se após o estabelecimento da paz que havia outras razões que impediam a evolução das negociações. Entretanto, a cooperação assentou em (1) visitas técnicas periódicas previstas no Artigo IV do Acordo de Adesão; (2) assessoria e assistência técnica; e (3) formação de funcionários do governo e quadros do Banco de Angola.

No final da década de 90 Angola enfrentava sérias dificuldades com a sua Balança de Pagamentos motivadas pela baixa do preço do petróleo, pela guerra e pelas alterações introduzidas no seu sistema de gestão pública. O colapso da União Soviética, seu suporte, acentua a necessidade de recurso a créditos alternativos para satisfação dos compromissos

assumidos e gestão dos assuntos correntes. O governo decide solicitar o apoio e mediação do FMI. Em resposta o Fundo Monetário Internacional envia uma missão de análise que produz recomendações para reduzir do excessivo peso do serviço da dívida externa, relançar a produção interna e estabilizar a economia. Este projecto de recuperação contemplava a realização de avaliações do desempenho das autoridades angolanas, segundo um Programa Monitorado pelo FMI que preconizava: (1) reformas estruturais na economia (criação de mercado financeiro; privatização da propriedade estatal; reforma do Banco Central; liberalização e transparência no comércio); e (2) estabilização macro-económica (combate à inflação; contenção do défice público; liberalização de preços; e normalização da taxa de câmbio), tendo sido implementadas por iniciativa do governo angolano muitas das medidas recomendadas.

Nos anos seguintes as auditorias anuais seguidas de negociações sobre os resultados a atingir e novos acordos de monitorização geram as seguintes observações: em Fevereiro de 2001 a tónica é colocada nos limites de endividamento externo, limites que o Estado angolano ultrapassou; em 2002 são renegociados os créditos a contrair; em Abril e Maio de 2003 voltam a discutir-se os níveis e as fontes de endividamento.

Em Setembro de 2003 é divulgado em Washington um documento do FMI com a situação económica de Angola que referia: (1) alta inflação; (2) ruptura das reservas de divisas estrangeiras; (3) endividamento excessivo; e (4) falta de transparência na administração das instituições públicas e no sector do petróleo. Em resultado o relacionamento do Estado angolano com o Fundo Monetário Internacional sofre um revés. O governo angolano reage e rompe unilateralmente as negociações e o relacionamento com o FMI. Esta situação remete para as expectativas das partes que nunca foram bem sucedidas:

a)- Os objectivos do governo angolano assentavam no pressuposto que o seu relacionamento com o FMI iria no sentido de:

(1) Negociar com o Clube de Paris a obtenção de novos empréstimos e o reescalamento da dívida;³⁶ e (2) Acordar com o FMI um programa de financiamento pela Instituição com recursos do Banco Mundial que possibilitasse a implementação de políticas macro-económicas.

b)- O Fundo Monetário Internacional por sua vez esperava do governo de Angola:

³⁶ Durante a década de 90 o governo deixou de servir a dívida externa e acumulou atrasos relativamente a todos os credores externos, daqui resultando relações tensas com o FMI e BM. Excluída da assistência financeira internacional, Angola viu a conferência de doadores adiada e dependente da sua maior transparência no uso das receitas do petróleo. SADC (2006: 19).

(1) Um acordo formal, regulado por si, para implementação de reformas estruturais no sistema financeiro e na economia (mudanças no sistema partido-Estado e projecção de uma economia não petróleo diversificada); (2) Transparência nas finanças públicas com movimentos assumidos no Orçamento Geral do Estado³⁷; e (3) Publicação dos dados relativos à obtenção e aplicação de empréstimos garantidos com petróleo.

O diferendo entre o FMI e o governo angolano conduz à desconfiança entre as partes interessadas que, em síntese, assumem as seguintes posições:

- O FMI subordina o seu apoio à existência de um programa negociado que lhe garanta um ano de bom desempenho e a sua supervisão das finanças de Angola.

- O governo de Angola resguarda-se das exigências do FMI de transparência, boa governação e reformas estruturais.

As repercussões internacionais são onerosas para Angola. Os doadores internacionais e as agências ocidentais interpretaram o conflito como uma falta de intenção do governo em assumir e cumprir compromissos para a implementação de políticas macro-económicas necessárias às reformas estruturais. Assim, retraíram-se na oferta de assistência destinada à recuperação das infra-estruturas angolanas.

Tendo em atenção que o serviço da dívida externa angolana continuava a avolumar-se, sendo que metade dessa dívida era constituída por juros e atrasos no seu pagamento, o Clube de Paris reforça a sua exigência básica de que, para encetar as negociações da renegociação da dívida, exista um acordo firme entre o governo de Angola e o FMI.

A conferência de doadores destinada a preparar um programa multilateral de ajuda à recuperação de infra-estruturas é sucessivamente adiada. A comunidade doadora e as instituições financeiras internacionais condicionam a sua realização a uma governação equilibrada e transparente.

No início de 2004 o governo de Angola pondera a recuperação do país através de recursos próprios (pré-financiamento garantido por petróleo), ou da ajuda internacional. Decide-se pela ajuda e envia a Washington um alto dirigente com o intuito de retomar as relações com o FMI. As vantagens que pretende recuperar são evidentes: (1) dívida externa – maiores possibilidades de gerir o pagamento da dívida externa de forma escalonada e, eventualmente, obter um perdão da dívida; (2) futuro – criação de um capital de confiança e credibilidade junto dos doadores e instituições capaz de fazer frente a situações adversas; e (3)

³⁷ O relatório do FMI regista que em 2001/2002 cerca de 31% dos gastos governamentais tenham sido feitos fora do sistema orçamental. Cf. Agência Lusa, 11/09/2003.

transparência – otimização dos seus mecanismos de gestão orçamental através da supervisão das operações financeiras e controlo das receitas e despesas orçamentadas.

Em Março de 2004 a comunidade internacional foi surpreendida por um acordo de vulto entre a China e Angola que marcou, simultaneamente, o enfraquecimento da negociação de um acordo formal entre Angola e o FMI e uma mudança no relacionamento da China com Angola, agora assumidamente económico.

2. A Cooperação Bilateral China-Angola

Neste estudo dividiu-se a cooperação bilateral China-Angola em três períodos: (1) da conferência de Bandung ao reconhecimento diplomático da República de Angola pela China; (2) do reconhecimento à assinatura do Acordo Quadro³⁸ (base da nova cooperação económica e comercial China-Angola) em 28 de Novembro de 2003; (3) e de 2003 à actualidade. O primeiro período traduz, por um lado, o interesse da China em alargar para a região austral de África a sua influência ideológica e métodos de acção radicais, numa estratégia de contenção do domínio da União Soviética na zona; e, por outro lado, a necessidade que os nacionalistas angolanos tinham de suporte doutrinário, militar e financeiro para a prossecução dos objectivos de independência do país, a atingir através da luta armada de libertação. No segundo período são normalizadas as ligações institucionais entre os detentores do poder angolano e a China. Contudo, regista-se uma cooperação mínima, dado que Angola e a China vivem situações internas complexas sendo latente a expectativa e a esperança num futuro com mudanças e novas oportunidades. O terceiro e último período, ainda em curso, é de grande dinamismo e envolvimento dos dois países: Angola procura refazer as infra-estruturas e relançar a economia de modo a proporcionar desenvolvimento económico e social às suas populações; a China, em grande fulgor económico, necessita de matérias-primas e recursos energéticos para garantir o seu crescimento.

2.1 A cooperação inicial da China com Angola

Bandung introduz questões profundas no pensamento social, como: (1) o anti-colonialismo; (2) a afirmação da independência; (3) e o neutralismo político na forma

³⁸ Acordo entre os Ministérios das Finanças de Angola e do Comércio da República Popular da China. Criou as bases da nova cooperação económica entre os dois países e possibilitou a assinatura do primeiro Acordo de Crédito com o ExImbank da China em Março de 2004. Cf. Ministério das Finanças de Angola.

alternativa do Terceiro Mundo. África não é indiferente a estas modificações que afectam a estrutura internacional.

Neste período a União Soviética e a China procuravam ganhar vantagem sobre o emergente Terceiro Mundo africano, tendo as suas estratégias de aquisição de influência algumas semelhanças: (1) um processo de penetração ideológico suportado por acções de propaganda (existindo aqui diferenças: a URSS adoptou formas de ajuda cultural e formação de quadros; enquanto a China avançava com métodos radicais assentes na acção violenta³⁹); (2) ajuda económica e técnica; (3) e ajuda militar (nas formas de material de guerra e formação de quadros em guerrilha).

A estratégia chinesa parece ter sido mais duradoura para o que podem ter contribuído: (1) a sua imagem de liderança saída da Conferência de Bandung; (2) as semelhanças com África no que respeita ao passado colonial; (3) e o estabelecimento de relações diplomáticas com os Estados africanos.

Na África lusófona o sentimento de auto-determinação e independência é expresso e reivindicado para Angola por Holden Roberto (UPA) na segunda Conferência dos Povos Africanos, realizada em Tunes em Janeiro de 1960. O apelo recebe a simpatia da comunidade internacional e o apoio declarado da Organização de Unidade Africana (OUA). Contudo, só na terceira Conferência dos Povos Africanos realizada no Cairo em Março de 1961, “*a independência de todas as possessões portuguesas foi reclamada*” (Decraene, 1959 *apud* Garcia, 2000: 55), numa clara “*evolução em relação a Bandung, onde nada de concreto fora deliberado em relação aos territórios portugueses*” (Garcia, 2000: 55).

Em Angola, no início a China aproxima-se das posições da OUA e apoia, mesmo que não formalmente, a FNLA e o GRAE. O seu envolvimento formal com Angola dá-se por intermédio de Jonas Savimbi, antigo quadro da FNLA saído em ruptura porque, segundo Guimarães (2001: 78), Roberto apoiava os EUA e preconizava métodos leves de guerrilha, enquanto Savimbi desejava: (1) a luta a partir do interior de Angola; e (2) apoios menos conotados com o Ocidente.

As características de Savimbi enquadravam-se no pensamento revolucionário chinês de esforço contra os regimes coloniais e contenção da estratégia da URSS de domínio do mundo, na qual a subordinação de África ao interesse e influência dos soviets era indispensável para

³⁹ “The dominant message of communist China during this period was revolution – revolution against colonialism and imperialism. China thought that on its way to genuine socialist revolution and saw itself as having a role in furthering this revolution” (Cf. Ian Taylor, 2006).

o envolvimento da Europa. Restava à China aguardar a oportunidade de proporcionar ao presidente da UNITA uma estrutura ideológica, material e financeira.

A partir de Abril de 1964, Savimbi, aconselhado por Nasser do Egipto, procura apoios para colocar em prática as suas ideias. A União Soviética, com quem mantém contactos até 1966, insiste para que se alie ao MPLA. Em 1965, tem o primeiro contacto com a China. Esta escuta-o e propõe-lhe a formação de uma dezena de quadros.⁴⁰ Savimbi regressa com dez companheiros tendo recebido formação militar de Abril a Julho na Academia Militar de Nanquim. Este grupo, conhecido pelos “onze chineses”, lançará a luta armada e será determinante na transposição da estrutura maoísta para a prática da UNITA, estrutura que atribuía importância relevante ao apoio popular, organização e auto-suficiência.

Com efeito, aquela tessitura assente no modelo maoísta – distinguia-se por uma estrutura política altamente centralizada subordinada à ala militar do movimento – desenvolveu um estilo de grande proximidade e cumplicidade com as populações, o que proporcionou elevado grau de desempenho à UNITA e marcou o seu percurso e a vida de Angola.

A China, todavia, parece ter apoiado a UNITA com alguma reserva. Porventura, conhecendo o trajecto de alternância política de Jonas Savimbi caracterizado por alianças de conveniência – ligações aos EUA através de patrocinadores protestantes; sondagens e pedidos de apoio à União Soviética –, a China suportou a UNITA com uma cooperação restrita: formação e financiamento ligeiro. Os prometidos apoios em armamento nunca chegaram, invocando-se dificuldades de trânsito pela Tanzânia e Zâmbia. Esta posição contrasta com o envolvimento da China com a FNLA após 1974, quando envia para este movimento cerca de 450 toneladas de armamento e conselheiros militares para providenciar, conforme Bridgland (1986, *apud* Guimarães, 2001: 159), treino militar às tropas da FNLA acantonadas no Zaire. Esta cooperação, em parte devida às ligações dos dirigentes chineses com Mobutu Sese Seko e à estratégia da China de contenção da influência da URSS na zona, cessa cerca de Novembro de 1975, quando o envolvimento da FNLA com os serviços de inteligência americanos (CIA) e com a África do Sul (Guimarães, 2001: 160) são por demais evidentes e colocam em risco a imagem e interesses da China junto dos países em desenvolvimento, seus aliados no movimento do Terceiro Mundo.

⁴⁰ “Os Chineses deram-me 30 mil dólares e eu fui a Brazzaville, Lusaka e Dar-Es-Salaam, para ali persuadir 11 dos meus compatriotas a acompanharem-me à Academia Militar de Nanquim. Nós permanecemos ali 4 meses, de Abril a Julho de 1965”. Entrevista de Jonas Savimbi à revista “Jeune Afrique”, Agosto de 1984.

2.2 As primeiras duas décadas de relacionamento diplomático (1983-2003)

Mesmo partilhando uma ideologia semelhante, havia razões de natureza estratégica, como as ligações do MPLA a Moscovo, que impediam a aproximação da República Popular da China à República de Angola. Tanto que, embora a China tenha interrompido a colaboração com a UNITA, só cerca de cinco anos mais tarde, em 12 de Janeiro de 1983, estabelece relações diplomáticas com a República de Angola. Seguindo a sua política de proximidade junto dos estados africanos, a China acredita o seu embaixador em solo angolano em Setembro de 1984, relação que o Governo de Angola apenas retribui em 1993, cerca de dez anos mais tarde.

Este ciclo de duas décadas será marcado por uma cooperação comercial muito limitada. Em 1984 é assinado pelos dois governos o primeiro acordo comercial e quatro anos mais tarde é formada uma Comissão Económica e Comercial mista. Neste período a comissão reúne duas vezes, em Dezembro de 1999 e Maio de 2001 (o terceiro encontro desta comissão deu-se em Março de 2007). Pelo desfasamento entre a sua criação e a primeira reunião de trabalho podemos comprovar quão exíguos foram os frutos desta colaboração, da qual alguns relatórios chineses referem ajudas na construção de uma cooperativa de pesca, uma fábrica de material eléctrico corrente e de um projecto de habitações sociais de baixo custo.⁴¹

No início da década de 1990 o governo angolano considera o estabelecimento de relações diplomáticas com Taiwan. Esse reconhecimento não se efectiva devido aos esforços da República Popular da China junto do governo angolano para manter o seu reconhecimento e garantir os suprimentos de petróleo⁴² em troca do incremento da cooperação e colaboração comercial. Todavia, a evolução das exportações de petróleo angolano destinadas à China entre 1992 e 2003, é irregular e relativamente modesta, devido, sobretudo, à satisfação das necessidades da China através de outros centros produtores e aos limitados stocks e produção angolanos (Burke *et al*, 2007: 27).

A cooperação Sino-Angolana, conforme referem Campos e Vines (2008: 3), incrementa-se gradualmente por outras vias: as da defesa e segurança. Os contactos sino-angolanos são desenvolvidos e registam-se no período nove visitas de entidades chinesas a Angola contra oito angolanas à China, sendo a primeira do próprio presidente de Angola Eduardo dos Santos em Outubro de 1998. Podemos considerar que este período de aproximação e conhecimento mútuo irá ser relevante no futuro.

⁴¹ Não foi possível comprovar estes dados.

⁴² A China a partir de 1993 torna-se importadora de petróleo.

2.3 A actual cooperação bilateral China-Angola

A terceira e última fase do relacionamento cooperativo Sino-Angolano tem início em 28 de Novembro de 2003, data da assinatura pelos governos chinês e angolano de um acordo de cooperação económica e comercial. Alguns meses volvidos, esse acordo frutificou num avultado empréstimo da China a Angola. Seguiram-se outros empréstimos e colaboração crescente em muitos outros sectores.

Podemos ser tentados a considerar a recente cooperação Sino-Angolana obra do acaso ou das circunstâncias da conjuntura mundial. Contudo, sem lhes atribuir intencionalidade estratégica, devemos considerar de forma aleatória os seguintes e decisivos contributos: (1) a experiência adquirida por ambas as partes com a cooperação em matéria de segurança (referida no ponto anterior); (2) a série de reformas empreendidas pelo governo angolano no sentido de redução da pobreza no âmbito dos objectivos de desenvolvimento do milénio; (3) o ambiente de paz que Angola vive desde o fim do conflito civil em 2002, propício ao desenvolvimento; (4) o relativo impasse das negociações entre o governo angolano e o FMI; (5) o *boom* da procura de petróleo e os seus elevados preços, favoráveis ao orçamento angolano pelas mais-valias proporcionadas; (6) e o crescimento da economia chinesa, as suas enormes necessidades energéticas e de mercados para colocação de excedentes.

Consideramos todos estes factores interligados e importantes para a compreensão da actual parceria China-Angola. Os pontos 2 e 4 foram analisados neste capítulo (1.2.1 e 1.2.2) e os restantes pontos serão referidos sucintamente quando necessário.

2.4 O desenvolvimento da parceria China-Angola

Na viragem para o século XXI as ligações da China e de Angola beneficiaram de um conjunto de factores favoráveis ao incremento da sua cooperação bilateral, tendo o petróleo funcionado como denominador comum dos interesses sino-angolanos. A conjuntura mundial impelia a China a garantir recursos energéticos de suporte ao seu crescimento e segurança sustentados; a conjuntura interna angolana, superada a guerra e abertas perspectivas de paz duradoura, impelia o Governo a procurar financiamentos para, numa primeira etapa do relançamento do país, recuperar as suas infra-estruturas.

Desde 2002 que empresas privadas chinesas, apoiadas financeiramente pelos China Construction Bank e China's EximBank vinham trabalhando na recuperação das infra-estruturas angolanas. Esta aposta do investimento privado chinês, bem como o de outros

países, era bem acolhido, mas tinha alcance limitado face às necessidades de recuperação de Angola.

A República Popular da China, conhecendo o dilema angolano sobre a via a seguir para captação de recursos financeiros e a incerteza de Angola sobre a realização da *conferência de doadores* – Angola dependia de um acordo monitorado pelo FMI, condição para que se retomassem as negociações de financiamento e reescalonamento da dívida com o Clube de Paris –, encontra uma oportunidade para garantir os seus objectivos estratégicos. Antecipa-se e disponibiliza a Angola uma vultuosa linha de crédito. Na óptica do Governo Angolano, embora o financiamento fosse caucionado pelo petróleo, apresentava vantagens sobre as condições do FMI: (1) era um negócio de longo prazo com taxas consideradas atractivas; (2) não associava condições políticas – gestão transparente, reformas ou segurança ambiental – às garantias do empréstimo; (3) e, além de capital, trazia consigo outras oportunidades: negócios, comércio, tecnologia e conhecimento. Apesar de tudo, Angola não abandonou as negociações com o FMI. Contudo, registou-se um abrandamento considerável e o governo remeteu para outro nível das suas prioridades o acordo de monitorização.

2.4.1 As linhas de crédito

O envolvimento cooperativo Sino-Angolano teve rápida evolução a partir de 2002. Até esta data os indicadores estatísticos angolanos eram medianos no contexto das relações sino-africanas. Em 2006, volvidos quatro anos, o relacionamento económico angolano alcançava o primeiro lugar no ranking das exportações da África Subsaariana para a China. Na base deste espectacular incremento está o *Acordo Quadro de 2003* que regulou: (1) as relações financeiras entre a China e Angola; (2) as principais áreas e sectores de investimento; (3) a presença de empresas chinesas em Angola e o seu envolvimento nos apoios concedidos; (4) o modelo de financiamentos em linhas de crédito; (5) e as garantias fornecidas pelo Estado angolano.

Embora o Governo de Angola não tenha revelado todos os pormenores dos acordos, são conhecidos os essenciais. Dois deles, pagamentos e ajuda ligada, divulgados pelo Ministério das Finanças e pela imprensa especializada, são particularmente importantes na vida e na sustentabilidade das linhas de crédito: (1) o pagamento é garantido pelos créditos resultantes da venda de petróleo à China. Segundo analistas como Vines *et al* (2005: 10-16) o aprovisionamento de petróleo nas condições negociadas pela China foi-lhe muito favorável, tendo em conta quão dispendiosos são os empréstimos apoiados no petróleo; e (2) a China

conseguiu ligar ao acordo a participação das suas empresas em 70% dos trabalhos. Os restantes 30% destinavam-se a empresas privadas angolanas, numa clara aposta na sua participação, aquisição de conhecimento e desenvolvimento. Sabemos hoje que a aposta não foi ganha. Face ao elevado número de projectos, as empresas angolanas rapidamente esgotaram a sua capacidade. Por outro lado, os baixos custos e a elevada produtividade laboral chinesas colocaram as empresas angolanas em desvantagem.

Conforme refere Corkin (2006: 161), foi assinado entre a China e Angola em 2004 um tratado de cooperação preliminar às linhas de crédito que incluía os seguintes nove acordos: (1) dois acordos de cooperação nas áreas da energia, recursos minerais e infra-estruturas; (2) um acordo de cooperação económica e técnica; (3) um acordo de empréstimo, livre de taxas, para projectos angolanos a desenvolver pela China; (4) um acordo cooperativo entre o Ministério do Petróleo e Minas e a Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Reformas da China; (5) um acordo de negócio cobrindo o fornecimento de petróleo pela Sonangol (Sociedade Nacional de Petróleos de Angola, entidade que gere os recursos hidrocarbonetos e seu *off-shore*) à Sinopec (China Petrochemical Corporation, segunda maior produtora e primeira refinadora chinesa); (6) dois memorandos relativos à concessão e exploração do Bloco 3 de petróleo pela Sonangol e Sinopec; (7) e um acordo entre as empresas de telecomunicações ZTE Corporation International da China e Mundo Startel de Angola, envolvendo 69 milhões de USD.

- *Primeira linha de crédito:*

Anunciada em Março de 2004 pelo presidente chinês Hu Jintao, a primeira linha de crédito no valor de 2 mil milhões de USD foi disponibilizada pelo EximBank da China em duas tranches de mil milhões cada. A primeira parte do empréstimo foi entregue em Dezembro de 2004, tendo a segunda sido efectuada em Março de 2005. As condições contratuais previam o seu pagamento num período de 17 anos, sendo os primeiros cinco anos de “período de carência/gracia”; os restantes 12 anos estão sujeitos a uma taxa indexada ao índice Libor⁴³ e a um *spread* anual de 1,5%.

A primeira fase do empréstimo, segundo Campos e Vines (2008: 6), totalizou 31 contratos na energia, água, saúde, educação, comunicações e serviços públicos a que corresponderam 50 projectos envolvendo sete empresas chinesas. Os trabalhos previstos compreendiam a reabilitação: (1) da estrada Luanda/Uíge; (2) de diversos hospitais

⁴³ Libor, *London Interbanking Overnight Rate*, significa vencimento no dia útil seguinte. É uma taxa monetária de referência calculada diariamente pela Associação de Bancos Britânicos.

provinciais; (3) de escolas básicas, secundárias e institutos politécnicos; e (4) aquisição de maquinaria diversa e reabilitação de inúmeros sistemas de irrigação no sector agrícola.

Na saúde Corkin (2006: 162) assinala a reforma e reequipamento dos Hospital do Huambo e a recuperação de mais dois hospitais no distrito.

A segunda fase tratou 17 contratos envolvendo 52 projectos em áreas prioritárias da educação, pescas e telecomunicações.

Em termos percentuais, de acordo com o referido⁴⁴ pelo Ministro das Finanças de Angola José Pedro de Moraes na conferência "Angola: Realidades de hoje, perspectivas de amanhã: a China um Parceiro Precioso, ainda que polémico e misterioso" realizada em Luanda a 10 de Abril de 2008, os recursos da primeira linha de crédito tiveram a seguinte repartição sectorial: Energia e Águas: 18%; Educação: 20%; Obras Públicas: 14%; Telecomunicações: 13%; Pescas: 13%; Saúde: 12%; e Agricultura: 10%.

- Segunda linha de crédito:

Uma segunda linha de crédito de 500 milhões de USD foi negociada em Maio de 2007 com o EximBank. Funcionou como uma extensão da primeira linha, estando os seus projectos relacionados com a recuperação de linhas de abastecimento e tratamento de águas, energia eléctrica, redes de comunicações e edifícios escolares, incluindo como refere Corkin (2006: 164) a compra de autocarros escolares para transporte de estudantes para as novas escolas.

Os 500 milhões de dólares, de acordo com o referido pelo Ministro José Pedro de Moraes na conferência acima citada organizada pelo Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEA), foram destinados em 30% para a Saúde; 28% para a Educação; 13% para Telecomunicações; 11% para Obras Públicas; 10% para Energia e Águas; e 8% para as Pescas.

- Terceira linha de crédito:

Em Setembro de 2007 surge, anunciada pelo presidente do EximBank e pelo Ministro das Finanças de Angola, a terceira linha de crédito no montante de 2 mil milhões de USD. De acordo com Campos e Vines (2008: 8) este novo empréstimo destinou-se a financiar 100 projectos de construção de edifícios escolares e hospitais, energia e águas, em condições que previam o seu reembolso em 15 anos com o acréscimo da taxa Libor e um adicional de 1,25 por cento ao ano.

- Avaliação e seguimento das linhas de crédito:

⁴⁴ Cf. Angola Digital, *Negócios e Mercado – China concedeu a Angola 4,5 mil milhões de dólares desde 2004*. Fonte: MacaHub, 11 de Abril de 2008. in www.angoladigital.net/

Para avaliação dos projectos, suas prioridades e desempenho, Campos e Vines (2008: 9) referem que foram constituídos dois grupos de trabalho: (1) o *Grupo de Trabalho Conjunto* integrado por representantes dos Ministérios das Finanças de Angola e dos Estrangeiros e Comércio chinês. Estes representantes procuram compatibilizar as necessidades angolanas e as ofertas de *know-how* e disponibilidade empresarial chinesas; (2) e o *Gabinete de Apoio Técnico* de gestão da linha de crédito da China constituído por auditores de formações diversas, não ligados aos projectos e às linhas de crédito.

- *Críticas às linhas de crédito:*

Têm sido dirigidas críticas à forma como as linhas de crédito foram negociadas e estão sendo implementadas, nomeadamente, a selecção dos projectos; o interesse estratégico chinês; a colaboração de empresas angolanas; a transparência dos pagamentos; a transferência de conhecimentos e tecnologia; e a sustentabilidade dos projectos.

Na selecção de empresas Campos e Vines (2008: 9) mencionam que para cada projecto o governo chinês propõe três ou quatro companhias chinesas. Burke *et al* (2007: 26-27) no seu estudo sobre o envolvimento da China em Angola constataram a existência de algum mal-estar na oposição política angolana, pois a selecção dos projectos era orientada pela China segundo critérios que demonstravam o seu interesse estratégico nos recursos energéticos e comerciais de Angola: (1) extracção de matérias-primas, como petróleo e cobre; (2) infra-estruturas facilitadoras de transportes e logística de exportações angolanas e importações e distribuição de produtos da China; (3) melhoria de condições de acesso às empresas de construção chinesas em laboração em solo angolano; (4) e criação de um mercado para excedentes de mão-de-obra e capacidade produtiva chinesas.

Na repartição do trabalho por quotas os ministérios angolanos ligados aos projectos dão o seu contributo com pessoal de apoio que deveria receber, simultaneamente, formação profissional nas actividades relacionadas; e as empresas angolanas deveriam participar nos projectos numa percentagem de 30%. Contudo, quer uma quer a outra situação não se verificam, sendo inexistente ou mínima a transferência de conhecimento ou tecnologia para os naturais angolanos o que coloca reservas quanto à sustentabilidade das obras efectuadas pela mão-de-obra chinesa.

Os pagamentos são compensados através da conta-corrente proporcionada pela venda de petróleo à China, e feitos directamente pelo Ministério das Finanças às empresas após a conclusão das obras. Quando existem diferenças favoráveis ao estado angolano, estas são geridas pelo governo segundo os seus interesses. Este modelo leva alguns analistas, em estudos comparados, a considerar que tal comportamento: (1) representa facturação

preferencial para com as empresas chinesas; (2) não beneficia o sistema financeiro angolano pois não existe circulação de capital na actividade bancária; e (3) não transmite suficiente transparência no destino das verbas envolvidas nos projectos do empréstimo.

2.4.2 O Gabinete de Reconstrução Nacional

Angola confrontou-se com as críticas apontadas, sobretudo, com a preocupação chinesa baseada em rumores de desvios de fundos destinados às linhas de crédito. À descapitalização destas, interrogava-se sobre o destino dos seus investimentos e empresas a operar em Angola e inquietava-se com a sua segurança energética, visto residir na troca petrolífera o seu principal interesse pelo país.

O Presidente da República de Angola tomou duas medidas para atenuar aquelas apreensões: a primeira de efeito imediato com o envio no final de 2004 do seu Ministro das Finanças à China para prestar explicações e esclarecimentos sobre pagamentos e transparência na gestão do fundo; a segunda com a criação, também no final de 2004, do Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN).

O GRN constituiu-se como estrutura paralela ao Ministério das Finanças sob controlo presidencial e dirigido pelo Chefe da Casa Militar, General Hélder Vieira Dias “Kopelipa”. De acordo com o jornal “Africa-Asia Confidential” (02/11/2007: 2), com a criação do GRN pretendia-se transferir para a esfera do Presidente da República o controlo sobre os fluxos do dinheiro do empréstimo da China, ou seja:

- Limitar o poder de intervenção do Ministro das Finanças de Angola;
- Passar o controlo dos projectos e fluxos de capital chinês para o Presidente da República;
- Contornar algumas limitações dos ministérios envolvidos na reconstrução e utilizar a visibilidade dos trabalhos realizados como argumento eleitoral; e
- Tirar partido da oportunidade dos altos preços do petróleo que permitiriam executar mais e menos dispendiosas obras.

Os fundos a gerir pelo GRN num prazo de cinco anos estavam estimados em 9,8 mil milhões de dólares americanos, provenientes da instituição privada China International Fund (CIF) com sede em Hog-Kong, criada para assistir a reconstrução de Angola a partir do comércio do petróleo (Campos e Vines, 2008: 9). A CIF tem origem na Beiya International Development, Ltd., empresa próxima da China Angola Oil Stock Holding, Ltd. que transacciona petróleo angolano. A Beiya detém 60% da Beiya Escom e esta representa uma

parceria da Escom com o Banco Espírito Santo de Portugal (Banco BES) que mantém interesses em Angola nos sectores petrolífero, bancário e construção civil. Por intermédio da Beiya Escom a Beiya mantém ligações com a China Sonangol International Holding, Ltd. A relação destas empresas ao governo chinês nunca foi assumida ou clarificada.

O Ministério das Finanças de Angola não conhece em detalhe as actividades do GRN e dos seus projectos. Com base no “Africa-Asia Confidential” (02/11/2007: 2), são de destacar os seguintes projectos:

- Recuperação dos Caminhos-de-Ferro de Angola, compreendendo: CF de Benguela em 1.350 Kms; CF de Luanda (Luanda-Malanje) em 478 Kms; e CF de Moçâmedes (do interior ao porto do Namibe) em 859 Kms (incluindo importação de locomotivas e de material ferroviário circulante);

- Construção de um novo aeroporto internacional em Luanda; e das seguintes rodovias: marginal de Luanda-Lobito; Malange-Saurimo e Saurimo a Dondo e Luena;

- Aproveitamento das possibilidades de irrigação e produção de energia eléctrica do rio do Kwanza;

- Dragagem da frente marítima de Luanda e melhoria da logística nas zonas portuárias de Luanda, Benguela e Namibe; e

- Criação de um Centro Administrativo Nacional, incluindo: palácio presidencial, parlamento, centros de conferências e museus.

Em 2007, segundo Campos e Vines (2008: 10), os projectos do GRN seguiam lentos e com atrasos. A imprensa especulou sobre as dificuldades do CIF para incorporar os fundos necessários ao prosseguimento ou arranque de novos empreendimentos. Como resultado o GRN recorre aos fundos do EximBank, enquanto o Ministério das Finanças é forçado a promover um empréstimo interno para auxiliar a bolsa de projectos.

Os analistas do “Africa-Asia Confidential” (02/11/2007: 3) referem outras circunstâncias para a lentidão e atrasos: a criação pela China de uma situação de oportunidade política que servisse de contraponto às negociações para construção da refinaria do Lobito. Pretendiam garantir um papel forte para a companhia chinesa Sinopec; e a produção de refinados segundo os interesses de consumo chineses.

2.5 Comércio e investimento privado

O petróleo posiciona-se como o produto mais importante nas exportações de Angola com um peso de cerca de 95%. Actualmente, tal como no período anterior a 2002, mantém-se

como o principal produto exportado para a China, tendo a percentagem de exportações subido de 9,3% em 2001 para 30% em 2006 (Campos e Vines, 2008: 12).

Este importante crescimento das exportações de petróleo coloca a China como o segundo principal cliente de Angola após os EUA e, no quadro das relações Sino-Africanas as trocas comerciais com Angola vão-se tornando cada vez mais importantes para a China: em 2004 Angola torna-se o terceiro exportador africano para a China após a Arábia Saudita e o Irão; em 2005 ultrapassou o Irão; o ano de 2006 é um marco no comércio de petróleo entre a China e Angola: Angola ultrapassa a Arábia Saudita e fixa-se como fornecedor de 18% do petróleo importado pela China.

Nas importações verifica-se a mesma tendência de crescimento após 2002: em 2004 a procura de produtos chineses atinge um volume de negócios da ordem dos 194 milhões de USD, valor que quadruplica em 2006. Entre os principais produtos exportados da China para Angola contam-se: o aço; o ferro em barra; as baterias; o cimento; e os automóveis. A China torna-se em 2007 o segundo exportador para Angola após Portugal, tendo ultrapassado o Brasil e a África do Sul.

Angola mantém uma balança comercial muito favorável em relação à China. Mesmo com o crescimento das importações angolanas, o volume de exportações de petróleo suplanta largamente os produtos adquiridos por Angola, de que resulta substancial superavit. Nos próximos anos as perspectivas de desenvolvimento bilateral são animadoras, quer pelo tipo de produtos procurados pelo mercado interno angolano cujo grau de exigência qualitativa por ora limitada a China está apta a fornecer, quer pelos baixos preços praticados pela China que tornam os seus produtos invencíveis no mercado africano.

No comércio a retalho nota-se, como referem Burke *et al* (2007: 30), um preocupante incremento da economia informal: as micro-empresas chinesas de raiz familiar adaptaram-se bem ao tecido económico paralelo característico da sociedade angolana. Os mesmos autores chamam a atenção para as dificuldades na quantificação das importações chinesas devido aos mecanismos subterrâneos do sector informal e, também, por não se considerarem como produtos importados *made in China* aqueles que entram em Angola através de outros canais, nomeadamente via União Europeia.

O conceito de investimento directo (IDE) não se enquadra com as linhas de crédito chinesas uma vez que a natureza dos acordos e a configuração de ajuda ligada transportam para solo angolano empresas estatais chinesas, as *State-Owned Enterprise* (SOE's). Contudo, o investimento privado chinês em Angola canalizado para o sector não petróleo, sobretudo telecomunicações, embora baixo comparativamente a outros investidores como Portugal e

África do Sul, cresceu significativamente após 2002. Foram factores atractivos importantes: (1) a diminuição do risco de investimento; (2) a reformulação do sistema legal angolano – alteração das leis de investimento e comercial; (3) a criação de zonas de desenvolvimento especial com taxas reduzidas e incentivos fiscais para empresas e indústrias que se instalassem.

Já foi mencionada a pouca apetência do empresariado chinês, mesmo o estatal, pelo risco. Burke *et al* (2007: 38) reforçam essa constatação e dizem que, contrariamente à opinião popular, os investidores chineses são avessos ao risco, apenas investindo em negócios quando acreditam seriamente no seu sucesso e retorno financeiro.

A participação do investimento directo privado chinês tem tendência a crescer, pois as empresas envolvidas nas linhas de crédito têm vindo a registar-se individualmente no sistema angolano em resposta às solicitações e oportunidades do desenvolvimento do país (Campos e Vines, 2008: 14). Segundo a ANIP, entidade que se destaca pelo contributo no estabelecimento das zonas especiais e normas institucionais visando o desenvolvimento regional, contavam-se 51 empresas chinesas registadas em Angola até Dezembro de 2007, sendo 50% na construção e as restantes no comércio de retalho, na alimentação, na manufactura de borracha, na indústria da água mineral e em indústria ligeira diversa.

Outro facto sintomático é a necessidade do mercado laboral angolano. De acordo com Burke *et al* (2007: 34) as empresas angolanas procuram recrutar colaboradores chineses porque os consideram mais produtivos e menos onerosos.

CAPÍTULO IV

A RECUPERAÇÃO DO CFB: IMPACTO ECONÓMICO E SOCIAL

Este capítulo pretende avaliar o progresso que a recuperação do Caminho-de-Ferro de Benguela trouxe à sua envolvente, medido a partir das reformas introduzidas pelo Governo angolano e forma como deu uso aos recursos afectos à cooperação com a China, tendo em vista um conjunto de resultados ansiados de desenvolvimento e combate à pobreza.

1. Perspectiva Histórica

A construção dos caminhos-de-ferro africanos teve início no final do século XIX e correspondeu ao desejo dos países colonizadores europeus em ultrapassar a lentidão e riscos das estradas carreteiras existentes, assegurando os seguintes objectivos militares e económicos:

- 1) - Ocupação efectiva do solo africano, então limitado ao espaço costeiro, através da criação de vias de penetração rápidas e cómodas para efectivos militares e logística;
- 2) - escoamento do *hinterland* africano de matérias-primas indispensáveis às indústrias e ao crescimento das economias europeias; e
- 3) - Abertura de espaços de comércio em África, aproveitando as potencialidades dos novos mercados para colocação de produtos manufacturados.

Seguindo estes critérios, as linhas-férreas criadas orientaram-se do interior para o litoral e sem ligação entre elas. Conforme constata Emmanuel Esteves (2003: 5), o projecto português, fruto do seu melhor conhecimento da realidade africana, procurou ultrapassar esta tipologia tendo o plano inicial uma configuração em garfo, ou seja, uma linha principal do Lobito a Caconda que seguiria em três ramais: um para Norte; outro para Este; e o terceiro para Sul, num claro interesse no aproveitamento das rotas comerciais e das regiões mineiras. Dificuldades orçamentais limitaram o financiamento e ditaram o abandono do projecto. As construções futuras seguiram a orientação dominante em África.

A exportação de borracha, matéria-prima produzida no planalto central angolano e com grande procura no final do século XIX, esteve na origem do sistema ferroviário de Benguela. Todavia, foi a descoberta de cobre no Katanga em 1901 que consolidou a sua construção através do contrato de construção e concessão estabelecido em 28 de Novembro de 1902 entre o Governo português e a *Tanganyika Concessions Company Limited*. A construção da via-

férrea foi iniciada em 1903 no porto atlântico do Lobito e concluída em 1928 na cidade fronteiriça do Luau com numa extensão aproximada de 1304 quilómetros. Ao projecto que percorre quatro províncias: Benguela, Huambo, Bié e Moxico, foi acrescentada no início da década de 1970 uma variante – variante do Cubal – com cerca de 150 quilómetros.

O Caminho-de-Ferro de Benguela tornou-se um factor importante de estabilidade e desenvolvimento regional, pois: (1) criou novas localidades e deu origem a rodovias de apoio ao longo do seu traçado; (2) trouxe novas possibilidades na circulação de passageiros e mercadorias; (3) introduziu novos sistemas de comunicação: telegrafia sem fios, linhas telegráficas e, indirectamente, cabos submarinos de ligação Europa/África; (4) permitiu a difusão de novas culturas e técnicas agro-pecuárias; (5) incrementou a pequena indústria e o comércio.

A envolvente que veio a ser denominada por *Corredor do Lobito* deu continuidade ao Caminho-de-Ferro de Benguela em território internacional através das extensões à República Democrática do Congo em 775 km – operacional até 1997 como refere o Lobito Corridor Project (2006: 4) – e à Zâmbia (90 km). Dali irradiava para a África Central e Austral tornando-se “crucial para os países sem litoral terem os seus acessos aos portos marítimos” (JICA e MINTRANS, 2006: 4-2).

Este estudo não obteve dados de operação globais sobre o volume de passageiros e mercadorias transportados. Todavia, pela análise de três momentos distintos deve considerar-se importante: (1) para o ano de 1967, Roberto Correia (2002) afirma que o volume global de mercadorias e pessoas transportadas foi de “828.899 passageiros e 1.804.040 toneladas de cargas”; (2) para o período 1963 a 1997 a Biblioteca Virtual de Angola refere no artigo *Benguela - Vias de Comunicação* “cerca de 100 milhões de passageiros e 40 milhões de toneladas de mercadorias”; e (3) o Relatório para Reabilitação dos Portos de Angola (JICA e MINTRANS, 2006: 4-2) salienta que em 2004 o troço operacional transportou 2 milhões de passageiros.

A dinâmica actividade económica no transporte de passageiros e mercadorias (cobre e outros metais, madeiras, açúcar e café) desaceleraria a partir de 1975. O desenvolvimento da guerra civil transforma o Caminho-de-Ferro de Benguela num objectivo militar estratégico sendo o seu controlo económico tão importante como a interrupção da sua circulação, dicotomia que irá ocasionar a sua progressiva destruição. A intensa colocação de minas antipessoais na via-férrea e nos seus caminhos de acesso conduziu ao abandono, degradação e à quase completa paralisia. O Caminho-de-Ferro de Benguela acabaria limitado ao troço Lobito / Benguela com 34 quilómetros. Em 2002 foi reactivado o percurso Caála / Huambo

(Santa Iria) com 47 quilómetros e em 2004 foi recuperado e colocado operacional o troço Lobito / Cubal.⁴⁵ Entretanto, prosseguem os trabalhos para recuperação integral da linha que, segundo previsão declarada à Agência ANGOP em 18/10/2008 pelo Ministro dos Transportes de Angola Augusto Tomás, estará concluída em 2011.

2. Prospectiva do Governo de Angola

Em 28 de Novembro de 2001 cessou o contrato de concessão do Caminho-de-Ferro de Benguela detido em 90% por accionistas privados tendo o Estado de Angola, então com 10% das acções, assumido a totalidade da linha que transforma em Empresa Pública.

Dando seguimento à sua visão sobre a utilidade e importância do CFB no sistema de transportes nacional e internacional, o Governo de Angola dinamiza o seu relançamento, datando de 1987 os primeiros estudos de recuperação patrocinados pela SADC. Todavia, a falta de financiamento e as prioridades da guerra civil inviabilizaram-nos, assim como aos estudos seguintes, descritos no inventário elaborado pelo Lobito Corridor Project (2006: 5):

- 1992/93: a empresa *Transmark/Partex* realiza um estudo de viabilidade e recomenda um programa de reabilitação a executar em duas fases;
- 1997: a construtora italiana *Tor di Valle* em parceria com o Governo angolano inicia um estudo que não é concluído;
- 1998/99: a *SITLOB Proposal* projecta a transformação da secção Lobito-Benguela para comboios de alta velocidade de carga e passageiros;
- 2001: o consórcio alemão *DAGAF* traça o sistema integrado “AngoFerro” a executar em quatro fases;
- 2001: o Governo angolano lança o Plano de Reabilitação Expedita dos Caminhos-de-Ferro de Angola como alternativa ao atraso do projecto AngoFerro; e
- 2002: uma firma de consultadoria recomenda a reabilitação Caminho-de-Ferro de Benguela em três fases.

Dada a inconsequência destes estudos e projectos, o Governo angolano opta, como já referido, por uma solução própria de reabilitação parcial financiada pelos recursos do Estado servindo-se dos estudos efectuados anteriormente com especial incidência para o projecto AngoFerro. A reformulação aparece como um plano ambicioso e de calendário diluído no tempo, sendo a fase inicial de ataque denominada “Programa de Acção Imediata para a

⁴⁵ Ver Anexo 4: Estações e apeadeiros do Caminho-de-Ferro de Benguela; e Anexo 5: Horários de circulação em vigor em 2007 nos troços em exploração.

Manutenção e Recuperação da capacidade Operativa das Linhas dos Caminhos-de-Ferro”. Daqui derivava o sub-programa “Plano de Reabilitação Expedita dos Caminhos-de-Ferro de Angola”. Este estipulava duas metas para o Caminho-de-Ferro de Benguela: (1) reabilitar o troço do Oeste entre o Lobito (Benguela, Negrão, Cubal) e o Huambo; (2) recuperar o traçado Leste, do Huambo ao Luau (na fronteira com a R. D. Congo) (Luyindula, 2001).

No seu conjunto o programa anunciado pelo Governo de Angola não se fica pela reconstrução das linhas destruídas pelos efeitos da guerra civil, do abandono e da degradação. É mais ambicioso, pois orienta a revitalização dos caminhos-de-ferro angolanos – tal como o projecto AngoFerro preconizava – no sentido da interligação das três vias existentes e de uma quarta (a construir, com terminal em Cabinda) em dezasseis pontos de contacto. Pretende ainda dotar estas quatro vias de seis pontos de saída internacionais.

O anúncio deste programa pelo Governo angolano foi feito numa conjuntura e em moldes que levantam algumas interrogações sobre as suas motivações, uma vez que eram bem conhecidas as suas dificuldades de financiamento interno e os constrangimentos do mercado internacional de capitais relativamente a Angola. Num esforço de sistematização, sem pretender simplificar, procuremos fundamentar os objectivos que nos parecem ser determinantes no planeamento feito pelo Governo de Angola:

1- Transportes eficientes e desenvolvimento:

Para Angola era imprescindível colocar os canais de comunicação viária em funcionamento. A rede rodoviária encontrava-se (encontra-se) em extrema degradação, sendo a sua recuperação e posterior manutenção onerosas não estando a sua sustentabilidade garantida, pois não se auto financiava através de portagens, por exemplo, e o restabelecimento das redes comerciais era previsivelmente lento.

A operacionalidade plena do CFB será por si só uma fonte de receita e, pesem embora os elevados encargos de manutenção, irá gerar sinergias na envolvente e províncias vizinhas, tornando-se decisivo factor na reabilitação da rede de estradas de Angola.

Nos cálculos dos governantes angolanos poderão ter pesado as óptimas condições do país para produção de energia hidroeléctrica, ecológica e barata, e sua utilização na linha-férrea após electrificação da mesma. A exploração do CFB seria menos dispendiosa e beneficiaria o ambiente e as florestas angolanas.

A movimentação das populações é essencial. Angola vive, e viverá ainda por muitos anos, sob o espectro das minas antipessoais e terrestres. A contribuição do CFB em segurança na circulação será vital para o reencontro psicológico do povo angolano e para o aumento dos

seus níveis de confiança. É íntima a ligação deste agente aos valores económicos e, por inerência, ao desenvolvimento.

2- Integração regional e ligações internacionais:

Angola detém um posicionamento geo-estratégico invejável na região austral de África. Além das suas potencialidades materiais, possui acessos ao Atlântico de que os seus pares – países sem litoral e em vias de desenvolvimento – necessitam para escoamento dos seus recursos naturais e importação de mercadorias e utilidades. Estando o CFB operacional em solo nacional e nas suas ramificações internacionais com o centro e o sul de África, os países interiores verão aumentar as suas potencialidades de desenvolvimento ao reduzirem substancialmente os custos de transporte, dado os alternativos constituírem um constrangimento à exportação dos seus recursos.

As condições de Angola são susceptíveis de fazer crescer a sua importância na zona e influenciar a política regional como sucedeu no passado recente com países limítrofes. Ao proceder assim o Governo angolano não só demonstra solidariedade na cooperação regional como recolhe fundos para saldar custos e retomar o desenvolvimento do seu país. Nesta perspectiva a aposta do Governo angolano na integração regional no âmbito da SADC permitirá:

i - Optimizar o seu índice de desenvolvimento social reforçando a componente social no combate à pobreza e dando prioridade ao investimento em infra-estruturas básicas de saúde, saneamento e fornecimento de água; e económico através da utilização dos mecanismos comunitários de auto-ajuda e convergência económica;

ii - Incrementar os índices de educação e formação profissional através de intercâmbios diversos, enviando os seus estudantes para universidades ou centros de formação da zona comunitária; e colmatando o défice de mão-de-obra especializada (e demográfico) recebendo trabalhadores oriundos do espaço SADC. Recorde-se que a realidade demográfica angolana é limitada para o seu espaço físico: JICA e MINTRANS (2006: 2-4) referem 9,2 pessoas por km² de densidade populacional em 2005, o que coloca Angola no grupo dos 20 países menos densos do mundo.

iii - Melhorar relacionamentos de vizinhança e de mercado promovendo o desenvolvimento social e económico regional, traduzido por: especialização dos mercados nacionais, aumento do universo de consumidores, parcerias económico-sociais, facilitação de transacções aduaneiras a taxas reduzidas ou nulas e circulação de pessoas e mercadorias com menores formalidades administrativas.

Estas preocupações de natureza social e económica justificam o elevado esforço financeiro na recuperação da infra-estrutura do Caminho-de-Ferro de Benguela, basilar nas prospectivas de longo prazo do Governo de Angola que se empenha no avanço e diversificação da economia de modo a torná-la menos dependente do petróleo.

3- Os interesses particulares da China:

O interesse do Governo angolano na recuperação do CFB data de 1987 e o aparecimento da “China construtora” em Angola dá-se em 2004. A primeira data demarca as constantes dificuldades de financiamento dos projectos do Governo, e a segunda marca os acordos Angola/China para recuperação de infra-estruturas. O que foi conhecido dos acordos, que não foram divulgados, evidência vantagens ao financiador. Tais vantagens poderão não ser somente de negócio. As oportunidades de reconstrução poderão estar a ser orientadas pelo interesse particular da China nos recursos angolanos, em particular o petróleo, mas também noutros sectores, como metais, madeiras e agricultura.

As eventuais pressões chinesas na condução e destino dos seus investimentos terão levado a distensões no seio do poder angolano e obrigado o Presidente da República a criar um gabinete de reconstrução que opera com *mão-de-ferro*⁴⁶ sob a sua direcção. Tal não evitou o surgimento de outras situações fracturantes e críticas à actuação da autoridade.

4- Dividendos eleitorais do partido no governo:

Diversos sectores da sociedade civil angolana referem que o governo faz demagogia com a reabilitação das infra-estruturas, nomeadamente o CFB. Tal apreciação apoia-se nos seguintes argumentos: (1) os governantes falam imenso do tema, mas na realidade são poucos os progressos; (2) há rumores de que parte do montante do financiamento tenha sido utilizado pelo partido no poder em campanhas eleitorais e auto promoção. O Governo de Angola por intermédio do Ministério das Finanças foi forçado a emitir um desmentido em 19 de Outubro de 2007.

Uma leitura simplista dos resultados das eleições legislativas de 2008 (82% MPLA, 10% UNITA) poderia levar a crer que o governo não descurou a sua promoção, o que daria razão aos rumores que circulam. Contudo, uma outra leitura dos resultados eleitorais encaminha para a maturidade do povo angolano que aposta claramente na continuidade da paz e na recusa de novos conflitos.

⁴⁶ O Semanário Angolense de 03/08/2006, refere o incidente da visita do Ministro da Indústria de Angola, Joaquim David, ao Centro Industrial de Desenvolvimento de Viana: foi impedido de entrar, tendo aguardado cerca de 30 minutos pela confirmação da autorização vinda da cúpula do GRN.

3. A Realidade Actual

Em 2002, com o regresso da paz, o Governo angolano enceta um processo de reformas económicas e sociais com o objectivo de potenciar os recursos do país, desenvolver sectores prioritários como a agricultura, a indústria transformadora e a construção civil. As reformas, progressivamente implantadas, passaram por: (1) alterações administrativas com a criação de departamentos de gestão; (2) actualização da legislação económica; (3) reordenamento do território e implementação de zonas de desenvolvimento; (4) recuperação de infra-estruturas; e (5) diversificação dos canais de cooperação internacional, sobretudo, bilateral.

Uma das primeiras medidas de reestruturação económica tomadas foi a criação da Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), organismo estatal que superintende na gestão do sistema de investimentos privados na economia angolana.

Seguiu-se o reordenamento económico territorial angolano com a Lei 17/03, dos Incentivos Fiscais ao Investimento Privado. Este diploma dividiu o país em três zonas de desenvolvimento e estabeleceu condições fiscais⁴⁷ muito vantajosas para investimentos nas zonas deprimidas do interior.

São também desencadeadas acções legislativas e administrativas destinadas a diminuir o período de tempo necessário à constituição de novos empreendimentos, medidas que se pretendia reduzissem os custos de projecto e instalação das empresas, motivando os investidores e revitalizando o tecido empresarial.⁴⁸

Outra preocupação foi a recuperação das estruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias, infra-estruturas básicas sem as quais as acessibilidades são fortemente condicionadas. Conjuntamente procurou avançar-se na requalificação dos recursos humanos (jovens desempregados e militares desmobilizados das forças armadas), base para os empreendimentos futuros, e arejar os serviços públicos de modo a torná-los mais leves e eficientes.

Apesar de todas estas medidas, os parcos recursos e as prioridades orçamentais do Governo de Angola adiaram os avanços do Estado na recuperação das infra-estruturas, sendo igualmente pouco significativos os investimentos privados aplicados no interior do país. Porém, como notou Carlos Fernandes, Presidente da ANIP, era essencial restabelecer as

⁴⁷ Zonas de desenvolvimento A, B e C. Litoral, interior médio e interior profundo, como Huambo, Bié, Lundas e Moxico. Atribui incentivos atractivos aos investimentos nestas zonas – isenção de pagamento de Imposto Industrial (taxa normal de 35%) por períodos de 8, 12 e 15 anos, respectivamente.

⁴⁸ Em 2008 Angola detém o 169º lugar entre 181 economias avaliadas quanto à facilidade na constituição de um novo negócio. Comparativamente a África do Sul estava na 35ª posição. Fonte: Doing Business, <http://www.doingbusiness.org/>

acessibilidades, pois facilitariam a fixação de empresas, investimentos e o arranque da actividade económica:

“é necessário fazer-se um esforço acrescido no sentido de se recuperar as infra-estruturas básicas e promover a desminagem para permitir que, sectores como agricultura e pecuária, enquanto sectores estruturantes e com grande capacidade de absorção de mão-de-obra, possam beneficiar de um maior número de propostas de investimentos” (Correio Digital, Entrevista ao Presidente da ANIP, 15-11-2006).

O Governo angolano carecia de capitais próprios e procurou financiar-se junto da comunidade internacional. A cooperação internacional de Angola esteve orientada até 2002 para a ajuda humanitária. No pós conflito mantiveram-se projectos humanitários e intensificou-se a cooperação económica: petróleo e bens de consumo com os EUA; saúde, água e desminagem com a Noruega; combate à pobreza e desminagem com o Reino Unido e Suécia. Portugal, Espanha, França, Holanda e Suíça contribuem também em soluções de assistência ao desenvolvimento; a Índia nos transportes ferroviários; e o Japão na viabilização das estruturas portuárias.

Em Janeiro de 2004 o Governo angolano deu prioridade ao plano *Estratégia de Combate à Pobreza*. Este plano cruzava interesses diversos como a reconstrução nacional e o crescimento económico. Dos vários projectos em execução salienta-se a “Fase Prioritária do Programa Multi-sectorial de Reabilitação e Reconstrução” vocacionado para recuperações urgentes multi-sectoriais e financiado pelo Banco Mundial, por países europeus e pelo Governo de Angola. No seu âmbito surge o programa "Anel Estratégico de Transportes", delineado para uma vasta zona do centro-norte de Angola.

O Governo de Angola teve novamente dificuldade em captar recursos dado os financiadores internacionais fazerem depender os seus empréstimos de um acordo formal entre o Governo e o FMI⁴⁹ e, por inerência, o Clube de Paris. Em resposta o Governo de Angola arrefece as negociações com o FMI e recorre a fontes de financiamento não convencionais. No início de 2004 celebra um acordo bilateral com o Governo chinês que, contrariamente aos cooperantes ocidentais, não coloca condições políticas aos seus financiamentos e evita o envolvimento nos assuntos internos dos países parceiros.

O acordo, com financiamento suportado pelo EximBank e alocado quase exclusivamente a projectos de reabilitação de infra-estruturas ferroviárias e obras públicas, surpreendeu a comunidade internacional pelo volume e pelas condições de pagamento, dado

⁴⁹ O documento interno “Donor Hymn Sheet” exige ao Governo de Angola uma estratégia sustentável para a redução da pobreza e programas para aumentar a transparência na gestão das receitas provenientes da exploração petrolífera. (Cf. Fandrych, 2006: 1).

que, por essa altura o Governo de Angola mantinha negociações com outros financiadores para os seguintes programas e projectos (PNUD/Angola, 2005b):

- Estabilização macro-económica com o FMI;
- Emergência e Reabilitação: desenvolvimento rural; serviços públicos; reabilitação de infra-estruturas; recursos humanos e institucionais com o Banco Mundial;
- Recuperação agrícola, educacional, pescas e hospitais com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD);
- Reformas (privatização, descentralização, administração pública e processo eleitoral) no âmbito dos Objectivos do Milénio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);
- Ajuda alimentar e reconstrução de pontes com o Programa Alimentar Mundial (PAM);
- Reconstrução urgente, ajuda alimentar, saúde e educação com a União Europeia (UE);
- Desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, projectos financiados pelo Banco Sul-Africano de Desenvolvimento e pela Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD). Estes programas incluíam as infra-estruturas: Caminho-de-Ferro de Benguela e porto do Lobito.

O Caminho-de-Ferro de Benguela tornou-se um dos principais beneficiários do acordo Sino-Angolano e doravante eram prometedoras a sua recuperação e as suas perspectivas face aos portos concorrentes da Costa Oriental pelas claras vantagens na redução de percursos e na “redução dos custos de mercadorias e a consequente obtenção de competitividade internacional” (JICA e MINTRANS, 2006: 2-13).

3.1. Envolvimento da China

Em Março de 2004, dando seguimento a contactos bilaterais anteriores na área da defesa, a cooperação entre Angola e a China estreita-se ao firmarem uma convenção envolvendo um empréstimo no valor de dois mil milhões de dólares (1,665 milhões de EUR na época)⁵⁰. Por parte da China este acordo tem um alcance fortemente político, dado o seu interesse estratégico imediato na componente energética. Esta perspectiva poderia considerar-se em 2004 como ocasional ou conjuntural. Contudo, volvidos quase 5 anos podemos considerar perspicaz o ponto de vista chinês e que o mesmo assumiu decisões de longo prazo.

⁵⁰ Em entrevista à *Voice of América* (Multipress), Vicente Pinto de Andrade, candidato às eleições presidenciais de Angola (sem data marcada) afirmou que “o governo angolano antes de ter contraído o empréstimo chinês de dois mil milhões de dólares, já tinha contraído, em 2003, junto de consórcios de bancos britânicos, um empréstimo de 2,25 mil milhões de dólares”.

São sinais desse empenhamento o financiamento da projectada ligação por via-férrea do Lobito (CFB) a Dar-es-Sallam (Tazara⁵¹) na Tanzânia. De acordo com Martyn Davies,⁵² citado pela agência APA, uma clara intenção de unir o Atlântico ao Índico por via ferroviária, evitando ou criando uma alternativa à via marítima da Rota do Cabo. É claramente visível a intenção de reduzir custos e tempo nos suprimentos chineses de petróleo e minerais preciosos de Angola, cobre da Zâmbia e outros recursos da República Popular do Congo.

Os dados sobre a negociação Sino-Angolana e trâmites do abono não foram divulgados na íntegra. Os excertos que se tornaram conhecidos apontam para uma decisão vantajosa para o Governo de Angola: empréstimo a longo prazo (17 anos), uma baixa taxa de juro anual (1,5%) e pagamento em fornecimentos de petróleo. Condições irrecusáveis, se comparadas com as exigências do FMI e do Clube de Paris que, ao contrário da China, impunham condições de melhoria política interna, reformas económicas, transparência, boa governação, direitos humanos e boa gestão financeira.

A necessidade da China em garantir o seu crescimento industrial com uma componente energética importada, sobretudo petróleo e gás natural, não a inibiu de exigir uma cota de 70% de participação de empresas chinesas (públicas e privadas) em todos os sectores assistidos como contrapartida ao empréstimo financiado pelo banco chinês Export-Import Bank (EximBank). A habilidade negocial angolana impôs uma protecção à participação nacional de 30%. Todavia, quer o aperto económico dos empresários angolanos, quer a escassez de mão-de-obra nacional especializada, tornaram quase nula esta condição deixando campo livre à participação chinesa na quase totalidade dos empreendimentos.

Angola não se aliou apenas à cooperação chinesa para reconstruir o país. Diversificou a sua colaboração financeira com outros países como: Alemanha, Espanha, Israel, Brasil e Portugal. Contudo a presença chinesa é mais notada, pois os seus investimentos arrastam consigo muita mão-de-obra imigrante. A expressão “canteiro de obras” tornou-se tão corrente para qualificar a situação de recuperação de infra-estruturas que alastrou ao território nacional como a frequência junto delas de trabalhadores chineses. Segundo afirmou à Agência Lusa o Sr. António Armando, porta-voz do Serviço de Migração e Estrangeiros de Angola, em 2006 a comunidade chinesa a trabalhar legalmente em Angola era de “cerca de quinze mil” indivíduos. Em Agosto de 2008 o economista Francis M. Mwegu (Cf. Politzer, 2008) da

⁵¹ A construção do Caminho-de-Ferro Tanzânia-Zâmbia (TAZARA) foi efectuada pela R.P. China entre 1970 e 1975. Viria a substituir o CFB como saída do Congo e da Zâmbia para o mar.

⁵² Martyn Davies, perito em relações China/África da Universidade de Stellenbosch da África do Sul. Fonte: Emerging Minds e APA (African Press Agency), <http://emergingminds.org/>

Universidade de Nairobi indica em Angola um total de 30.000 trabalhadores chineses envolvidos nos projectos financiados pela China.

É indiscutível que a China ajudou (ajuda) o desenvolvimento de Angola construindo/recuperando as suas infra-estruturas, edifícios, pontes, estradas, ferrovias, recintos culturais e desportivos. Porém, também se lhe podem apontar situações susceptíveis de condicionar a evolução futura de Angola:

- A economia de Angola reforçou a sua dependência do petróleo. O sector não petróleo não progrediu nem se diversificou, pois os capitais provenientes da venda do petróleo retornam à China, limitando o “*economic ripple effect*” (CMI Report, 2006: 36), quando deveriam ser investidas na educação, na saúde e no desenvolvimento da indústria ligeira;

- A força laboral chinesa ao deslocar-se do exterior é redutora no mercado de emprego angolano, pois não ajuda a criação de emprego local nem prepara os angolanos para operarem futuramente os equipamentos construídos, gerando, como salienta o CMI Report (2006: 36) pouco impacto no desenvolvimento a longo prazo pela pequena “*technical and managerial expertise transferred*”. A este propósito Kate Eshelby (2007: 52-55) refere a construção de modernos edifícios hospitalares, mas parados por falta de médicos e equipamento. Esta autora vaticina ainda para Angola outra desvantagem: uma dependência a longo prazo do *know how* chinês dado o baixo nível de preparação tecnológica dos angolanos;

- O desenvolvimento da pequena ou média indústria de Angola não é beneficiado, uma vez que as empresas chinesas trazem a sua maquinaria, materiais e cimento, impedindo as empresas locais de prestar o seu contributo auxiliar à construção e desenvolver-se; e

- Têm sido apontadas críticas à durabilidade e fiabilidade das obras edificadas. Sabe-se que a China se regula por padrões de qualidade diferentes dos ocidentais, pelo que deveria haver um criterioso acompanhamento das obras pelos técnicos angolanos. Porém, Angola também não possui meios para as auditar. Outra dificuldade adicional é a linguagem: a compreensão e comunicação tornam-se factores sensíveis, pois os chineses de um modo geral não falam inglês ou português.

As obras de recuperação, incluindo trabalhos adicionais de desminagem, preparação de terrenos e implantação de estaleiros, evoluíram do seguinte modo de acordo com as edições do *International Railway Journal*, especialista em transportes ferroviários:

- Março de 2002: início dos trabalhos de recuperação de 59 km do caminho-de-ferro na zona do Huambo;

- Março de 2004: prosseguiram os trabalhos de remoção de minas ao longo de todo o percurso do CFB. A conclusão estava prevista para Dezembro de 2004;

- Janeiro de 2006: linha recuperada até ao Cubal. Prosseguem os trabalhos para o Huambo, com conclusão prevista para o fim de 2006. Adianta projecções de chegada ao Luau em Janeiro de 2009.

No Caminho-de-Ferro de Benguela o cumprimento dos prazos acordados para término da sua recuperação tem sido sistematicamente modificado. Podemos atribuir estes atrasos aos seguintes factores: (1) dificuldades suplementares nos trabalhos de desminagem da via e seus acessos que amplificaram a complexidade da obra; (2) más condições climáticas sazonais provocaram paragens dos trabalhos; (3) problemas de captação de financiamento pela CIF (Fundo Internacional da China) motivaram alguma dispersão nas tomadas de decisão sobre o curso da reconstrução; e (4) alguma displicência por parte do consórcio chinês *China Railway 20th Century Group Corporation* na gestão das expectativas angolanas.

Quer as empresas chinesas, quer os responsáveis do CFB, vão anunciando datas de conclusão dos troços de forma irrealista. Em Dezembro de 2004 “Angola em Movimento, nº 3” (2004: 4) anunciava, com base na Agência Lusa, que o CFB chegaria ao Cuito em finais de 2006. Nessa altura conforme indicava o Lobito Corridor Project (2006: 7) estavam operacionais dois troços: (1) de Benguela ao Lobito (com 34 km); e (2) de Santa Iria/Huambo à Caála (em 47 km), e o troço Benguela/Cubal (197 km) reabilitado, mas não colocado em exploração comercial (Angola em Movimento, nº 3, 2004: 4). Este percurso só entraria em funcionamento em Julho de 2005 após as obras de restauro da ponte sobre o rio Halu. Em Agosto de 2008 a Agência ANGOP noticiava que a previsão de chegada do CFB ao Huambo estava marcada para Dezembro desse ano, cinco anos depois do cálculo inicial do director do Caminho-de-Ferro de Benguela, Daniel Quipaxe.⁵³ Em Agosto de 2008, como referido pela ANGOP, o representante da empresa chinesa indicou como termo da obra CFB o ano de 2011.

Agosto e Setembro de 2008 foram meses férteis em notícias relacionadas com o CFB. Estava-se em período de preparação de eleições legislativas existindo uma forte chamada de atenção para a actividade governativa. Vejamos algumas:

i- Foram anunciadas pelas administrações locais da Ganda e Cubal⁵⁴ intenções de aproveitamento do CFB para incentivar a recuperação de unidades fabris e pecuárias em sectores das indústrias alimentares, celulose, lacticínios e agro-pecuárias;

⁵³ No início de 2006 o ministro angolano dos Transportes, André Luís Brandão, considerava o Caminho-de-Ferro de Benguela integralmente reabilitado em Agosto de 2007. “Angola em Movimento”, Nº 16 – Jan. 2006.

⁵⁴ Cf. ANGOFLASH. Serviço de Imprensa da Embaixada da República de Angola em Moscovo, 15 de Agosto de 2008. <http://angolarussia.ru/>

ii- A agência ANGOP citando o director do CFB, referia que 250 jovens estavam a frequentar cursos de formação profissional não especificados na área ferroviária. Estes jovens irão preencher os quadros do CFB;

iii- Na mesma notícia é referida a intenção de criar nove novas estações ao longo do CFB que facilitarão a “movimentação de cargas diversas [e] também darão empregos à juventude”, para além de constituírem novos e potenciais focos de atracção de populações e actividades económicas.

4. Benefícios Económicos e Redução da Pobreza

Para verificação do desenvolvimento socio-económico originado na envolvente do Caminho-de-Ferro de Benguela pelo empréstimo e intervenção chinesa na recuperação de infra-estruturas angolanas utilizaremos dois documentos recentes do Ministério das Finanças de Angola e do Banco Mundial com estudos dos investimentos público e privado em Angola:

O primeiro: “Linha de Crédito com o EximBank da China, Relatório das Actividades Desenvolvidas – I Trimestre de 2008”, publicado em 31 de Março de 2008 pelo Gabinete de Apoio Técnico (GAT) do Ministério das Finanças de Angola (GAT, 2007); e

O segundo: “Angola, Análise do Clima de Investimento. Outubro 2007”. Programa Regional para o Desenvolvimento Empresarial (RPED) – Finanças e Sector Privado em África (AFTFP) do Banco Mundial (BM, 2007).

O documento inicial servirá para avaliar em que áreas disciplinares (educação, saúde, agricultura e outras) actuou o empréstimo; que mercado de trabalho gerou; que tipo de empresas foram envolvidas e quais os constrangimentos que essas empresas encontraram. O segundo testemunho facilitará apurar se foram criadas condições atractivas ao investimento privado angolano e estrangeiro nas zonas em estudo na sequência da recuperação da importante infra-estrutura do planalto central de Angola.

4.1 Investimento público

O relatório do Gabinete de Apoio Técnico faz o balanço da situação dos projectos enquadrados na Linha de Crédito da China, ou seja, a evolução dos 86 projectos das fases I, II e Complementar que se fraccionaram em 185 intervenções. A primeira fase foi negociada para 50 projectos únicos, tendo alguns sido desenvolvidos em mais do que uma província, sendo a segunda fase ajustada a 18 projectos nacionais compreendendo 79 intervenções

regionais. A fase complementar propôs-se acertar pormenores da Fase I que não foram oportunamente considerados ou previstos e abarca 18 projectos nacionais divididos em 56 intervenções regionais.

As áreas a recuperar abrangidas pelo empréstimo foram: Agricultura; Comunicação Social; Correios e Telecomunicações; Educação; Energia e Águas; Obras Públicas; Pescas; Saúde; e Transportes.

A Tabela 4.01 mostra que as áreas mais beneficiadas pela Linha de Crédito foram a Educação com 30 projectos; a Energia e Águas e a Saúde com 17 projectos cada, com valores globais de 593, 467 e 409 milhões de dólares americanos, respectivamente. Os Correios e Telecomunicações, as Obras Públicas e as Pescas (5, 4 e 4 projectos), embora com menos projectos que a Agricultura (7 projectos), foram mais financiados: 341, 357 e 307 milhões de USD, contra 204 milhões na Agricultura. A Comunicação Social foi dotada de 67 milhões num único projecto para a construção e equipamento do Centro de Produção da Televisão Pública de Angola (TPA) sito na Camama em Luanda, incluindo o seu Centro Emissor de Viana. Os Transportes foram contemplados com 14 milhões de dólares em apoio ao transporte rodoviário.

Tabela 4.01: Projectos Fases I, II e Complementar – Total e Valores

Sector	Fase 1		Fase 2		Fase Compl.		Total		%	
	Projectos	Valor	Projectos	Valor	Projectos	Valor	Projectos	Valor	Projectos	Valor
Educação	20	217	3	230	7	147	30	593	35	22
Energia e Águas	8	244	4	145	5	78	17	467	20	17
Saúde	13	206	1	44	3	159	17	409	20	15
Agricultura	6	150	1	54			7	204	8	7
Correios e Telecom.			4	276	1	65	5	341	6	12
Obras Públicas	1	212	2	89	1	56	4	357	5	13
Pescas			3	267	1	40	4	307	5	11
Comunic.Social	1	67					1	67	1	2
Transportes	1	14					1	14	1	1
Total Projectos	50		18		18		86		100	
Total Valor		1.109		1.104		546		2.759		100

Valores em milhões de USD.

Fonte: Ministério das Finanças de Angola, Gabinete de Apoio Técnico. Adaptado pelo autor.

Na distribuição dos recursos do empréstimo para a reconstrução das infra-estruturas destruídas ou obsoletas são evidentes três preocupações do Governo de Angola no relançamento sustentado de sectores básicos, como sejam; (1) a educação, área vital na qualificação dos recursos humanos e suporte do futuro do país; (2) o saneamento primário de efluentes degradados e a recuperação dos sistemas de abastecimento de energia eléctrica e de

água potável; (3) e medidas adicionais de investimento na recuperação e equipamento de hospitais e centros de saúde tendentes a proporcionarem cuidados elementares de saúde e bem-estar às populações.

Quanto à zona envolvente do Caminho-de-Ferro de Benguela, remetemos para Tabela 4.02 com a consolidação das intervenções das fases I, II e Complementar. Interessam particularmente ao nosso estudo quatro das 18 províncias de Angola: Benguela, Huambo, Bié e Moxico. Foi incluída a província de Luanda para comparar dados, uma vez que a importância de Luanda no contexto angolano é comprovada pela obtenção de 19% das intervenções seleccionadas para investimento público, contra 8% cada de Benguela e Huambo, 4% para o Bié e 2% para o Moxico. As restantes 13 províncias angolanas, com uma média de 4,5% cada, servirão também para confrontação de resultados.

Benguela e Huambo destacam-se claramente das províncias mais para o interior com 15 intervenções cada, contra 7 intervenções no Bié e apenas 4 intervenções no Moxico, este claramente ressentido pela sua interioridade. Os sectores da educação e saúde destacam-se nas

Tabela 4.02: Intervenções das Fases I, II e Complementar – Totais

Sector	Províncias						Total
	Benguela	Huambo	Bié	Moxico	Luanda	Outros	
Educação	9	6	4	1	19	34	73
Saúde	5	4				32	41
Energia e Águas		2			10	14	26
Correios e Telecom.	1	3	3	1	3	11	22
Agricultura				2	1	7	10
Obras Públicas					2	5	7
Pescas						4	4
Comunic. Social					1		1
Transportes						1	1
Total intervenções	15	15	7	4	36	108	185
Porcentagem	8	8	4	2	19	58	100

Fonte: Ministério das Finanças de Angola, Gabinete de Apoio Técnico. Adaptado pelo autor.

províncias de Benguela e Huambo com 14 e 10 intervenções. No Bié a educação (4 intervenções) anda a par dos correios e telecomunicações (3 intervenções), enquanto a província do Moxico se distingue pela aposta em projectos agrícolas. Nas 13 províncias restantes agrupadas sob a designação “Outros” voltam a salientar-se a educação, a saúde e a energia e águas. Em Luanda, província fortemente condicionada pela concentração populacional, têm primazia a educação (19 projectos) e a energia e águas (10 projectos) em

resposta aos enormes desafios de qualificação humana, ordenamento urbano, saneamento básico e fornecimento de energia.

No contexto geral das intervenções a educação e a saúde são as preocupações dominantes com 73 e 41 das 185 intervenções. Seria interessante proceder à análise dos custos e sua repartição pelas províncias de nosso interesse, comparando-as com as restantes. Tal não é possível, pois como já foi referido todas as fases tiveram projectos executados em mais do que uma província e os dados disponíveis não pormenorizam o custo de cada intervenção.

Uma análise detalhada dos valores e intervenções por fases é apresentada na Tabela 4.03 onde os indicadores apontam para 10 projectos na primeira fase distribuídos pelos sectores da educação (5), saúde (3) agricultura (1) e energia e águas (1); e 23 intervenções na segunda fase na educação (10), correios e telecomunicações (8), saúde (4), e agricultura (1). A fase complementar registou 8 intervenções na educação (5), saúde (2) e energia e águas (1).

Tabela 4.03: Projectos / Intervenções das Fases I, II e Complementar

Fases I, II e Complementar - Projectos / Intervenções

Sector	Províncias																				Total geral											
	Benguela				Huambo				Bié				Moxico				Luanda				Outros				Projectos e Interv.	Valor	%					
	Fase	I	II	C	Total	I	II	C	Total	I	II	C	Total	I	II	C	Total	I	II	C	Total											
Agricultura														1	1		2	1			1	4	3		7	10	204	7				
Comunic.Social																		1				1					1	67	2			
Correios e Telecom.		1			1		3			3			3		1		1		3		3		10	1	11	22	341	12				
Educação	3	3	3		9	1	4	1		6	1	2	1		4		1		1	7	5	7		19	8	18	8	34	73	593	22	
Energia e Águas						1		1		2								3	1	6		10	4	8	2	14	26	467	17			
Obras Públicas																			2			2	1		4	5	7	357	13			
Pescas																							3	1	4	4	4	307	11			
Saúde	1	3	1		5	2	1	1		4													10	3	19 (a)	32	41	409	15			
Transportes																							1			1	1	14	1			
Total	4	7	4		15	4	8	3		15	1	5	1		7	1	3	0		4	12	11	13		36	28	45	16	89	185	2.759	100

* Nas fases II e C. foram adjudicados 36 projectos. Cada projecto inclui um ou mais contratos distribuídos por uma ou mais províncias.

a)- Inclui 16 intervenções não especificadas.

Valores em milhões de USD.

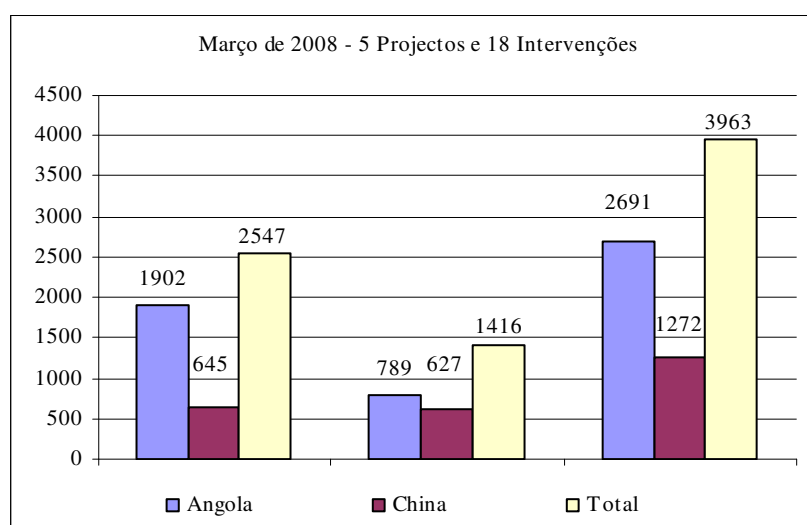
Fonte: Ministério das Finanças de Angola, Gabinete de Apoio Técnico. Adaptado pelo autor.

Em termos globais as províncias de Benguela, Huambo, Bié e Moxico beneficiaram de 41 intervenções, Luanda de 36 e as restantes províncias de 108, o que em termos percentuais significa 22, 19 e 58%, respectivamente.

Em 31 de Março de 2008, aquando da publicação do relatório do GAT faltavam terminar 6 projectos da Fase I e a totalidade dos projectos/intervenções das fases II e Complementar. Dos trabalhos que mantinham obras em curso o relatório refere o número de trabalhadores activos em 5 dos 6 projectos e 18 das 48 intervenções. Nos cinco projectos (ver Gráfico 4.01) estavam a laborar 2.547 trabalhadores, sendo 1.902 angolanos e 645 de

nacionalidade chinesa. Estes números atribuem uma percentagem de 25% a trabalho chinês. Contudo, uma avaliação sectorial permite outras conclusões. Com efeito em obras que envolvam maior grau de especialização, como reconstrução e equipagem de hospitais, a percentagem sobe para valores acima dos 34%. Num destes projectos, a reabilitação da estrada Kifangondo-Negage, verifica-se a utilização extensiva de mão-de-obra angolana com 1.336 trabalhadores, contra 367 chineses na proporção de 22%.

Gráfico 4.01: Obras em Curso. Trabalhadores Angolanos vs Chineses



Fonte: Ministério das Finanças de Angola, Gabinete de Apoio Técnico. Adaptado pelo autor.

Nas 18 intervenções concorrem 1.416 trabalhadores, sendo 789 angolanos e 627 chineses. A média por obra situa-se em 78 trabalhadores, sendo a percentagem de trabalho chinesa de 44%. Estas intervenções são maioritariamente na área da construção civil onde se requer algum grau de especialização. São, portanto, admissíveis valores de participação de mão-de-obra chinesa elevados, como os verificados de 71, 67 e vários na casa dos 50%.

Nas províncias de Benguela e Huambo decorriam dois projectos de recuperação e apetrechamento dos Hospitais Centrais. Em Benguela faltavam terminar 9% da obra e estavam activos 153 trabalhadores angolanos e 87 chineses (36%); no Huambo faltava a conclusão de 25% do hospital e estavam a trabalhar 57 angolanos e 30 chineses (34% do total).

As profissões referenciadas para os trabalhadores angolanos são maioritariamente no âmbito do trabalho indiferenciado (ajudantes), embora também sejam assinaladas algumas especialidades como armadores de ferro, motoristas, pedreiros, serralheiros, cozinheiras e carpinteiros. O trabalho chinês, pelo contrário, raramente refere trabalho não qualificado. As

profissões mencionadas no relatório GAT são: electricistas, canalizadores, carpinteiros de tosco, pedreiros, soldadores, operadores de betoneira, ferreiros, cozinheiros, topógrafos, encarregados, chefes de equipa, operadores de máquinas, armadores de ferro, guardas, engenheiros civis, apontadores e pintores.

Aparecem também mencionados no relatório os motivos que estão na origem dos trabalhos terem ultrapassado os prazos de conclusão inicialmente previstos. A análise das ocorrências apontadas permite agrupá-las em quatro grupos: (1) Impasse na execução de obras; (2) Falta de pessoal qualificado para formação; (3) Carência de recursos financeiros; e (4) Atrasos no aprovisionamento. Na origem dos atrasos estão questões logísticas de preparação de edifícios para acolher serviços e equipamentos durante o tempo necessário à recuperação das estruturas a beneficiar; falta de pessoal com formação académica ou profissional suficientes para responderem aos novos desafios de aprendizagem do material a instalar; dificuldades no prosseguimento de obras complementares devido a falta de financiamentos; e resposta inadequada do mercado angolana às necessidades de abastecimento de materiais às empresas construtoras.

Os trabalhos em execução envolvem seis empresas chinesas e totalizam 58 intervenções assim distribuídas (Cf. Anexo 5): SINOHYDRO (31 intervenções); CEIEC (4 intervenções); CRBC (1 intervenção); SINOMACH (13 intervenções); JIANG SU (2 intervenções); e CMEC (7 intervenções). Fiscalizam as obras doze empresas de Angola (nacionais ou em parcerias⁵⁵): Interserviços (6 intervenções); Tecno 4 (1 intervenção); Gestão de Consultoria e Investimentos (1 intervenção); DAR Angola (4 intervenções); GAUFF Angola (1 intervenção); Profiscon (11 intervenções); Tilca (13 intervenções); Africase (7 intervenções); F. Z. Trading (5 intervenções); Dar Al-Handasah (2 intervenções); Marhell (3 intervenções); e JTEC (4 intervenções).

4.2 Investimento privado

Em Fevereiro de 2005 o Banco Mundial emitiu o documento “*Interim Strategy Note*” de apoio ao programa do governo de Angola para 2005-2006, que no seu terceiro ponto tratava do sector privado e da necessidade de o encorajar. Na edição de Maio de 2007 o documento reconhece os progressos alcançados e recomenda reforços na legislação, melhorias nos procedimentos burocráticos e no acesso a serviços financeiros, bem como investimentos nas infra-estruturas.

⁵⁵ A legislação angolana exige que as empresas fiscalizadoras sejam angolanas.

Com o relatório “Angola – Análise do Clima de Investimento, Outubro 2007” o Banco Mundial efectua a análise do clima de investimento do país considerando as variáveis: dimensão micro-económica e estrutura empresarial, e faz recomendações conducentes a ultrapassar os constrangimentos que limitam o crescimento e a competitividade das empresas angolanas, iniciando pelo que entende por “Análise do Clima de Investimento” (ACI), cita o documento do Banco Mundial “Improving the Investment Climate in Bangladesh” de 2003:

“As análises do clima de investimento tratam as condições para investimentos privados e para o crescimento empresarial num dado país, assentando na experiência de empresas locais para identificar as áreas onde as reformas são mais precisas, de forma a melhorar a produtividade e a competitividade do sector privado. (...) Produzidas pelo Banco Mundial (...) com instituições públicas e privadas de cada país (...), baseiam-se num inquérito a empresas privadas [procurando] capturar a sua experiência num leque de áreas – financiamento, governança, regulação, política fiscal, relações laborais, resolução de conflitos, serviços de infra-estrutura, tecnologia e formação, entre outras”.

Usando métodos standard, combina a informação obtida com outras fontes e compara os resultados com países semelhantes dando-lhe uma perspectiva internacional. O produto obtido é discutido com o sector privado e outros interessados do país e posteriormente divulgado de forma a garantir o envolvimento de entidades políticas, empresariais, investidores, organizações não-governamentais e doadores na implementação de estratégias de desenvolvimento do sector privado.

Foram utilizados dois instrumentos de inquérito: (1) um questionário para o sector formal em três partes: i)- destinada a gestores e proprietários de empresas, trata da estrutura interna das empresas e investimentos efectuados; ii)- observa o financiamento, produção, mercados, recursos humanos e mercado laboral; iii)- faz um questionário a até um máximo de 10 trabalhadores por empresa; (2) um questionário direccionado à recolha de dados de investimento e financeiros relativos a micro-empresas (com menos de 5 empregados a tempo inteiro).

Conforme mostra a Tabela 4.04, o total da amostragem compreende 425 empresas, das quais 115 micro-empresas. O sector formal inquirido foi composto por 310 empresas localizadas em Luanda, Benguela e Huambo, nas seguintes indústrias: (1) Manufacturas: alimentação, bebidas, têxteis e outras; (2) Comércio retalhista; (3) Restantes: construção, comércio grossista, hotéis, bares, restaurantes, transportes, armazenamento, comunicações e informática. As empresas manufactureiras de Luanda foram seleccionadas de uma lista fornecida pelo Instituto Nacional de Estatística. As restantes empresas e micro-empresas

foram identificadas no terreno da sua actividade industrial e comercial em Luanda, Benguela e Huambo. Nas micro-empresas os óbices ao estudo foram acrescidos pela sua pequena dimensão, elevadas rotatividade e “informalidade”, bem como dificuldade de recurso a fontes oficiais de informação.

Tabela 4.04: Universo de Empresas Inquiridas (Amostra)

Sector	Total	Dimensão			Propriedade		Localização		% de BE e HU sobre o Total
		Pequena	Média	Grande	Estrangeira	Nacional	Luanda	Benguela e Huambo	
Sector Formal	425	367	53	5	67	358	348	77	18
Sector Manufactureiro	215	178	32	5	18	197	177	38	18
Micro-Empresas	115				10	105	98	17	15

Fonte: Banco Mundial. Angola, Análise do Clima de Investimento. Out. 2007. Adaptado pelo autor.

4.2.1 Sector Formal

Cerca de 50% das empresas do sector formal classificaram como constrangimento grave o acesso ao crédito e à electricidade na sua actividade; o crime, a corrupção e o licenciamento empresarial são também referidos como obstáculos, assim como os transportes, mencionados por 27% das empresas, especialmente as de Benguela e Huambo. O acesso a financiamento afecta mais as pequenas e médias empresas, principalmente se nacionais ou localizadas fora de Luanda. As grandes empresas e o sector manufactureiro sentem dificuldades acrescidas com a falta de electricidade. O crime e a corrupção são impedimentos graves para as grandes empresas.

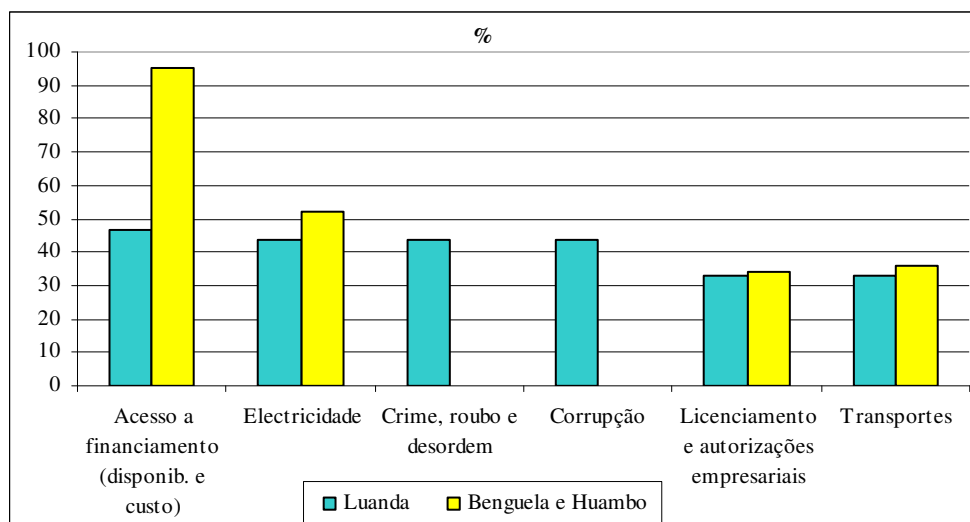
Os factores identificados são relevantes pelo impacto que têm sobre os custos indirectos no conjunto das vendas totais: cerca de 11%. Os componentes principais são a electricidade com 5,2%, especialmente em produção perdida pelo sector manufactureiro; e os subornos com 3,4%, em particular para as empresas nacionais sedeadas em Luanda. As pequenas empresas sentem-se mais afectadas pelo suborno e pelo crime.

O Gráfico 4.02 mostra os constrangimentos mais referidos pelas empresas, que analisaremos de forma mais pormenorizada.

1- Electricidade: A electricidade é um constrangimento grave com reflexos na produção e nos custos directos das empresas. Em Angola registam-se 84% de cortes de energia eléctrica, em média 8 vezes por mês. O recurso médio a gerador próprio é de 68%, sendo mais

afectadas as empresas do sector manufactureiro e as empresas de Benguela e Huambo onde a posse de gerador atinge os 90%. Este tipo de fornecimento alternativo contribui com 31% das

Gráfico 4.02: Principais Constrangimentos Reportados pelo Sector Formal (%)



Fonte: Inquérito ACI.

necessidades totais. As grandes empresas dependem dos seus recursos próprios em 49%, enquanto, as pequenas e médias o fazem em 28% e 43%. Um problema adicional prende-se com a obtenção de uma ligação à rede eléctrica: é um processo moroso que consome em média 60 dias às empresas de Luanda e 182 dias às empresas de Benguela e Huambo.

2- Corrupção: Nos seus indicadores de governança o Banco Mundial constata uma melhoria em Angola na sequência das reformas anti-corrupção introduzidas. Apesar disso, como se verifica na Tabela 4.05, o índice de transparência publicado pela *Transparency Internacional* em 2007, balizado entre 10 (muito limpo) e 0 (muito corrupto), remete Angola para as últimas posições. No inquérito ACI as empresas manifestaram a mesma preocupação atribuindo à corrupção um valor de 36%.

Na prática a corrupção representa 3,4% dos custos indirectos das empresas, existindo indícios de que os subornos exigidos sejam na generalidade valores fixos, independentemente do peso das empresas. O pagamento informal de presentes em áreas como alfandegas, impostos, licenças e regulação para que os assuntos prossigam é frequente e a confiança no sistema judicial é baixa.

O crime é outro constrangimento referido por 40% das empresas. Outros indicadores apontam para 18% de perdas sofridas pelas empresas em roubos, assaltos ou vandalismo.

Embora o impacto nos custos de produção apenas represente 0,5% das vendas, é valorizado pelas empresas em termos de segurança sendo os custos desta para as empresas angolanas de

Tabela 4.05: Índice de Percepção de Corrupção – 2007

País	Posição (180 países)	Índice
África do Sul	43	5.1
Namíbia	57	4.5
Argélia	99	3.0
Angola	147	2.2
R. D. Congo	168	1.9

Fonte: Transparency International

1,7% das vendas, valor semelhante ao da R. D. Congo (1,5%) e da África do Sul (1,7%) e bastante inferior à média Subsahariana (2,9%), não sendo, portanto, um constrangimento fundamental.

3- Enquadramento Legal: De acordo com os dados do Banco Mundial Angola regista uma evolução considerável na sua qualidade reguladora desde 2000. Todavia, os indicadores continuam baixos e são muitos os bloqueios à actividade das empresas. Os gestores ocupam cerca de 8% do seu tempo a tratar de assuntos legais e as empresas são auditadas entre três a cinco vezes por ano. Os licenciamentos são processos demorados sendo necessários 24 dias para obtenção de credenciais de importação ou exportação e uma licença de construção demora 42 dias.

Abrir uma empresa é um processo moroso e dispendioso. Mesmo com a criação do Guichet Único, destinado a aligeirar os processos, são necessários 124 dias e 13 procedimentos para a criação de uma empresa.

4- Transportes: Os transportes constituem um problema importante em Angola, pelos custos acrescidos com que oneram as empresas. É assinalado em média por 27% das empresas e sobe para 33% em Benguela e Huambo. As manufactureiras atribuem-lhe 37%.

Representando perdas de 2,1% nas vendas devido a destruição, desperdício ou roubo, as empresas tendem a deter stocks elevados – 14 dias de produção para as manufactureiras; e 20 dias para as grandes empresas e para o sector retalhista –, o que lhes aumenta os custos com imobilizado e as torna menos eficientes. Constatou-se que as empresas de Benguela e Huambo não recebem as suas mercadorias por rodovia e, embora apresentem baixos custos indirectos de transporte, manifestam a sua insatisfação por esse facto.

4.2.2 Micro-Empresas

Os principais constrangimentos identificados pelas micro-empresas são muito semelhantes aos referidos pelo sector formal: electricidade, acesso ao crédito, transportes, corrupção, licenciamento e acesso à terra. O impacto nos custos indirectos é de 10,6% das vendas totais, sendo mais relevantes a electricidade (5%) e os subornos (3%). As micro-empresas de Benguela e Huambo têm mais queixas do acesso ao crédito, enquanto as de Luanda referem o acesso à terra. Todavia, há um maior desnível nos custos indirectos entre Luanda (11,6%) e Benguela e Huambo (2,9%).

Os cortes de energia eléctrica afectam 90% das empresas registando-se em média 11 falhas por mês. A corrupção é referida por 26%, sendo dispendidos 3,1% das vendas anuais em presentes e pagamentos informais. As micro-empresas têm uma imagem má do sistema judicial (70%) que consideram injusto, parcial, corrupto e caro. O crime não é muito grave. Contudo, os valores para estas empresas são superiores aos do sector formal com 1,4% para custos directos e 1,3% de gastos em segurança, totalizando 2,7%, valor próximo da média Subsahariana. A maioria das micro-empresas considera o licenciamento um constrangimento relevante, tendo a maioria referido que passaram por sistemas de registo ou identificação fiscal morosos e plenos de resistências.

4.3 Financiamento, Trabalho e Terra

Dois agentes vitais no bem-estar das empresas e dos indivíduos, financiamento e trabalho, permanecem muito aquém das suas necessidades. Um terceiro factor, a posse da terra, poderá em breve condicionar a vida dos mesmos e da economia.

4.3.1 Financiamento das Empresas

O financiamento é um importante constrangimento que as empresas angolanas enfrentam. O sector bancário é praticamente insignificante na vida das empresas: supre apenas em 1% as necessidades de empréstimos de curto prazo. Neste tipo de crédito as empresas recorrem a fundos próprios em 81%, valor que sobe para 94% nas zonas de Benguela e Huambo. O crédito cedido por fornecedores situa-se nos 11%. O financiamento de longo prazo não é significativamente diferente do de curto prazo, embora as grandes empresas recorram ao financiamento bancário em 25% e as pequenas em 4%. Quando relacionados, o sector formal e as micro-empresas apresentam, conforme demonstrado na Tabela 4.06, as

mesmas tendências, ou seja, prevalecem os fundos próprios nos financiamentos de curto e longo prazo.

Tabela 4.06: Fontes de Financiamento – Sector Formal vs Micro-Empresas

% financiamento proveniente de:	Curto prazo		Longo prazo	
	Sector formal	Micro-empresas	Sector formal	Micro-empresas
Fundos próprios	81,4	83,0	88,5	89,1
Empréstimos de bancos e outras instituições financeiras	1,2	2,6	5,1	8,5
Obtenção de crédito junto de fornecedores e adiantamentos de clientes	10,7	11,5	1,2	0,0
Empréstimos de familiares e outras fontes informais	6,7	2,8	6,0	2,4
Nova dívida			0,1	0,0

Fonte: Inquérito ACI.

O auto-financiamento das empresas angolanas é um importante entrave à sua progressão e revitalização. O pequeno recurso aos empréstimos bancários pode explicar-se pela limitada rede de bancos e balcões existentes até 2007, e pelas seguintes razões: (1) garantias bancárias – as entidades bancárias exigem garantias associadas aos empréstimos em 93,4% no sector formal, sendo a garantia de valor igual ao empréstimo, normalmente stocks ou pagamentos a receber. Para as micro-empresas a garantia é sempre exigida em montante superior ao valor do empréstimo (113%), quase sempre em bens pessoais; e (2) complexidade do processo – a complexidade do pedido de empréstimo e as exigências associadas ao financiamento, mormente garantias bancárias, avalistas e o processo em si. Outro factor referido pelas empresas é a sua percepção de que o empréstimo será indeferido, o que as desmotiva no recurso a este tipo de suprimentos financeiros.

4.3.2 Mercado Formal de Trabalho

As leis laborais, nomeadamente de contratação e despedimento de trabalhadores, não constituem um constrangimento para as empresas angolanas do sector formal e micro-empresas. Todavia, quando comparada com as leis internacionais, a legislação angolana apresenta maior rigidez nos índices de Horas e Dificuldade de Despedimento.

No mercado de emprego predominam as pequenas empresas do sector formal com cerca de 61% do total, sendo as médias empresa 27% e as grandes empresas 11%. O número médio de trabalhadores por empresa é de 14,3 e o trabalho sazonal ou temporário é pouco

significativo. No sector manufactureiro a percentagem de trabalho qualificado ronda os 81% sendo a participação feminina da ordem dos 14%. A sindicalização é de apenas 7%. Os trabalhadores de Luanda são mais escolarizados, entre 7 e 12 anos de escolaridade, e os de Benguela e Huambo têm em média 3 ou menos anos de escolaridade, o que não parece criar obstáculos às empresas destas zonas, pois, além do seu processo produtivo requerer mão-de-obra menos qualificada, as empresas proporcionam-lhes formação, especialmente quando se trata de trabalhadores de produção. Em termos de massa salarial a falta de escolaridade não é um constrangimento sério, ao contrário da formação que dá a quem a possui salários mais elevados.

4.3.3 Mercado da Terra

O acesso à terra é identificado pelas empresas do sector formal como o oitavo constrangimento, enquanto as micro-empresas o colocam em quarto. Não é portanto uma preocupação prioritária, embora cerca de 80% da terra em Luanda seja ocupada de forma informal. Cerca de 66% das empresas do sector formal e 46% das micro-empresas acreditam ser proprietárias da terra que ocupam.

Desde 1975 a Lei da Terra vem sendo sucessivamente alterada. As últimas modificações introduzidas datam de Novembro de 2004 (Lei nº 9). Porém, a aplicação da lei não é efectiva e as empresas e a população têm pouca percepção das mudanças introduzidas: a lei diz que a terra pertence ao Estado, que é ilegal o usucapião e que apenas os angolanos podem comprar terra ao Estado. Quando verificamos a actual estrutura de ocupação dos solos motivada pela concentração da população nos grandes centros urbanos prevemos que no futuro aumente a pressão no mercado formal e informal da terra com subida de preços e conflitos sobre a ocupação, tanto mais que não são previsíveis mudanças de cidadãos e empresas para as áreas rurais, pois preferem manter-se junto dos grandes centros urbanos onde predominam as facilidades de mercado de trabalho, oportunidades comerciais e transportes.

CONCLUSÃO

Após a II Guerra Mundial o conceito desenvolvimento tinha como equivalente o crescimento económico, noção que advinha da ideia de que por si só a transformação de sociedades agrárias em sociedades industrializadas lhes traria harmonia e desenvolvimento económico, político, cultural e social. O reconhecimento de que aquela concepção trouxe mais desigualdade entre os países, e que nos mais frágeis aumentou a pobreza e o subdesenvolvimento, conduziu à busca de novos paradigmas, agora preocupados com o desenvolvimento integral do homem e das suas comunidades.

Actualmente o desenvolvimento é entendido numa acepção ampla, integrando o bem-estar material e psicológico do indivíduo e quantificado pelo Índice de Desenvolvimento Humano em acesso ao conhecimento, cuidados de saúde e nível de vida. O padrão do grau de desenvolvimento tornou-se a *modernização*, visível na ciência e tecnologia detidas. À escala planetária os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio traduzem a vontade de avanço e integração dos países num sistema global onde se pretende maior equidade na distribuição da riqueza, justiça social e direitos humanos.

África, passados cerca de cem anos sobre a conferência de Berlim, volta a estar no centro das atenções mundiais. A pressão sobre as suas potencialidades em recursos naturais e mercado tem vantagens, mas as opções estratégico-políticas africanas devem reflectir e ponderar claramente o equilíbrio de forças mundial: (1) a corrida ao petróleo pode originar o confronto das potências económicas empenhadas em reduzir a sua dependência energética, bem como conflitos inter-africanos resultantes dos acertos políticos de cada Estado; (2) uma economia centrada na exportação de matérias-primas não contribui para reanimar o tecido agrícola e industrial, falhando um objectivo essencial para África: a integração plena nos sistemas de comércio regionais e mundiais; (3) África necessita de gerar uma cultura política assente na diversidade e na sustentabilidade social e ambiental, sendo essencial precaver os direitos humanos e refutar efeitos ambientais indesejáveis.

Nos últimos 50 anos o relacionamento Sino-Africano foi marcado por dois interesses: o ideológico e o económico. Quando a China necessitou do apoio africano nas Nações Unidas e África aspirava à independência, prevaleceu o primeiro. Posteriormente as suas ligações passaram a ser dominadas pelo interesse económico. Nos dias de hoje o petróleo assume

importância vital para a China, enquanto África encontra na ajuda e cooperação chinesas uma saída possível para resolução do seu atraso endémico.

O balanço dos últimos anos é positivo para ambos: a China desenvolve-se e aproxima-se rapidamente da primeira posição mundial na economia; África vê o seu PIB crescer ao ritmo anual de cinco por cento e o investimento estrangeiro duplicado desde 1998. A visibilidade desta parceria atrai o interesse de outros investidores que vêm em África oportunidades semelhantes às de outros mercados emergentes. Contudo, o impacto da China tem repercussões de natureza social, económica e política sobre a sociedade africana que se devem ultrapassar: (1) na iniciativa privada – os produtos baratos e de fácil colocação no mercado constroem a acção dos sectores produtivos africanos levando-os à asfixia; (2) na imigração – os seus imigrantes, embora detentores de qualificações difíceis de encontrar no mercado de trabalho local, são vistos como uma ameaça à mão-de-obra regional; (3) na política – o modelo de relacionamento chinês condiciona a renovação das elites africanas e a democratização dos seus sistemas políticos.

Angola após três décadas de guerra patenteia uma falta de infra-estruturas e recursos humanos que colidem com a necessidade de desenvolvimento. Reconhecem-se os esforços feitos na mudança e adaptação das instituições de modo a dar-lhes credibilidade, transparência e eficácia. Todavia, assinala-se a sua concentração nas principais zonas urbanas, com preponderância para Luanda. Tarda, pois, a sua difusão pelo todo nacional o que se identifica como uma deficiência estratégica ou ausência de política integrada.

Angola alterou os seus códigos de investimento tornando-os mais atractivos às empresas nacionais e internacionais. Porém, estas encontram na falta infra-estruturas e mão-de-obra qualificada um impedimento à sua instalação, o que limita a capacidade produtiva nacional, o aumento de formação do mercado de trabalho e a performance da economia angolana.

O aprovisionamento de petróleo e a reconstrução de infra-estruturas são a base do relacionamento Sino-Angolano. As condições negociadas – empréstimos apoiados no petróleo – foram muito favoráveis à China que conseguiu ligar ao acordo a participação das suas empresas em 70% dos trabalhos. Os restantes 30% destinavam-se a empresas privadas angolanas, numa clara aposta na sua participação, aquisição de conhecimento e desenvolvimento. Sabe-se hoje que a aposta não foi ganha. Face ao elevado número de projectos, as empresas angolanas rapidamente esgotaram a sua capacidade. Por outro lado, os baixos custos e a elevada produtividade laboral chinesas colocaram as empresas angolanas em desvantagem.

O investimento chinês em Angola está espartilhado por numerosos projectos sendo baixo o seu valor médio. Comparando esta estratégia com a de outros países cooperantes que participam com menos projectos, mas maior investimento unitário, podemos concluir pela intenção chinesa de assumir pequenos riscos, o que pode denotar pouca confiança, transitoriedade ou preferência pela visibilidade através da quantidade de intervenções.

O PIB de Angola, fruto da conjuntura favorável do petróleo, cresce em bom ritmo anual. Contudo, os indicadores sociais permanecem baixos denotando não se verificar a difusão pela comunidade dos benefícios gerados. Esta constatação remete para outra dificuldade: o cumprimento das metas dos ODM. Parece-nos que os objectivos previstos para 2015 estão irremediavelmente comprometidos.

O Caminho-de-Ferro de Benguela esteve limitado à exploração de 34 kms de linha. Desde 1987 que o Governo de Angola procura a sua recuperação. A paz de 2002 e o acordo com a China em 2004 viabilizaram-na. Os trabalhos de recuperação iniciaram-se ainda em 2004. Contudo, as obras têm avançado num ritmo muito lento, quer porque as acções de desminagem são morosas, quer porque a colecta de financiamento pela entidade promotora (CIF) encontrou dificuldades. Estes atrasos têm alimentado a critica da oposição angolana que acusa o Governo da prática de eleitoralismo.

O investimento público gerado pelas duas Linhas de Crédito do empréstimo chinês englobou 185 intervenções. A Educação, Energia e Águas e Saúde foram os sectores mais beneficiados com 35, 20 e 20% de intervenções. Estes sectores utilizaram 54% do montante do empréstimo o que demonstra a preocupação do Governo com as necessidades básicas e preparação da força de trabalho. A nível regional as províncias de Benguela, Huambo, Bié e Moxico beneficiaram de 41 intervenções a que correspondem 22%, Luanda 19% e as restantes províncias com 4,5% em média, cada.

Nas obras em execução a força de trabalho especializada é maioritariamente chinesa. Globalmente detém uma quota de 25%. Em trabalhos especializados a percentagem sobe para 34%. As obras estão atrasadas porque existe indecisão no seu seguimento, e faltam pessoal qualificado; recursos financeiros; e materiais.

O investimento privado tanto nas empresas do sector formal como nas micro-empresas encontra obstáculos que bloqueiam o seu florescimento, principalmente no acesso ao crédito (dificuldades administrativas e de garantias dos empréstimos levam as empresas a recorrer a capitais próprios); nas falhas de electricidade (49% das empresas utiliza geradores próprios); no crime e na corrupção (Angola detém uma baixa posição nos indicadores de transparência);

no licenciamento das empresas (os processos de criação de empresas são dispendiosos e necessitam de inúmeros procedimentos); e nos transportes – estes em particular em Benguela e Huambo – (condicionam o imobilizado das empresas pelos elevados stocks de cobertura necessários). Todos estes factores influenciam em 11% as despesas das empresas. Às micro-empresas acrescem dificuldades no acesso à terra e descrença no sistema judicial. O mercado de trabalho não é qualificado e quando não está de acordo com o grau tecnológico das empresas, estas proporcionam formação profissional.

Não obtivemos resultados seguros que respondam afirmativamente à progressão na instalação de empresas privadas na zona do planalto central em consequência dos investimentos chineses de reconstrução. Pelo contrário, a nossa percepção é a de que se tenha registado uma retracção no mercado angolano. As empresas chinesas de um modo geral são auto-suficientes e os seus trabalhadores vivem maioritariamente isolados. Os problemas detectados em aprovisionamento de materiais e atrasos de obras são outro indicador de que a dinâmica empresarial angolana é reactiva e não de iniciativa.

Embora as decisões de investimento da China em Angola possam parecer conjunturais, pois em muitos casos os avanços envolvem negociação de novos projectos, parece existir uma acção ou estratégia concertada chinesa para a área da África Austral. A reabilitação do CFB corre em paralelo com outros projectos nos países vizinhos. Embora o nosso estudo não tenha detectado a iniciativa de construções rodoviárias secundarizando a linha-férrea, está bem patente o objectivo chinês de criar vias terrestres alternativas à Rota do Cabo. Tal enquadra-se na sua intenção de garantir fornecimentos regulares de matérias-primas às suas indústrias.

O Governo de Angola debate-se com um enorme problema. A sua ligação ao poder regional ou autárquico. (Miniplan, 2005: 51-57) No decurso do estudo percebemos que a ligação do Governo central aos governos regionais é muito frágil. Os órgãos autárquicos são pouco qualificados e funcionam com elevada autonomia nas suas decisões. O Governo central ao manter a atenção sobre a recuperação das infra-estruturas, mesmo conhecendo as dificuldades e morosidade na recuperação, procura atrair visibilidade sobre si. Não se coloca aqui uma questão de regulação política, antes de legitimidade, uma vez que o entrosamento nacional/regional é débil. No âmbito da SADC detectaram-se também fragilidades. Estas prendem-se com financiamento. Se é evidente a intenção de colocar todo o aparelho regional de transportes em funcionamento, a proveniência das verbas necessárias para a execução dos trabalhos tende a não gerar consenso. A recuperação ressent-se disso.

Apesar dos trabalhos de desminagem, nitidamente favoráveis às populações da zona envolvente do CFB pelas condições de segurança física e psicológica que trouxeram, a morosidade dos trabalhos tem impedido a instalação de empresas (mesmo com os factores fiscais favoráveis) e a dinâmica económica tarda em despertar, assim como a redução da pobreza. Dos indicadores IDH, apenas o PIB *per capita* avançou fruto do contexto favorável do petróleo. Os restantes mantêm-se num preocupante imobilismo.

Está ainda em curso o processo de reabilitação do CFB e com ele a reestruturação de todo um tecido socio-económico saído recentemente de uma guerra de longa duração. Em termos globais não é possível responder imediata e afirmativamente se a reabilitação do Caminho-de-Ferro de Benguela resolveu os problemas estruturantes (economia e sociedade) da zona do planalto central de Angola. Poderão estar a gerar-se as condições óptimas para que se dê o arranque esperado.

Parece-nos, todavia, que o Estado angolano deve munir-se de instituições que assegurem a cidadania (participação activa e efectiva) na estrutura do desenvolvimento e garantam o acesso igualitário às oportunidades. Aos decisores políticos cabe converter os recursos em soluções de avanço e bem-estar do país. A aposta quase exclusiva numa economia de renda não o permite e não contraria a acentuada desresponsabilização institucional da função social e política do estado enquanto operador do desenvolvimento. Essa situação permite a apropriação dos recursos por elites funcionando numa lógica patrimonial onde impera a indefinição sobre o privado, o público, o económico e o político.

O povo angolano tem muitas razões para ter esperança num mundo melhor para si. Os seus recursos naturais e ambientais e a intrínseca confiança que demonstra são uma fonte de oportunidades que o seu engenho e arte farão reverter por toda a comunidade. Ao investigador ficam disponíveis as possibilidades de no futuro aprofundar este ou outros aspectos da cooperação internacional com incidência na economia, na sociedade e no desenvolvimento de Angola.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, Maria Luísa Perdigão (1994). *Relações Económicas Internacionais, A Cooperação CE/ACP*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- AFONSO, Maria Manuela e Ana Paula Fernandes (2005). *Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*. 1ª ed. - Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr, OIKOS.
- ALDEN, Chris (2005). China in Africa. *Survival*. Londres: ISS, Autumn 2005.
- ANGOP, (2008). “Benguela: A reabilitação do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB) custa 1 bilião USD aos cofres do Estado”. [Consultado em: 24 de Agosto de 2008]. Disponível em: <http://www.angolaxyami.com/>
- ANSHAN, Li (2005). African Studies in China in the Twentieth Century: A Historiographical Survey. *African Studies Review*, Volume 48, Number 1 (April 2005), pp. 59-87.
- ARRIGHI, G. (1996). *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Contraponto/Unesp.
- BES - Espírito Santo Research (2007). *Angola - Breve Caracterização*. Julho 2007.
- Biblioteca Virtual de Angola (2008). “Benguela - Vias de Comunicação”. [Consultado em: 24 de Julho de 2008]. Disponível em: <http://www.info-angola.ao/>
- BM - Banco Mundial (2007). *Angola, Análise do Clima de Investimento. Outubro 2007*. Programa Regional para o Desenvolvimento Empresarial (RPED) - Finanças e Sector Privado em África (AFTFP).
- BNA - Banco Nacional de Angola (2005). “Relatório Anual 2004 e Contas do Período de 2001 a 2004”. Abril 2005.
- BNA - Banco Nacional de Angola (2008a). *Composição das Exportações: 2003 a 2007*. Outubro 2008.
- BNA - Banco Nacional de Angola (2008b). *Inflação acumulada - Índice de Preços no Consumidor da cidade de Luanda*. Base: Dezembro de 2001-2008.
- BRIDGLAND, Fred (1986). *Jonas Savimbi: A Key to Africa*. London: Hodder & Stoughton.
- BROWNE, S. (1997). *The rise and fall of development aid*. Public Lecture, The United Nations University. [Consultado em: 2 de Março de 2008]. Disponível em: <http://www.unu.edu/plec9706.htm>
- BURKE, Chris, CORKIN, Lucy, and TAY, Nastasya (2007). *China's Engagement of Africa: Preliminary Scoping of Africam case studies - Angola, Ethiopia, Gabon, Uganda, South Africa and Zambia*. Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch. Matieland, South Africa. November 2007.
- CAMPOS, Indira and VINES, Alex (2008). *ANGOLA AND CHINA, A Pragmatic Partnership*. Working Paper Presented at a CSIS Conference (Center For Strategic & International Studies), “Prospects for Improving U.S.-China-Africa Cooperation,” December 5, 2007.
- CARR, Edward (1978). *The Twenty Years Crisis. 1919-1939. An Introduction to the Study of International Relations*. Basingstoke: Macmillan Press.
- CASTRO, Marcus Faro de (2001). *De Westphalia a Seattle: A Teoria das Relações Internacionais em Transição*. Cadernos do REL, nº 20. Universidade de Brasília.
- CMI Reports (2006). *China in Africa - Implications for Norwegian foreign and development policies*, [Consultado em: 17 de Dezembro de 2006]. Disponível em: <http://www.cmi.no/>
- CORKIN, Lucy (2006). “China's interest in Angola's construction and infrastructure sectors” in *China's New Role in Africa and the South. A search for a new perspective*. Dorothy-Grace Guerrero /Firoze Manji (eds). Nairobi, Oxford and Bangkok: Fahamu and Focus on the Global

South.

- CORREIA, Roberto (2002). *Angola - Datas e Factos*, volume V (1961-1975).
- Correio Digital*, Entrevista ao Presidente da ANIP, *O investimento interno é decisivo para o desenvolvimento económico e social do país*, 2006-11-15. [Consultado em: 09 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://portal.correiodigital.info/>
- COX, Robert (1983). Gramsci, Hegemony and International Relations: an Essay in Method, in Stephen Gill (ed.) *Gramsci, Historical Materialism, and International Relations*. Cambridge University Press, pp. 49-66.
- DECREAENE, Philippe (1959). *Le Panafricanisme*. Paris: Press Universitaire de France.
- ESHELBY, Kate (2007). "Angola's new friends". *New African*. October 2007. [Consultado em: 4 de Abril de 2008]. Disponível em: <http://www.africasia.com/>
- ESTEVES, Emmanuel (2003). *As vias de comunicação e meios de transporte como factores de globalização, de estabilidade política e de transformação económica e social: Caso do Caminho-de-ferro de Bengela (Benguela) (1889-1950)*. International symposium Angola on the Move: Transport Routes, Communication, and History, Berlin, 24-26 September 2003.
- FANDRYCH, Sabine (2006). *China in Angola - Nachhaltiger Wiederaufbau, kalkulierte Wahlkampfhilfe oder globale Interessenpolitik?* Friedrich-Ebert-Stiftung. Referat Afrika. November 2006.
- FOCAC (2006). Déclaration du Sommet de Beijing du Forum sur la Coopération sino-africaine, 04-11-2006. [Consultado em: 14 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://french.focacsummit.org/>
- FOUCHER, Michel (1991). *Fronts et frontières*. Paris: Fayard.
- FREITAS, Amadeu José de (1975). *Angola: o longo caminho da Liberdade*. Lisboa: Moraes.
- GARCIA, Francisco Proença (2000). *Guiné 1963-1974: Os Movimentos Independentistas, O Islão, e o Poder Português*. Lisboa: Universidade Portucalense.
- GAT - Gabinete de Apoio Técnico (2007). *Linha de Crédito com o Eximbank da China, Relatório das Actividades Desenvolvidas - I Trimestre de 2008*. Luanda: Gabinete de Apoio Técnico do Ministério das Finanças de Angola, 31 de Março de 2008.
- GUIMARÃES, Andresen (2001). *The Origins of the Angolan Civil War: Foreign Intervention and Domestic Political Conflict*. New York: St. Martin's Press.
- HALLIDAY, Fred (1994). *Rethinking International Relations*. London: Macmillan Press Ltd.
- HAYTER, Teresa (1971). *Aid as Imperialism*. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books.
- HOBBS, Thomas (1994). *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*, trad. de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- HOFFMANN, Stanley (1997). *An American Social Science: International Relations*. Daedalus, vol. 106, pp. 41-60.
- HOFMANN, Katharina (2006). *Challenges for International Development Cooperation: The case of China*. Friedrich-Ebert-Stiftung, Briefing Paper 15, November 2006.
- HOLZGREFE, J. L. (1989). The Origins of Modern International Relations Theory. *Review of International Studies*, vol. 15, nº 1, pp. 11-26.
- HONG-MING, Zhang (2004). "A Política Chinesa na África", in *Abrindo os Olhos para a China*, org. Beluce Bellucci. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), pp. 233-295.
- International Railway Journal*, edições de Março de 2002; Março de 2004; e Janeiro de 2006.
- IPAD/BDO (2006). *Evaluation of the Angola Indicative Cooperation Programme 2004-2006*, 29 de

- Setembro de 2006.
- JICA e MINTRANS (2006). Agência de Cooperação Internacional do Japão e Ministério dos Transportes, *Estudo para o Programa de Reabilitação Urgente dos Portos da República de Angola*, Agosto 2006.
- KEAN, James (2007). A História Secreta da Unita, *Semanário Angolense*, 03 de Março de 2007.
- KEOHANE, Robert (1984). *After Hegemony*. Princeton: Princeton University Press.
- KERNEN, Antoine (2007). Les Stratégies Chinoises en Afrique: Du Pétrole aux Bassines en Plastique. *Politique Africaine*, n° 105, mars 2007. p. 163-180. [Consultado em: 20 de Julho de 2008]. Disponível em: <http://www.politique-africaine.com/>
- KOSKENNIEMI, Martti (2002). *Gentle Civilizer of Nations - The Rise and the Fall of International Law*. Port Chester: Cambridge University Press.
- LOBITO Corridor Project (Prefeasibility Study), *International Conference on the Great Lakes Region - Regional Programme of Action for Economic Development and Regional Integration*, Project No. 3.3.3, March 2006. [Consultado em: 21 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://www.icglr.org/>
- LOPES, Carlos (2007). *Roque Santeiro - Entre a Ficção e a Realidade*. Lisboa: Principia.
- LUYINDULA, José (2001). Mesa Redonda sobre: *O Papel do Transporte Ferroviário na Economia Nacional e na Integração Regional em África*. Ministério dos Transportes de Angola.
- MELO, João de (1988). *Os anos de Guerra 1961-1975. Os portugueses em África*. Lisboa: Dom Quixote.
- MINIPLAN (2003). *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio - Relatório de Progresso MDG/NEPAD Angola 2003*. Luanda: Ministério do Planeamento de Angola.
- MINIPLAN (2005). *Ministério do Planeamento - Relatório Nacional*. Luanda: Ministério do Planeamento de Angola. Novembro 2005.
- MINIPLAN (2007). *Programa Geral do Governo 2005-2006. Balanço de Execução Ano 2006*. Luanda: Ministério do Planeamento de Angola. Abril 2007.
- MIRANDA, Armindo (2004). *Angola 2003/2004 Waiting for elections*. Chr. Michelsen Institute. Bergen, Norway.
- MORGENTHAU, Hans (1955). *Politics Among Nations. The Struggle for Power and Peace* (1948). Nova York: Alfred A. Knopf.
- MORIN-ALLORY, Ronan (2005). Pékin au Congo, *Revista Outre-Terre*, n° 11 2005/2, p. 115-131. [Consultado em: 26 de Novembro de 2007]. Disponível em: <http://tinyurl.com/37y18r>
- NIQUET, Valérie (2006). La Stratégie Africaine de la Chine. *Chine: Rivalités et Stratégies de Puissance, Politique Étrangère* 2:2006, pp. 361-374.
- NYE, Joseph (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. PublicAffairs.
- PERRET, Christophe (2006). *L'Afrique et la Chine*. [Consultado em: 28 de Outubro de 2008]. Disponível em: www.atlas-ouestafrique.org.
- PHILIPOTT, Daniel (2000). *The Religious Roots of Modern International Relations*. World Politics, vol. 52, pp. 206-245.
- PNUD/ (2007). *Human Development Report 2007/2008, Fighting climate change: Human solidarity in a divided world*.
- PNUD/Angola (2005a). *Relatório de Desenvolvimento Humano de Angola 2005*. Luanda.
- PNUD/Angola (2005b). *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Angola: Relatório de Progresso 2005*. Luanda.

- POLITZER, Malia (2008). China and Africa: Stronger Economic Ties Mean More Migration, Migration Policy Institute. August 2008 [Consultado em: 12 de Outubro de 2008]. Disponível em: <http://www.migrationinformation.org/>
- Revista Africa-Asia Confidential*. Volume 1 - Number 1. Edição de 02 de Novembro de 2007.
- Revista Angola em Movimento*, Nº 3 - Dezembro 2004; Nº 13 - Outubro 2005; e Nº 16 - Janeiro 2006.
- ROCHA, Alves da (2006). O Petróleo em África e em Angola: Difícil Equação do Desenvolvimento. *Latitudes*, nº 28. Dezembro 2006.
- ROSENTAIN-RODAN, P. (1961). "International Aid for Undeveloped Countries". In *Review of Economics and Statistics*.
- ROSTOW, W. (1960). *The Stages of the Economics Growth*. Cambridge University Press.
- SADC (2006). Relatório "Concretização das Metas de Convergência Macroeconómica da SADC na República de Angola - Avaliação do Desempenho e do Plano de Implementação".
- SANTOS, Fernando Barciela (1975). *Angola na hora dramática da descolonização*. Lisboa: Prelo.
- SERVANT, Jean-Christophe (2005). China's trade safari in Africa. *Le Monde Diplomatique*, May 2005. [Consultado em: 3 de Março de 2008]. Disponível em: <http://mondediplo.com/>
- SNOW, Philip (1988). *The star raft: China's encounter with Africa*. 1st American Ed.
- SPRUYT, Hendrik (1994). *The Sovereign State and its Competitors*. Princeton: Princeton University Press.
- STATTER, Guilherme da Fonseca (Janeiro 2007). *Cooperação Internacional em África, Apontamentos para uma análise crítica*, Texto de apoio da cadeira de Cooperação Internacional em África, ISCTE, Mestrado de Estudos Africanos.
- TAYLOR, Ian (2006). *China and Africa: Engagement and Compromise*. Routledge Contemporary China Series. London: Routledge.
- UNITED NATIONS (2006). *World Population Prospects: The 2006 Revision*. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat.
- VAN DE LOOY, Judith (2006). *Africa and China: A Strategic Partnership?* ASC Working Paper 67/2006 African Studies Centre. Leiden: The Netherlands.
- VINES, Alex (SHAXSON, Nicholas ; RIMLI, Lisa; HEYMANS, Chris (2005). *ANGOLA - Drivers of change: an overview*. Chatham House, London.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1974, 1980, 1989). *The Modern World-System*. New York: Academic Press, 3 volumes.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1979). *The Capitalist World Economy*, New York: Cambridge University Press.
- WALTZ, Kenneth (1979). *Theory of International Politics*, Reading, Mass., Addison-Wesley.
- WEAVER, Ole (1997). *Figures of International Thought: Introducing Persons Instead of Paradigms*, in Iver B. Neumann & Ole Weaver (orgs.).
- WENDT, Alexander (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- YUTANG, Sun (1979). *China and Egypt in Han Dynasty*. Zhongguo Shi Yanjiu (Study of Chinese History) 2.

ANEXO 1

Texto de apresentação e solicitação de resposta ao inquérito:

Exmo(a). Senhor(a),

Chamo-me José Conde, sou Licenciado em História e frequento o 15º Mestrado em Estudos Africanos, Desenvolvimento Social e Económico em África: Análise e Gestão, Área II – Gestão do Desenvolvimento e Cooperação, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em Lisboa.

Estou a trabalhar o seguinte tema académico que relaciona a Cooperação Bilateral entre Angola e a China:

"A Cooperação Internacional Sino-Angolana: O Caso da Recuperação do Caminho-de-Ferro de Benguela".

No âmbito da minha recolha de dados, gostaria de lhe tomar alguns minutos e solicitar resposta às questões que coloco no ficheiro anexo, também [aqui](#) disponível para *download*. A sua opinião é muito importante para os objectivos da pesquisa: conhecer de que modo os trabalhos de reconstrução do Caminho-de-Ferro de Benguela beneficiaram a população e o desenvolvimento da região.

O questionário foi enviado a outras entidades individuais e institucionais. As respostas serão apenas como anexo ao texto da dissertação. Se não permitir a inclusão ou desejar ser contactado para outro endereço de e-mail, por favor indique-o no final do formulário.

Fico na expectativa de uma resposta breve.

Antecipadamente agradeço a sua prestimosa colaboração.

Com os melhores cumprimentos,
José Conde
ISCTE, nº 3828

Projecto de pesquisa

A Cooperação Internacional Sino-Angolana:
O Caso da Recuperação do Caminho-de-Ferro de Benguela

Formulário:

Questão 1: Como avalia o desempenho do Governo de Angola na condução da reconstrução do Caminho-de-Ferro de Benguela?

Refira aspectos como: a desminagem; a forma de financiamento; a perspectiva eleitoral; os objectivos e o cumprimento dos programas.

Resposta 1:

Questão 2: Como avalia o desempenho da força empresarial chinesa?

Refira aspectos como: a duração da obra; a qualidade da obra; a integração chinesa; a preparação de trabalhadores angolanos para futura gestão e manutenção.

Resposta 2:

Questão 3: Como avalia o desenvolvimento económico regional na zona de influência do Caminho-de-Ferro de Benguela após o início dos trabalhos de reconstrução?

Refira aspectos como: dinâmica empresarial na agricultura, indústria e comércio; movimentação de passageiros e carga; incorporação nacional nos trabalhos de reparação.

Resposta 3:

Questão 4: Na perspectiva dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio como avalia a sua progressão na área territorial do Caminho-de-Ferro de Benguela?

Refira aspectos como: redução da pobreza; condições sanitárias e educacionais.

Resposta 4:

Questão 5: Refira outros aspectos relacionados com a reconstrução do Caminho-de-Ferro de Benguela que considere relevantes e que não foram abordados nas questões anteriores.

Resposta 5:

Não autorizo a inclusão da minha resposta ao questionário no trabalho académico:

Pretendo ser contactado através do seguinte endereço de e-mail:

Entidades contactadas:

Tipo	Entidade	Cargo
AC	Universidade Agostinho Neto - Economista	Prof. Assistente
AC	Universidade Católica - Economista	Professor
AC	Universidade de Londres, Inglaterra.	Professor
AC	Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola	Professor
GR	Governador da Província do Huambo	Governador
GR	Governador da Província do Moxico	Governador
GR	Governador da Província do Bié	Governador
LG	Director Geral do CFB	Director Geral
AC	Universidade Lusófona do Huambo	Administradora
AC	Faculdade de Agronomia da Universidade Agostinho Neto	Professor
LG	Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN)	Representante em Luanda
LG	Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN)	Representante em Benguela
EMP	Associação Economistas / Comerciantes do Huambo (Zona Planalto)	Presidente
IMP	Imprensa Local - Benguela	Jornalista
IMP	Imprensa Local - Huambo	Jornalista
IMP	Imprensa Local - Luau	Jornalista
IMP	Imprensa Local - Bié	Jornalista
EMP	Associação Agricultores do Huambo	Presidente
EMP	Associação das Mulheres Empresárias da Província do Huambo (ASSOMEHUA)	Presidente
LG	Entidade portuária (Porto do Lobito)	Dirigente
GC	Ministério das Finanças de Angola	Ministro
GC	Ministério dos Transportes de Angola	Ministro
GC	Ministério do Planeamento de Angola	Ministro
GC	Ministério do Comércio de Angola	Ministro
GC	Ministério da Indústria de Angola	Ministro
GC	Ministério das Obras Públicas de Angola	Ministro
GC	Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural de Angola	Ministro
GR	Governador da Província de Benguela	Governador
LG	ANIP - Agência de Investimento Privado de Angola	Presidente do Conselho de Administração
LG	ANIP - Agência de Investimento Privado de Angola	Administrador
LG	ANIP - Agência de Investimento Privado de Angola	Gabinete de Informação
LG	ANIP - Agência de Investimento Privado de Angola	Técnico. Gestão e Desenvolvimento PME's
LG	ANIP - Agência de Investimento Privado de Angola	Técnico Especialista DADI. Gestão e Desenvolvimento PME's
LG	ANIP - Agência de Investimento Privado de Angola	Investment Department
LG	INEA - Instituto de Estradas de Angola	Economista
LG	INEA - Instituto de Estradas de Angola	Economista
EMP	Centro de Apoio Empresarial	Director
IG	Igreja Católica - Bispo da Diocese do Huambo	Bispo
IG	Conselho das Igrejas Cristãs em Angola	Reverendo
IG	Igreja Metodista Unida	Pastor
IMP	Imprensa Nacional – Jornal de Angola	Director

Tipo	Entidade	Cargo
IMP	Imprensa Nacional - Semanário Angolense	Director
LG	Representação comercial Embx Ang Pt	Repres.Comercial
LG	Cônsul Geral de Angola Emx Ang Pt	Cônsul
DIV	Consulado Geral de Portugal - Benguela	Cônsul
AC	Maristas S. José - Quito - Bié	Reitor
AN	Deputado do MPLA pelo Círculo do Huambo à Assembleia Nacional de Angola	Deputado
AN	Deputada da UNITA pelo Círculo de Benguela à Assembleia Nacional de Angola	Deputada
AN	Deputado do UNITA círculo do Bié	Deputado
AN	Deputado do MPLA círculo do Moxico	Deputado
AN	UNITA - Nacional	Deputado
AC	Centre for Chinese Studies África do Sul Projects Director	Investigador
EMP	Entidade bancária (BES Angola)	Gerente Comercial
IMP	Associação dos Naturais e Amigos da Província do Huambo, ANAPHUA	
DIV	Engenheiro Electrotécnico - 43 anos - Luanda	Eng ^o
DIV	Médico - 47 anos - Luanda	Médico
DIV	Secretária 56 anos - Luanda	Secretária
DIV	Gestor - 62 anos - Lobito	Gestor
DIV	Jornalista - 46 anos - Luanda	Jornalista
DIV	Formação Profissional - 66 anos - Luanda	Formadora
DIV	Empresário 52 anos - Benguela	Empresário
DIV	Jornalista - 52 anos - Luanda	Jornalista
DIV	Advogada - 57 anos - Luanda	Advogada
DIV	Economista - 53 anos - Luanda	Economista
DIV	Técnica de Estatística - 34 anos - Luanda	Técnica Estatística
DIV	Missionário - 62 anos - Luanda	Missionário
DIV	Professor - 38 anos - Luanda	Professor
DIV	Entidade particular	Particular
EMP	Associação Comercial de Benguela	Entidade 1
EMP	Associação Comercial de Benguela	Entidade 2
EMP	Associação Comercial de Benguela	Entidade 3
EMP	Associação Comercial de Benguela	Entidade 4
EMP	Associação Comercial de Benguela	Entidade 5
EMP	Associação Comercial de Benguela	Entidade 6
EMP	Sociedade Industrial de Móveis, Lda. (Benguela)	Director
EMP	Tintas CIN de Angola, S.A.R.L. (Benguela)	Director
EMP	Parcal, Madeiras de Angola, S.A.R.L. (B)	Director
EMP	António Pinto de Sousa, Lda. (B)	Gerente Comercial
EMP	Mampeza Industrial, Lda. (B)	Director
EMP	SISTEC, S.A.R.L. (B)	Director
EMP	EMANCIL, LDA. (B)	Director
EMP	ORGANIZAÇÕES ELEVEN	Director
LG	UNACA - União Nacional das Associações de Camponeses Angolanos	Presidente
LG	UNACA - União Nacional das Associações de Camponeses Angolanos	Presidente de Direcção
LG	UNACA - União Nacional das Associações de Camponeses Angolanos	Presidente do Conselho Fiscal

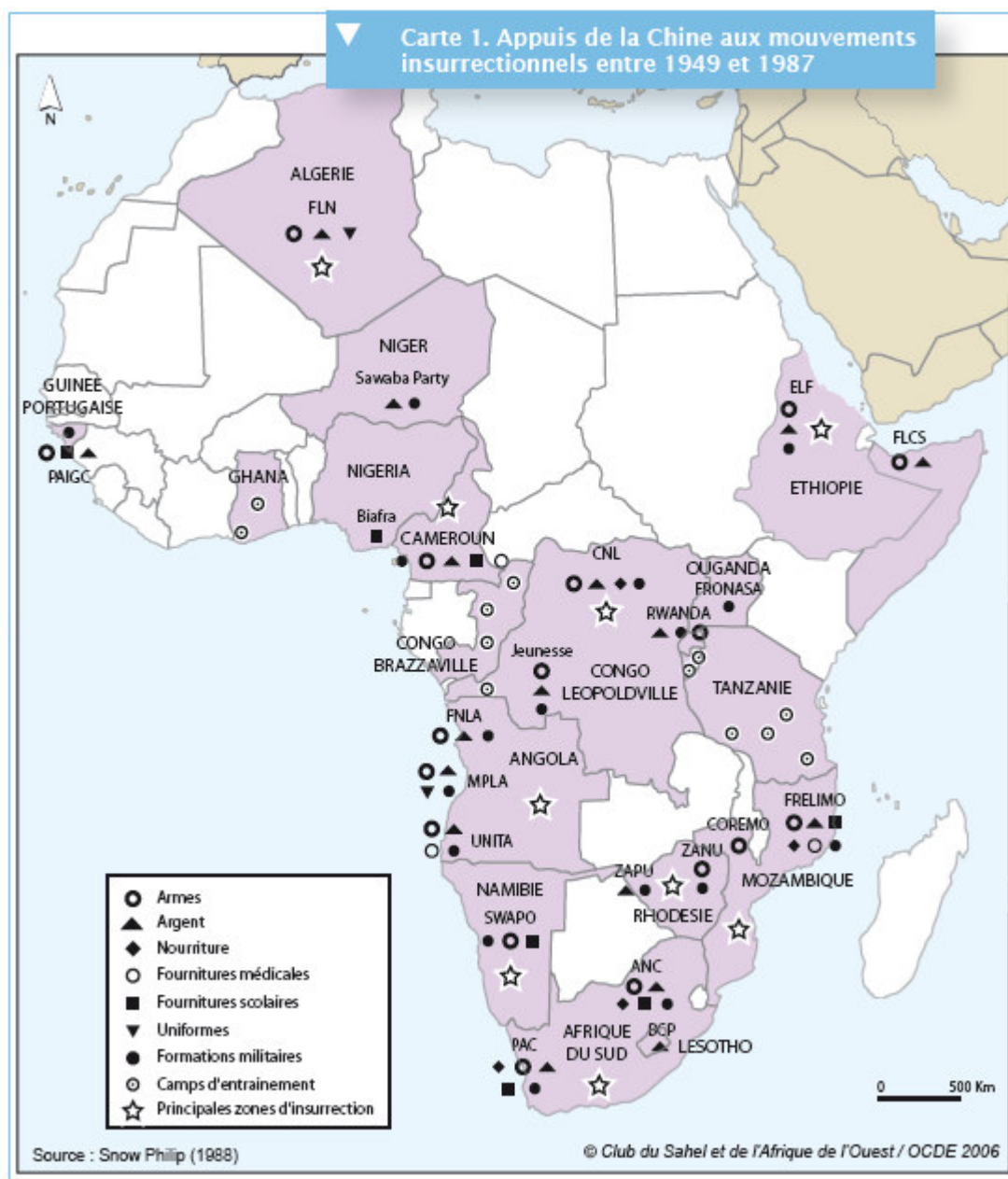
Tipo	Entidade	Cargo
LG	AIA - Associação Industrial de Angola	Presidente da Direcção
EMP	AJEA - Associação de Jovens Empresários de Angola	Presidente da Direcção
LG	CCIA - Câmara de Comércio e Industria de Angola	Presidente
LG	CCIA - Câmara de Comércio e Industria de Angola	Director do Departamento de Apoio ao Sector Privado
LG	CCIA - Câmara de Comércio e Industria de Angola	Gabinete de Informação e Documentação
LG	Revista ABC Comercial	Director
EX	Delegação da Comissão Europeia em Angola	Chefe
IMP	Expresso - Luanda	Correspondente
DIV	Particular - Luanda	Particular
IMP	Radio France Internationale	Jornalista
EMP	Associação Industrial de Angola AIA	Presidente
EMP	Banco Espírito Santo de Angola BESA	Assistente de Direcção
LG	CCIA - Câmara de Comércio e Industria de Angola	General Secretary
LG	Porto do Lobito	Director Geral
EMP	INTSOK Luanda	Representante
LG	Porto do Lobito	Chefe Depº RH

Envios por sector de actividade:

Tipo		Total
AC	Academia	8
AN	Assembleia Nacional	5
DIV	Diversos	16
EMP	Empresas	22
EX	Exterior	1
GC	Governo central	7
GR	Governo regional	4
IG	Igrejas	3
IMP	Imprensa	9
LG	Ligado ao Governo	25
Total Geral		100

ANEXO 2

COOPERAÇÃO CHINA-ÁFRICA



Fonte:

Snow, Philip (1988) *The star raft: China's encounter with Africa*. 1st American Ed., 250 p. citado por: Perret, Christophe (2006), *L'Afrique et la Chine*, in www.atlas-ouestafrique.org.

ANEXO 3

MAPA DE ANGOLA



Map No. 3727 Rev. 4 UNITED NATIONS
August 2008

Department of Field Support
Cartographic Section

Fonte: Nações Unidas, (2008)
www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/angola.pdf

ANEXO 4

Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB)

Estações e Apeadeiros

Estação ou Apeadeiro	Quilómetro	Estação ou Apeadeiro	Quilómetro	Estação ou Apeadeiro	Quilómetro
LOBITO - P	0	Salanda	286	Cuéli	740
Compão	2	QUINJENJE	294	Cuiva	761
LOBITO - M	3	TONGA	302	COEMBA	781
CATUMBELA	11	CUMA	314	Chitende	805
DAMBA MARIA	25	CHENGA	322	Savinguila	820
BENGUELA	33	Cassoco	331	MUNHANGO	842
CHIVANDA	45	LONGONJO	339	Simoje	860
SÃO PEDRO	51	Bongo	349	GANGONGA	877
MONTE SAOA	57	LÉPI	364	Cavimbe	903
BINGA	68	CACULO	376	Sachanga	919
CORUTEVA	81	VILA VERDE	382	CANGUMBE	939
LUCANDA	86	CAÁLA	394	Cachipoque	959
PORTELA	93	BELÉM DO HUAMBO	407	Saleno	978
CHIVITE	101	HUAMBO	422	CHICALA	997
CAPUNDA	108	SANTA IRIA	426	Luena	1015
CATENGUE	119	Canhama	432	LUENA	1032
CHILOCA	124	SANTO AMARO	441	Camitongo	1054
CAVINJAI	132	Cambuio	452	Luculo	1073
SOLO	139	BOAS ÁGUAS	468	LEUA	1094
Sapa	149	VILA NOVA	477	SANDANDO	1115
CAIMBAMBO	160	KATCHIUNGO	499	LUMEJE	1132
UPUNGO	169	CHINGUAR	516	CASSAI	1152
GUERRA JUNQUEIRO	177	CUTATO	542	Chabala	1174
Cavilumba	186	Sápinde	561	Chifumaje	1195
CUBAL	194	CAPEIO	578	CAIFUCHE	1216
MARCO DE CANAVEZES	210	VOUGA	601	LUACANO	1239
CHIMBOA	228	KUITO	624	Mutuecai	1259
SAMBO	236	Lumbi	637	Cavuca	1270
Vindongo	244	CHIPETA	649	MUCUSSUEJE	1278
GANDA	250	CATABOLA	672	Cafungo	1301
Lonjava	257	Catório	683	Camuxito	1320
ALTO CATUMBELA	269	Camacupa	699	LUAU	1331
BABAERA	276	Vinoca	712	LUAU (estação)	1347
		CUANZA	722	Luau (rio - fronteira)	1348

Fonte: Angola-Saiago. <http://www.angola-saiago.net/index.html>. Adaptado pelo autor.

ANEXO 5

Caminho-de-Ferro de Benguela

Horários de Março de 2007

31	101	35	37	39	41	43			Comboio No.		30	32	34	36	38	102	42
(A) (&)	(C)	(A) (&)	(A) (&)	(A) (&)	(A) (&)	(A) (&)		km	Circulação		(A) (&)	(A) (&)	(A) (&)	(A) (&)	(A) (&)	(C)	(A) (&)
05.20	06.30	07.40	10.00	13.45	15.35	17.00	p	0	Lobito-M.	c	07.09	08.26	10.48	14.35	16.22	16.52	19.30
05.27	‡	07.47	10.07	13.52	15.42	17.07	p	3	Lobito-Compão	p	07.03	08.20	10.42	14.28	16.16	‡	19.24
05.47	06.47	08.03	10.23	14.09	15.58	17.23	p	11	Catumbela	p	06.45	08.04	10.24	14.11	15.59	16.38	19.06
06.16	‡	08.33	10.54	14.40	16.29	17.54	p	26	Damba Maria	p	06.16	07.33	09.53	13.39	15.26	‡	18.37
06.30	‡	08.44	11.05	14.51	16.40	18.05	p	31	Cavaco	p	06.05	07.21	09.41	13.28	15.15	‡	18.26
06.35	‡	08.50	11.10	14.56	16.45	18.10	p	33	Benguela	p	06.00	07.15	09.35	13.23	15.10	‡	18.20

101			Comboio No.		102
07.00	p		Negrão	p	16.23
07.27	p		Mina	p	15.55
07.58	p		Cango	p	15.30
08.32	p		Ombe	p	14.56
09.04	p		Cábio	p	14.26
09.52	p	161/121*	Caimbambo (* via Variante)	p	13.36
‡	p	169	Ubungo	p	‡
10.24	p	177	Calenguer	p	13.01
‡	p	186	Cavitumba	p	‡
10.50	p	194/154*	Cubal (* via Variante)	p	12.30

103	101			Comboio No.		102	104
(A)(&)	(A)(&)					(A)(&)	(A)(&)
	06.30	p	395	Caála	p	17.30	
	07.30	p	408	Dango	p	16.22	
10.00	07.55	p	423	Huambo	p	16.00	14.55
11.00		p	453	Cambuio	p		13.55
11.35		p	469	Novas Águas	p		13.20
11.55		p	478	Katchiungo	p		13.00

(&) – Informação oficiosa não confirmada pelo CFB.

(A) - Circulação de segunda-feira a sexta-feira.

(C) - Segundas, quartas e sextas.

(D) - Pela variante.

Fonte: Railways of Angola. <http://www.fahrplancenter.com/AngolaCFB.html>. Adaptado pelo autor.

ANEXO 6

Obras em Curso - Fases I, II e Complementar
Empresas construtoras e Entidades fiscalizadoras

Projecto em curso	Obras	Empresa construtora	País	Entidade fiscalizadora
Reabilitação e Apetrechamento do Hospital de Malange	1	SINOHYDRO Engineering Bureau Investment Co	China	INTERSERVIÇOS
Reabilitação e Apetrechamento do Hospital de Benguela	1	SINOHYDRO Engineering Bureau Investment Co	China	TECNO 4
Reabilitação e Apetrechamento do Hospital Regional do Lubango	1	SINOHYDRO Engineering Bureau Investment Co	China	INTERSERVIÇOS
Reabilitação e Apetrechamento do Hospital Central do Huambo	1	SINOHYDRO Engineering Bureau Investment Co	China	GESTÃO de CONSULT. e INVEST.
Construção e Apetrechamento do Centro de Produção da TPA em Camama	4	CEIEC - China National Electronics Corporation	China	DAR ANGOLA
Reabilitação da Estrada Kifangondo-Caxito- Uíge-Negage	1	CRBC - China Road and Bridge Corporation	China	GAUFF Angola
Construção e Apetrechamento de 4 Escolas Secundárias no HBO (2) e na HLA (2), de 3 Institutos Politécnicos no HBO, HLA e Bié, de 4 Institutos de Administração e Gestão no HBO, Bié, K. Kubango e Cunene	11	SINOHYDRO Engineering Bureau Investment Co	China	PROFISCON
Construção e Apetrechamento de 4 Institutos Politécnicos em Luanda, Bengo, Cabinda e Namibe, de 5 Institutos de Administração e Gestão em Luanda (2), Benguela (1), Zaire (1) e Namibe (1) e de 6 Escolas Secundárias em Luanda (2), Benguela (2) e Namibe (2)	13	SINOMACH - China National Machinery Industry Corporation	China	TILCA Infra-estruturas
Construção e Apetrechamento de 3 Institutos Politécnicos na Lunda Sul, Lunda Norte e Uíge, de 1 Instituto Médio Agrário no Uíge, de 2 Institutos de Administração e Gestão no Uíge e no Moxico e de 1 Escola Secundária no Uíge	7	SINOHYDRO Engineering Bureau Investment Co	China	AFRICASE
Construção e Apetrechamento de 3 Hospitais Municipais no Huambo, Huíla e Benguela , 2 Centros de Saúde em Benguela e 2 Centros de Saúde na Huíla	5	SINOHYDRO Engineering Bureau Investment Co	China	F. Z. TRADING
Conclusão das Faculdades do Campus Universitário	1	JIANG SU International Economic-Technical Cooperation Corp.	China	DAR AL-HANDASAH
Construção do Palácio da Justiça	1	JIANG SU International Economic-Technical Cooperation Corp.	China	DAR AL-HANDASAH
Fornecimento de 25 barcos cerqueiros de 30m e 1000 canoas de 4,15m	1	CMEC - China National Machinery and Equipment Import and Export Corporation	China	MARHELL
Fornecimento de 5 embarcações patrulheiras 46,9m, 10 camaroeiros 33,88m e 2000 canoas	1	CMEC - China National Machinery and Equipment Import and Export Corporation	China	MARHELL
Fornecimento de 10 navios para pesca à linha de 33,56m, 1 lancha de 49m, 1 navo-porão de 89,86m, 5 navios patrulha em fibra de vidro 29,7 e 1 rebocador de 34m	1	CMEC - China National Machinery and Equipment Import and Export Corporation	China	MARHELL
II fase do Projecto de Irrigação (Caxito, Gangelas, Luena e Waco-Kungo)	4	SINOHYDRO Engineering Bureau Investment Co., Ltd.	China	INTERSERVIÇOS
Construção da Rede de Nova Geração (NGN) para as Províncias do Bengo, Bié, K.Norte, K.Sul, LDA, Malange e Moxico (projecto1)	1	CMEC - China National Machinery and Equipment Import and Export Corporation	China	JTEC
Construção da Rede de Nova Geração (NGN) para as Províncias de Benguela, K.Norte, Cunene, Huambo, Uíge, e Zaire (projecto 2)	1	CMEC - China National Machinery and Equipment Import and Export Corporation	China	JTEC
Construção da Rede de Nova Geração (NGN) para as Províncias do Bié, HBO, HLA e LDA (inclui rede de transmissão óptica, IP, VSAT, rede inteligente (projecto 3)	1	CMEC - China National Machinery and Equipment Import and Export Corporation	China	JTEC
Construção da Rede de Nova Geração (NGN) para as Províncias do Bié, HBO, HLA, e LDA (projecto 4)	1	CMEC - China National Machinery and Equipment Import and Export Corporation	China	JTEC

Fonte: Ministério das Finanças de Angola, Gabinete de Apoio Técnico. Adaptado pelo autor.

Curriculum Vitae

Nome: **José Brito Conde**

Naturalidade: Loriga – Seia, Portugal

Data de Nascimento: 31 de Março de 1952

Morada institucional: ISCTE – Área Científica de Estudos Africanos

Avenida das Forças Armadas

1649-026 Lisboa

Telefone: 217903947

Graus Académicos, Instituições, áreas de estudo:

- Pós-graduação em Estudos Africanos, Desenvolvimento Social e Económico em África: Análise e Gestão (15º Curso de Mestrado, ISCTE 2006/2007).
- Licenciatura em História, Universidade Aberta, Descobrimientos Portugueses e História Contemporânea.

Cargo actual, Instituição, data de início:

MSP Support Agent, Process & New Tools. Solvay Portugal, SA. Maio de 1979.

Principal área científica de investigação:

- Gestão do Desenvolvimento e Cooperação – Estudos Africanos.

Outras áreas científicas de interesse:

- Língua Portuguesa como segunda língua: Desenvolvimento de Conteúdos para e-Learning.
- Náutica dos Descobrimientos.
- Guerra Peninsular (contexto das Linhas de Torres).

Outros:

2007 – Curso de Formação de Formadores (CAP/IEFP).

2006 – Comunicação apresentada ao IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Lema: Ciências Sociais e os Desafios das Sociedades em Desenvolvimento. Tema: Dinâmicas, Mudanças e Desenvolvimento no Século XXI: *Os Meios de Comunicação Social na Formação Informal: Os meios de comunicação social enquanto instrumentos de formação informal nos países africanos de expressão portuguesa*. Angola, Luanda, 28, 29 e 30 de Novembro de 2006.

2004 – Seminário “e-Learning em Portugal”, ISPA, Delta Consultores e Perfil.

2004 – Formação de e-Formadores, Concepção e Desenvolvimento de Conteúdos para e-Learning. SAF/Novabase.